

ORÇAMENTO FEDERAL AO ALCANCE DE TODOS

Projeto de
Lei Orçamentária
Anual – PLOA

2 0 1 3



Orçamento Federal ao Alcance de Todos

**Projeto de
Lei Orçamentária
Anual – PLOA**

2 0 1 3

BRASÍLIA - 2012

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão

Miriam Belchior

Secretária-Executiva

Eva Maria Cella Dal Chiavon

Secretária de Orçamento Federal

Célia Corrêa

Secretários-Adjuntos

Bruno César Grossi de Souza

Eliomar Wesley Ayres da Fonseca Rios

George Alberto Aguiar Soares

Coordenador-Geral de Inovação e Assuntos Orçamentários e Federativos

Márcio Luiz de Albuquerque Oliveira

Coordenador

André Guimarães Resende Martins do Valle

Equipe Técnica

Carlos Augusto de Oliveira Santos

Catarina Mendonça Ferreira Pinheiro

Francisco das Chagas Ribeiro

Isabella Amaral da Silva

Leila Barbieri de Matos Frossard

Janaina Thaines Moreira

João Paulo de Souza Mairinque

Munique Barros Carvalho

Contribuições das Unidades SOF

Departamento de Programas Especiais

Departamento de Programas Sociais

Departamento de Programas da Área Econômica

Departamento de Programas de Infraestrutura

Coordenação-Geral de Avaliação Macroeconômica

Coordenação-Geral de Consolidação

Informações:

www.portalsof.planejamento.gov.br

Secretaria de Orçamento Federal

SEPN 516, Bloco "D", Lote 8,

70770-524, Brasília – DF

Tel.: (61) 2020-2000

Sugestões e/ou Críticas:

gasto.eficiente@planejamento.gov.br

Brasil. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Secretaria de Orçamento Federal.

Orçamento Federal ao Alcance de Todos: Projeto de Lei Orçamentária Anual -

PLOA 2013.

Brasília, 2012.

92 p.

1 - Orçamento público. 2. Proposta orçamentária. I. Título.

CDU: 336.14(81)"2012"

CDD: 351.722

Apresentação à Edição 2013

Em 2010, com o intuito de proporcionar melhor compreensão aos cidadãos do conteúdo do orçamento público da União previsto para 2011, a Secretaria de Orçamento Federal publicou o “Orçamento Federal ao Alcance de Todos”, contendo informações adaptadas. Para isso, foram envidados esforços para simplificar a linguagem técnica, aproximando-a da linguagem do nosso cotidiano. Agora, em agosto de 2012, publicamos a terceira edição do documento, com dados relativos ao Orçamento proposto ao Congresso Nacional para o ano de 2013.

Além das atualizações, aperfeiçoamos o Orçamento Federal ao Alcance de Todos 2013 para tornar ainda mais compreensível o processo de elaboração orçamentária, os valores globais e a finalidade dos recursos direcionados às áreas de atuação governamental, aos Estados da Federação e ao Distrito Federal.

O objetivo deste orçamento simplificado, podendo ser também chamado de “orçamento-cidadão”, é contribuir para a formação de uma sociedade melhor informada e mais participativa na gestão dos recursos públicos. É no orçamento que se define o que será feito e quanto será gasto pelo Governo Federal para atender às necessidades da população, por exemplo, nas áreas da saúde, da agricultura, da educação e da segurança. Entender como essa atividade funciona e participar de sua condução, direta ou indiretamente, é uma condição essencial para o exercício da cidadania.

Por se tratar de uma síntese, um documento dessa natureza sempre será limitado e jamais suprirá integralmente as necessidades de informação sobre o orçamento da União. Porém, esperamos que esta referência inicial permita ao cidadão conhecer a proposta para 2013, motivando-o a ampliar seus conhecimentos sobre a matéria e influir futuramente na aprovação e execução da despesa pública.

No Brasil democrático, redutor das desigualdades e em acelerado desenvolvimento, é crescente o número de cidadãos que procuram se informar sobre a receita pública, obtida a partir do esforço de cada brasileiro, e a despesa pública, que produz bens e serviços necessários. A você, leitor, que certamente é um deles, desejamos uma boa leitura.

CÉLIA CORRÊA
Secretária de Orçamento Federal



Sumário

Visão Geral	7
Conhecendo o Orçamento	9
As Receitas e as Despesas no Orçamento Federal	11
Investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento	14
Área Social	17
Assistência Social	17
Cultura	19
Desporto e Lazer	21
Direitos da Cidadania	23
Educação	25
Organização Agrária	27
Previdência Social	29
Saúde	31
Trabalho	33
Área de Infraestrutura	35
Ciência e Tecnologia	35
Comunicações	37
Energia	39
Gestão Ambiental	41
Habitação, Urbanismo e Saneamento	43
Transporte	46
Área Especial	48
Agricultura	48
Defesa Nacional	50
Indústria, Comércio e Serviço	52
Relações Exteriores	54
Segurança Pública	56
Destaque do Orçamento nos Estados Brasileiros	58
Região Norte	59
Região Nordeste	67
Região Centro-Oeste	77
Região Sudeste	82
Região Sul	87



CONTEÚDO DO DOCUMENTO

Este documento tem por finalidade tornar mais acessível as informações sobre o orçamento federal, abrangendo as receitas (impostos, taxas e contribuições, entre outras) e as despesas (gastos com Educação, Saúde, Segurança, Previdência, Investimentos e outros) que constam do Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2013 (PLOA 2013), encaminhado ao Congresso Nacional em 31 de agosto de 2012.

As informações são apresentadas em três partes. A primeira contempla os grandes números do orçamento para 2013 segundo a característica de cada receita e despesa, bem como a evolução das despesas dos últimos quatro anos. Para tornar possível a comparação entre os projetos de 2012 e 2013, excluíram-se dos números apresentados os valores acrescentados nos orçamentos mediante emendas parlamentares, que são realizadas durante a apreciação legislativa, assim como os valores acrescentados por intermédio de créditos extraordinários, que são recursos para atender despesas imprevisíveis e urgentes, como as de calamidade pública.

A segunda parte contém informações sobre as despesas, com a quantificação dos recursos que o Governo Federal tem aplicado nos últimos anos em Educação, Saúde, Segurança Pública, entre outras, e com o valor da respectiva proposta para 2013.

A terceira traz os principais destaques do orçamento federal para os Estados e o Distrito Federal nas cinco Regiões do País. Esclarecemos que são despesas que estão identificadas nominalmente no PLOA 2013 e que, portanto, não se aplicam às transferências obrigatórias previstas na nossa Constituição, que ocorrem da União para tais entes, pois o dinheiro das transparências é repassado somente durante a execução do orçamento.

Desde o ano passado, esta revista também está disponível em versão eletrônica com *links* que possibilitam o acesso a informações mais detalhadas, tais como: o plano anual de financiamento da dívida pública, a legislação pertinente de algumas áreas abordadas neste documento e os dados mais detalhados acerca dos valores de cada Estado e do Distrito Federal.

Maiores informações do PLOA 2013 poderão ser obtidas por meio da leitura da Mensagem Presidencial que encaminha esse Projeto de Lei ao Congresso Nacional, assim como dos anexos e volumes que compõem o texto da proposta.

Esses documentos podem ser acessados no sítio https://www.portalsof.planejamento.gov.br/sof/orc_2013/orcamento_2013



Conhecendo o Orçamento

(Retornar ao Sumário)

Para que se possa administrar o Brasil, é necessário que o Governo tenha dinheiro para cobrir todas as despesas relacionadas com suas atividades, como manter hospitais, construir ferrovias ou contratar professores. Esse dinheiro é obtido, em grande parte, pelos tributos pagos pela população e pelas empresas. Quando alguém paga um imposto, uma taxa ou uma contribuição, automaticamente faz um depósito em uma “conta bancária” do Governo Federal, chamada de conta única, onde os valores depositados serão utilizados pelo governo para cobrir tais despesas.

O dinheiro disponível para a realização das despesas é distribuído entre os programas do governo. Por meio deles, é que o governo atua para alcançar seus diferentes objetivos. Por exemplo, tudo o que se faz em aeroportos pode ser agrupado em um programa. Dentro do programa, o dinheiro é distribuído para ações, que, como o nome indica, significa o que será feito. Por exemplo, “Construção do Aeroporto de Brasília” ou “Reforma do Terminal de Passageiros do Aeroporto de São Paulo”. Esse processo de distribuição também é chamado de alocação de recursos.

As despesas previstas no orçamento muitas vezes geram diretamente alguns produtos, como rodovias, serviços e atendimento médico. Nesses casos, o orçamento também prevê a quantidade de produto que se pretende gerar, medido em quilômetros construídos e atendimentos realizados, por exemplo.

O orçamento, mais do que definir valores de gastos, aponta o que, onde e em que quantidade o cidadão e a sociedade receberão em bens e serviços do Estado em retribuição aos tributos pagos, em áreas que afetam a vida de todos nós. Além disso, informa para a população como estará distribuído o dinheiro público e demonstra o compromisso do governo brasileiro em manter a disciplina fiscal nas suas contas para o próximo ano. Por isso é um instrumento tão importante.

COMO É FEITO O ORÇAMENTO FEDERAL

Todo ano, até o dia 31 de agosto, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, com a colaboração dos outros Ministérios, prepara um documento com uma proposta de orçamento para ser encaminhado pela Presidência da República ao Congresso Nacional. Lá os Deputados Federais e Senadores discutem e aprovam o conteúdo da proposta de orçamento, que se transforma em uma lei. Os Deputados e Senadores podem alterar a proposta, sob determinadas regras, aumentando ou reduzindo projetos e valores, por meio de emendas parlamentares.

Dessa forma, esta revista que você está lendo traz as informações do orçamento que o Governo Federal propôs em 31 de agosto de 2012 para o ano de 2013. Os Deputados e Senadores devem aprová-lo até o último dia de trabalho no Congresso Nacional em 2012.

Por ser o documento que vai virar uma lei, a proposta de orçamento é conhecida como “Projeto de Lei”. Como vale por um ano, o nome da lei aprovada é “Lei Orçamentária Anual” (LOA), também chamada, antes da nossa atual Constituição, de Orçamento-Geral da União (OGU).

A Constituição Federal de 1988 determina que o orçamento público seja feito assim. Ela é nossa lei máxima. O orçamento público é um único documento, dividido em três partes: o Orçamento de Investimento das Empresas Estatais, o Orçamento da Seguridade Social e o Orçamento Fiscal.

O Orçamento de Investimento das Empresas Estatais, com cerca de R\$ 110,6 bilhões, apresenta os investimentos das empresas dirigidas pelo Governo Federal, mas só das empresas estatais independentes, isto é, aquelas que não necessitam de recursos do governo para manter ou ampliar suas atividades. São exemplos: Petrobras, Eletrobras, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

O Orçamento da Seguridade Social mostra as despesas com saúde, previdência e assistência social. Para 2012, essas despesas representam R\$ 643,8 bilhões. Os pagamentos de aposentadorias e pensões, assim como os gastos com hospitais, medicamentos e Bolsa-Família são exemplos de despesas desse orçamento.

O Orçamento Fiscal é de aproximadamente R\$ 1,5 trilhão. Nele estão incluídas as despesas dos Poderes Legislativo (Congresso Nacional e Tribunal de Contas da União), Executivo (Presidência, Ministérios e outros órgãos) e Judiciário (Fóruns e Tribunais) e do Ministério Público da União, além dos valores para pagamento e rolagem a dívida pública federal, que serão explicados posteriormente.

No orçamento público, todas as receitas e as despesas públicas devem estar registradas. O total das despesas não deve superar o total das receitas, ou seja, o orçamento deve ser equilibrado. Para o orçamento da União de 2013, as receitas e as despesas propostas são de aproximadamente R\$ 2,14 trilhões.

Evolução do Orçamento Federal 2008-2013

R\$ Bilhões

Orçamentos	Orçamento Executado				PLOA	
	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Fiscal	878,3	977,5	1.015,3	1.137,2	1.529,6	1.496,5
Dívida Pública (Interna e Externa)	493,3	544,3	581,1	706,4	910,9	900,0
Refinanciamento	277,8	265,7	373,4	479,4	653,3	610,1
Juros e Amortizações	215,5	278,7	207,6	227,1	257,6	290,0
Programações	385,0	433,1	434,2	430,8	618,7	596,4
Seguridade Social	370,8	425,1	473,9	532,5	588,7	643,8
Investimento das Estatais	53,5	71,1	84,0	82,5	106,8	110,6
Total Orçamento Federal	1.302,6	1.473,7	1.573,1	1.752,1	2.225,1	2.250,9

É importante destacarmos que no Orçamento Fiscal, embora o valor total da despesa com a dívida pública federal alcance a soma de R\$ 900 bilhões, a maior parte desse montante não representa propriamente pagamento da dívida, uma vez que R\$ 610,1 bilhões correspondem ao seu refinanciamento, ou seja, substituição de títulos anteriormente emitidos por títulos novos, com vencimento posterior. Nesse tipo de operação, usualmente conhecida como "rolagem da dívida", não há redução nem ampliação do endividamento atual. O pagamento da dívida contempla ainda juros no total de R\$ 163,5 bilhões e amortização (diminuição do principal da dívida) de R\$ 126,5 bilhões.

O gerenciamento da dívida é realizado pela Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda. O Plano Anual de Financiamento da Dívida pode ser visto no link:

http://www.tesouro.fazenda.gov.br/divida_publica/downloads/PAF_2012.pdf

AS RECEITAS E AS DESPESAS NO ORÇAMENTO FEDERAL [\(Retornar ao Sumário\)](#)

A elaboração do orçamento federal inicia-se pela estimativa das receitas, ou seja, é uma previsão de arrecadação calculada. Para entendermos como ela é feita, é importante sabermos primeiro os tipos de receitas e despesas. Tanto as receitas quanto as despesas são classificadas em primárias e financeiras.

Em uma abordagem simplificada, as receitas primárias correspondem aos tributos arrecadados e as despesas primárias aos gastos do governo para manter suas atividades e investir em ações novas. O pagamento de servidores públicos, a manutenção de uma universidade ou a construção de um aeroporto são exemplos de despesas primárias.

Já as receitas e as despesas financeiras são as que se originam, como o próprio nome diz, de operações financeiras, que, em sua maior parte, são empréstimos. Anualmente, o Governo Federal pega um grande valor emprestado para pagar dívidas de anos passados, "rolando a dívida", como já explicado. Se o governo decide pagar menos dívida, fica em condições de gastar mais naquele momento, mas no futuro ficará mais endividado, o que pode trazer problemas, inclusive inflação, principalmente se a arrecadação futura não aumentar.

Para fazer a estimativa das receitas primárias, o governo primeiro verifica quanto de receita de arrecadação de tributos houve nos últimos meses e como estava a economia no período. Em seguida, usa meios técnicos para estimar como a economia vai se comportar no ano seguinte, prevendo a inflação, os juros, a produção nacional, o valor de moedas estrangeiras e o valor do salário mínimo. Por fim, faz um cálculo aproximado de como esses aspectos econômicos, chamados parâmetros, vão aumentar ou diminuir as receitas futuras em relação à arrecadação passada.

Os principais parâmetros utilizados e sua relevância para o orçamento do próximo ano são os seguintes:

Parâmetros Previstos para 2013		Significado e Relevância no Orçamento Federal
Inflação Média do Período	4,85 % Variação Anual	O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) é o índice oficial da inflação. Ele é calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), considerando a variação de preços de uma cesta de bens e serviços formada por alimentos, vestuário, aluguel e o pagamento de luz, água, esgoto, entre outras despesas cotidianas. Esse índice é importante para o orçamento, pois vários contratos administrativos são reajustados por ele, bem como algumas receitas do governo.
PIB	4,97 trilhões de reais	O Produto Interno Bruto (PIB) representa a soma de tudo que é produzido no País durante um ano. Também é calculado pelo IBGE. Esse indicador auxilia na previsão da variação/crescimento das receitas e, atualmente, no cálculo do valor estimado para o salário mínimo, além dos valores que devem ser destinados à saúde.
Taxa de Câmbio Média	2,03 reais/dólar	É estimada para permitir a fixação de despesas que ocorrerão em moeda estrangeira, mas que constarão em reais no orçamento dos órgãos federais. A dívida pública externa do Brasil e os contratos das Embaixadas brasileiras no exterior são exemplos típicos de despesas que dependem dessa informação. Também é importante para permitir a estimativa de receitas como os Impostos de Importação, Exportação, entre outras.

Parâmetros Previstos para 2013		Significado e Relevância no Orçamento Federal
Taxa de Juros Média	8,03% ao ano	O Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), ou taxa Selic, é importante porque reflete a taxa de juros vigente na economia brasileira. Está relacionada à remuneração dos títulos públicos. Seu valor é determinado pelo Comitê de Política Monetária do Banco Central do Brasil.
Salário Mínimo	R\$ 670,95 mensal	Previsão do salário mínimo nacional. Para o orçamento, os principais impactos desse parâmetro são nos cálculos dos Benefícios Previdenciários, no Abono e Seguro-desemprego, nos Benefícios da Lei Orgânica da Assistência Social e da Renda Mensal Vitalícia.

Fonte para fixação dos parâmetros: Secretaria de Política Econômica, do Ministério da Fazenda (SPE/MF).

Na parte das receitas financeiras, define-se quanto de empréstimo será tomado para pagar empréstimos anteriores e, se o governo achar necessário ou importante, mais um determinado valor para gastar em suas atividades e investimentos.

Esses cálculos só são possíveis porque os efeitos das condições da economia sobre a arrecadação já foram estudados e observados durante muitos anos. O Brasil faz e aprova *orçamentos desde 1830*.

Com base nos parâmetros, estimam-se as receitas disponíveis para o ano e define-se o valor máximo para as despesas no orçamento. Algumas despesas são obrigatórias por força de lei e, portanto, o Governo não pode deixar de pagá-las. Como exemplo de despesas obrigatórias, podemos citar as transferências constitucionais a Estados e Municípios, os benefícios previdenciários e assistenciais e as despesas de pessoal. Para essas despesas, são calculados os valores necessários para o pagamento durante o ano e reservados os recursos no Orçamento, dentro de programas e ações executados pelo Governo Federal. Para fazer o cálculo das despesas obrigatórias, também é necessário pensar no futuro da economia. Um aumento do salário mínimo, por exemplo, aumenta também as despesas de pagamento de aposentadorias, que são despesas obrigatórias.

As despesas em que o Governo pode escolher quanto e onde vai aplicar são chamadas discricionárias ou não obrigatórias. Os recursos disponíveis para as despesas discricionárias são também distribuídos em programas e ações do Governo. Pode até haver despesas obrigatórias e discricionárias em um mesmo programa, que trabalham juntas para um mesmo objetivo.

No orçamento federal, o valor das despesas obrigatórias é bastante elevado, isto é, quase tudo que é arrecadado já tem um destino definido por lei. Então, apenas uma parte pequena do dinheiro fica livre para ser usada nas demais ações governamentais. Isso ocorre porque a maioria dos gastos do governo se constitui de obrigações constitucionais ou legais que devem ser sempre executadas.

A tabela a seguir mostra a composição das duas despesas (primária e financeira), o comparativo com o último ano e os valores previstos para 2013. Já o gráfico aponta a relação entre as despesas obrigatórias e as discricionárias, assim como sua evolução desde 2008.

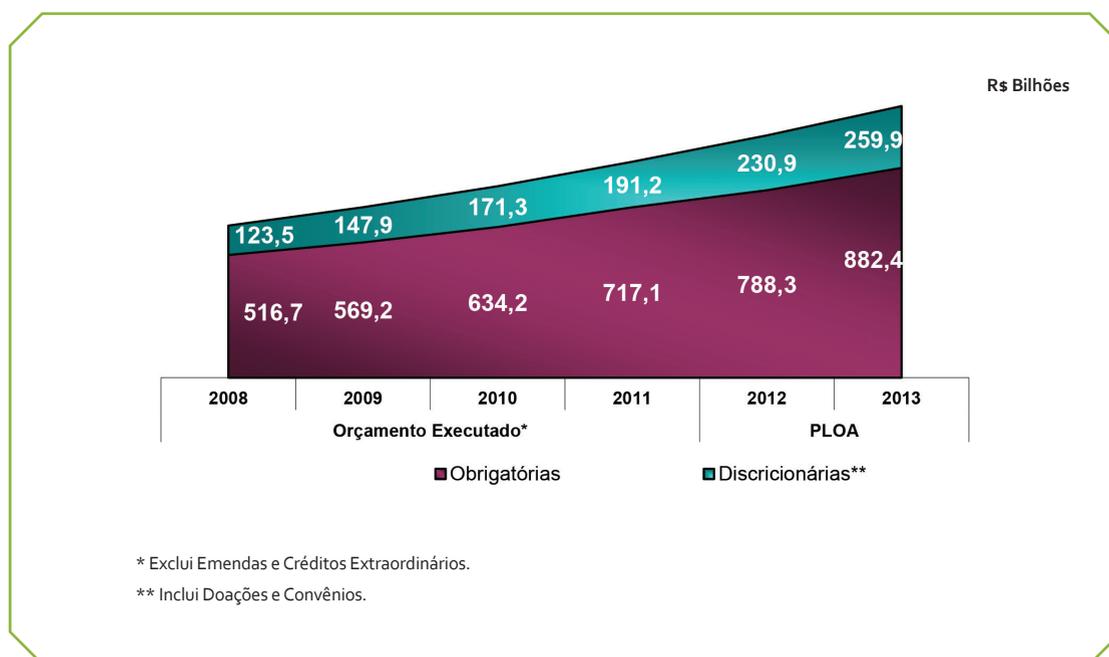
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social 2012 - 2013

R\$ Bilhões

R\$ Bilhões

Receita	PLOA		Despesa	PLOA	
	2012	2013		2012	2013
Primária	1.097,3	1.229,5	Primária	1.019,2	1.142,3
Impostos	389,3	412,7	Transferências	181,2	199,8
Taxas	7,8	11,2	Pessoal e Encargos	188,2	208,0
Contribuições Sociais	575,2	640,3	Benefícios da Previdência	313,9	348,3
Outras	125,1	165,3	Demais Despesas Obrigatórias	106,9	126,4
Financeira	1.020,9	910,7	Despesas Discricionárias	229,0	259,9
Refinanciamento da Dívida	653,3	610,1	Financeira	1.099,0	997,9
Emissão de Títulos	187,9	124,3	Amortização da Dívida	874,2	736,6
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	36,1	40,3	Juros e Encargos da Dívida	140,6	163,5
Outras	143,7	136,2	Demais	84,3	97,9
Total	2.118,3	2.140,3	Total	2.118,3	2.140,3

Evolução das Despesas Primárias no Orçamento Federal 2008-2013



As despesas públicas também são classificadas, segundo sua categoria econômica, em correntes e de capital. Essa classificação é utilizada internacionalmente, de acordo com os Manuais da Organização das Nações Unidas da década de 50. Ela permite conhecer a contribuição do governo à renda nacional, bem como a comparação econômica entre países.

As despesas de capital são as que contribuem para a formação ou a aquisição de bem de capital e de produtos para a revenda, para a concessão de empréstimos e a amortização de dívida, podemos citar, como exemplos, a construção de estradas, de universidades, de hospitais, bem como a aquisição de equipamentos para o respectivo funcionamento.

As despesas correntes são as destinadas à produção de bens e serviços correntes e possibilitam determinar o consumo do setor público, como os gastos com aposentadorias do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Bolsa Família, juros da dívida e pagamento de professores, médicos, entre outros.

Além da classificação por categoria econômica, as despesas orçamentárias também são classificadas por grupos de natureza de despesas. Os grupos de despesas são vinculados às categorias econômicas e formados pela junção de elementos de despesas afins.

Evolução Despesa Total por Categoria Econômica e Grupo de Despesas 2008-2013

R\$ Bilhões

Categoria Econômica Grupo de Natureza da Despesa	Orçamento Executado				PLOA	
	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Corrente	730,7	815,2	895,1	1.007,5	1.107,5	1.238,4
1 - Pessoal e Encargos Sociais	144,5	167,1	183,3	197,5	203,2	226,0
2 - Juros e Encargos da Dívida	110,2	124,6	122,4	131,1	140,6	163,5
3 - Outras Despesas Correntes	476,1	523,5	589,4	678,9	763,7	848,9
Capital	518,4	587,3	594,0	662,1	979,4	865,5
4 - Investimentos	28,3	35,3	44,3	43,7	57,9	65,8
5 - Inversão Financeira	41,1	34,2	35,6	41,1	47,3	63,1
6 - Amortização da Dívida	449,0	517,9	514,0	577,3	874,2	736,6
Reserva	0,0	0,0	0,0	0,0	31,4	36,4
Total	1.249,1	1.402,6	1.489,1	1.669,6	2.118,3	2.140,3

INVESTIMENTOS DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

O maior volume de investimentos do Governo Federal está concentrado no Orçamento de Investimento das Empresas Estatais. Para 2013, esse orçamento prevê R\$ 110,6 bilhões, grande parte na área de Energia, composto por empresas públicas de grande porte, como as do Grupo Petrobras e da Eletrobras, com R\$ 89,3 bilhões e R\$ 10,1 bilhões, respectivamente.

Outro volume expressivo de recursos para os investimentos públicos está direcionado ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, estão previstos R\$ 52,2 bilhões para obras, sendo a maior parte para transportes, cerca de R\$ 19,1 bilhões. Nessa área o destaque fica com as rodovias que receberão R\$ 14 bilhões.

Evolução Despesa PAC 2008-2013

R\$ Milhões

PAC Infraestrutura	Empenhado				Dotação Atual* 2012	PLOA 2013
	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Água e Luz para Todos	3.347	3.389	2.656	2.225	3.434	5.770
Água em Áreas Urbanas	640	800	511	696	748	668
Recursos Hídricos	2.707	2.589	2.145	1.528	2.686	5.102
Cidade Melhor	2.441	3.665	3.157	2.805	4.166	6.719
Mobilidade Urbana	379	434	655	524	740	1.628
Prevenção em Áreas de Risco	78	559	753	681	1.081	2.661
Saneamento	1.985	2.672	1.748	1.601	2.345	2.430
Comunidade Cidadã	-	-	-	2.305	4.051	6.141
Cidades Históricas	-	-	-	-	-	300
Creches e Pré-escolas	-	-	-	891	1.784	1.984
Olímpiadas 2016	-	-	-	-	-	500
Praças dos Esportes e da Cultura	-	-	-	165	301	601
Quadras Esportivas nas Escolas	-	-	-	480	1.064	1.169
UBS - Unidades Básicas de Saúde	-	-	-	553	557	1.156
UPA - Unidades de Pronto Atendimento	-	-	-	216	346	432
Energia	11	306	259	208	380	367
Energia	11	306	259	208	380	367
Minha Casa, Minha Vida	2.191	8.200	8.360	13.005	13.110	13.940
Habitação e Urbanização de Assentamentos Precários	2.191	2.200	1.680	1.945	2.030	1.360
Minha Casa, Minha Vida	-	6.000	6.680	11.060	11.080	12.580

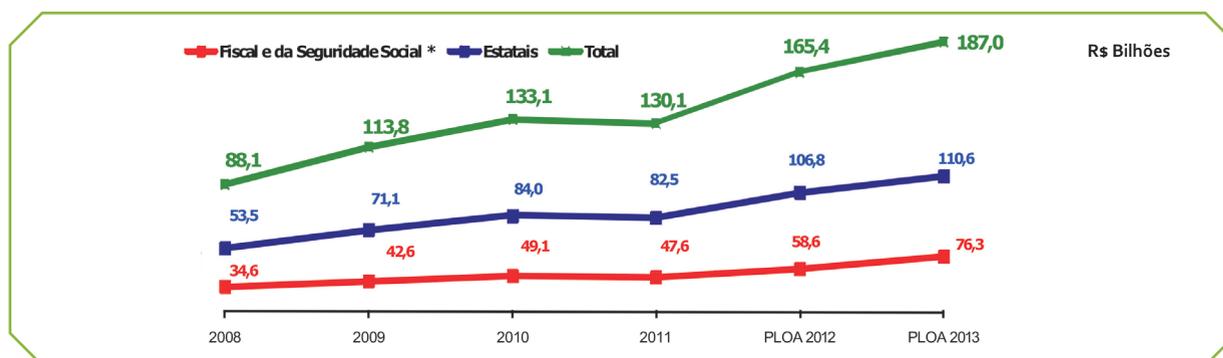
PAC Infraestrutura	Empenhado				Dotação Atual*	PLOA 2013
	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Transportes	8.962	11.621	15.141	14.706	16.558	19.089
Aeroportos	78	-	-	-	30	1.787
Ferrovias	993	1.275	2.583	2.126	2.662	1.991
Hidrovias	341	634	249	83	315	380
Portos	470	800	1.042	798	948	951
Rodovias	7.079	8.912	11.268	11.698	12.602	13.979
PAC Equipamentos	-	-	-	-	5.365	-
Gestão E Administração do PAC	-	-	154	120	193	220
Geral	16.951	27.181	29.728	35.374	47.257	52.246

(*) Refere-se ao total contido na Lei Orçamentária de 2012 e suas alterações até 30/8/2012.

Além disso, na área de Habitação, estão destinados R\$ 13,9 bilhões. A maior parte desse valor, R\$ 12,6 bilhões, é para o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), que fornece subsídios para a aquisição da casa própria. Maiores informações sobre o PAC estão disponíveis no sítio <http://www.pac.gov.br/>

Os demais investimentos discricionários constantes da proposta para 2013 e que não estão contemplados nas empresas estatais ou no PAC atingem o valor de R\$ 31,4 bilhões, concentrados nas áreas de Defesa Nacional, com R\$ 8,1 bilhões; Educação, com R\$ 8 bilhões e Saúde, com o valor de R\$ 3,2 bilhões.

Evolução Investimento dos Orçamentos Fiscal, da Seguridade e Estatais



* Despesas Discricionárias do Poder Executivo: Exclui Créditos Extraordinários, Recursos de Convênios, Recursos de Doações.

Na próxima seção, apresentaremos o orçamento público federal separado por funções orçamentárias (grandes áreas de despesas), com destaque às programações mais importantes realizadas pelo Poder Executivo que tenham impacto direto na vida de todos nós, como habitação e saúde. Nesse sentido, não abordaremos as funções Administração e Encargos Especiais.

Para melhor visualização, elaboramos gráficos contendo a evolução das despesas, considerados os valores gastos de 2008 a 2011, exceto emendas parlamentares e créditos extraordinários, e os montantes constantes nos PLOAs de 2012 e 2013.

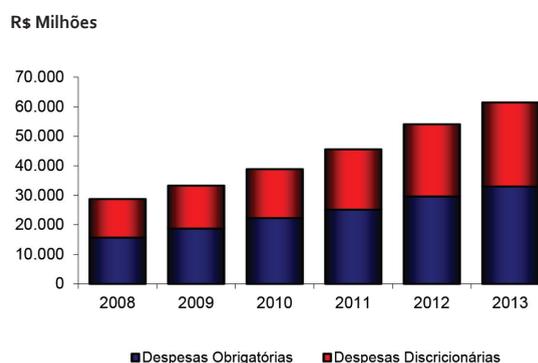
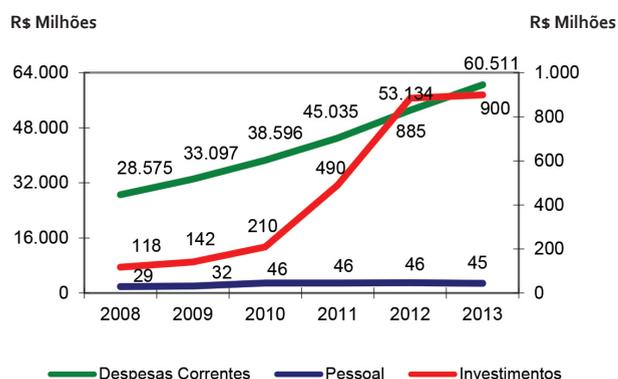
Com objetivo de permitir maior transparência, dividimos as despesas em dois grupos: obrigatórias e discricionárias. No mesmo sentido, algumas áreas foram separadas de acordo com as subfunções orçamentárias (subáreas de despesas) ou, ainda, em blocos de despesas. Buscou-se, assim, proporcionar condições para o melhor entendimento das informações que constam da proposta orçamentária.



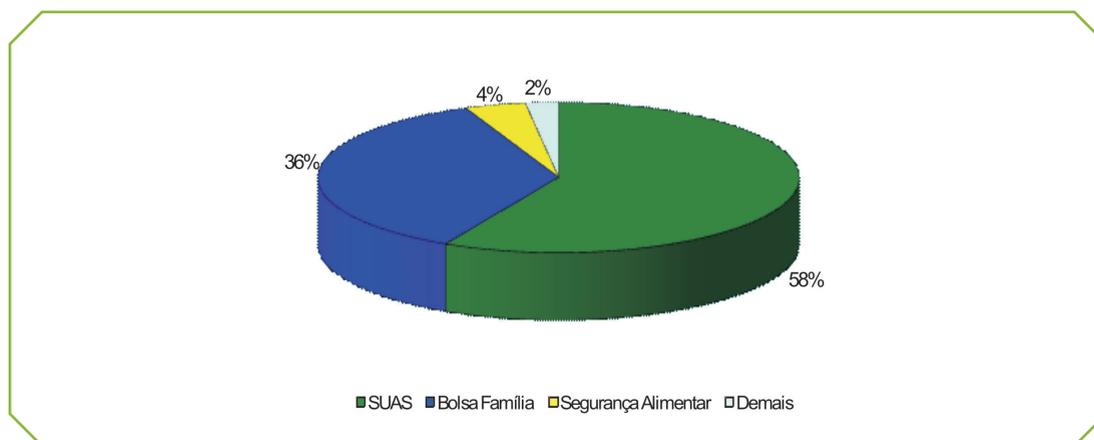
A Assistência Social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, conforme determina o artigo 203 da Constituição. Os seus objetivos são: a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; o amparo às crianças e aos adolescentes carentes; a promoção da integração ao mercado de trabalho; a habilitação e a reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; e a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.

No Governo Federal, o principal órgão que executa essas ações é o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, cujas competências e natureza do serviço, assim como estrutura organizacional, encontram-se regulamentadas no Anexo I do Decreto nº 7.493, de 2 de junho de 2011.

O Plano Brasil Sem Miséria aperfeiçoa e amplia as ações do Governo Federal na área Social e tem o objetivo de elevar a renda e as condições de bem-estar da população. Para tal, ele agrega três eixos: Garantia de Renda, com destaque para o Brasil Carinhoso, que complementa a renda das famílias com crianças de 0 a 6 anos até atingir R\$ 70 por pessoa, cuja expectativa é a redução da pobreza no Brasil em 40%; Acesso a Serviços, que possibilitou a construção de 2.077 Unidades Básicas de Saúde (UBS) e ampliação do Mais Educação (escola em tempo integral), que de 15 mil passou a contemplar 33 mil escolas; e Inclusão Produtiva, que ofertou 390 mil vagas em 189 tipos de cursos, com quase 200 mil inscrições até julho de 2012, além da assistência técnica rural a 170 mil famílias e a construção de cisternas para 137 mil lares. Para continuar com essa política, em 2013, estão previstos R\$ 31,1 bilhões. Para mais informações, você pode acessar o sítio <http://www.brasilsemmiseria.gov.br/>



PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO



A Assistência Social, política pública não contributiva, é dever do Estado e direito de todo cidadão que dela necessitar. Ela receberá, em 2013, o total de R\$ 61,4 bilhões.

A Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) determina que a assistência social seja organizada em um sistema descentralizado e participativo, composto pelo governo e pela sociedade civil. Para atender a essa norma, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome implantou o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Esse Sistema organiza a oferta da assistência social em todo o Brasil, promovendo bem-estar e proteção social a famílias, crianças, adolescentes e jovens, pessoas com deficiência, idosos, enfim, a todos que dela necessitarem. Esses serviços são geralmente prestados pelos Municípios nos Centros de Referência de Assistência Social (Cras) e Centros de Referência Especializada de Assistência Social (Creas). O Censo SUAS de janeiro de 2012 mostrou que o Governo Federal apoia o funcionamento de 7.638 Cras e mais de 2.100 Creas, em todos os Municípios, repassando recursos, mensalmente, aos fundos municipais de assistência.

Para 2013, está previsto um gasto de R\$ 35,5 bilhões com o SUAS. Nesse montante, R\$ 32,9 bilhões referem-se ao pagamento de Benefício de Prestação Continuada (BPC) e Renda Mensal Vitalícia (RMV). Ambos os benefícios são direcionados a portadores de deficiência e idosos que não teriam outra forma de sustento. Já R\$ 1,2 bilhão refere-se à Proteção Social Básica, cujo objetivo é a prevenção de situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Já a Proteção Social Especial (PSE) destina-se a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social, cujos direitos tenham sido violados ou ameaçados, e contará com R\$ 790,7 milhões. O restante do valor é usado com os gastos operacionais do SUAS.

O Programa Bolsa Família receberá R\$ 22,1 bilhões, sendo R\$ 21,4 bilhões o valor a ser transferido diretamente às famílias. O Programa destaca-se por ser a principal política social do Governo Federal com o

propósito de transferência direta de renda. Para receber o benefício são considerados a renda por pessoa da família (renda mensal *per capita* igual ou inferior a R\$ 70), o número de crianças e adolescentes com até 17 anos e a existência de gestantes e nutrizes. Os valores pagos pelo Programa variam de R\$ 32 a R\$ 306. Para tal, as famílias beneficiárias devem assumir e cumprir certas condicionalidades, compromissos assumidos para a ampliação dos direitos sociais básicos, principalmente nas áreas da Saúde, da Educação e da Assistência Social.

Em dezembro de 2011, havia 13,3 milhões de famílias beneficiárias, com benefício médio de R\$ 120,19. Para 2013, o processo de expansão continua, quando se espera chegar ao final com 13,8 milhões de famílias beneficiárias.

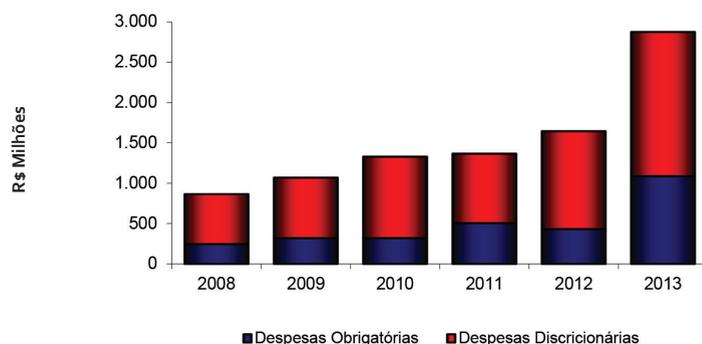
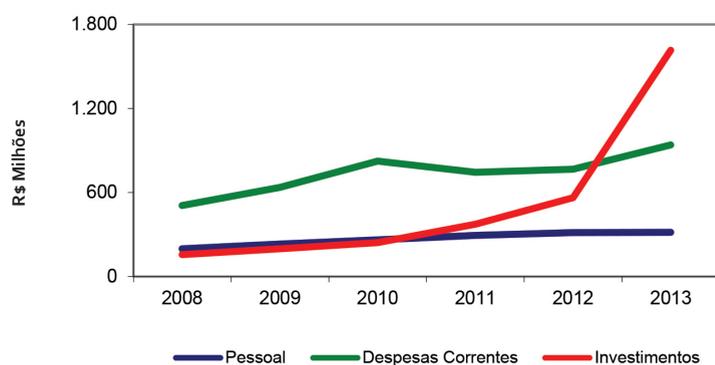
A política de Segurança Alimentar contará com R\$ 2,5 bilhões em 2013. Ela cuida da realização do direito de todos ao acesso a alimentos de qualidade, em quantidade e em regularidade que supram necessidades do organismo. Para tanto, existem diversas ações que abrangem a distribuição gratuita de alimentos em casos de urgência, o auxílio à instalação de equipamentos comunitários (hortas e cozinhas comunitárias, restaurantes populares), para produção e venda de alimentos a baixo custo, e a promoção do acesso à água para consumo humano e para utilização na produção de alimentos ou criação de animais em áreas de clima semiárido (por meio da construção de cisternas). Além disso, a agricultura familiar tem papel crucial na economia das pequenas cidades e responde por uma parcela significativa da produção de alimentos, tornando-se fundamental para garantir a segurança alimentar.

Por fim, no item Demais, será alocado R\$ 1,4 bilhão, sendo R\$ 407 milhões para a promoção dos direitos de crianças e adolescentes, R\$ 245 milhões para o desenvolvimento regional, territorial sustentável e economia solidária, R\$ 448,4 milhões para apoio à educação infantil das famílias beneficiadas no Bolsa Família e o restante para gestão e manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

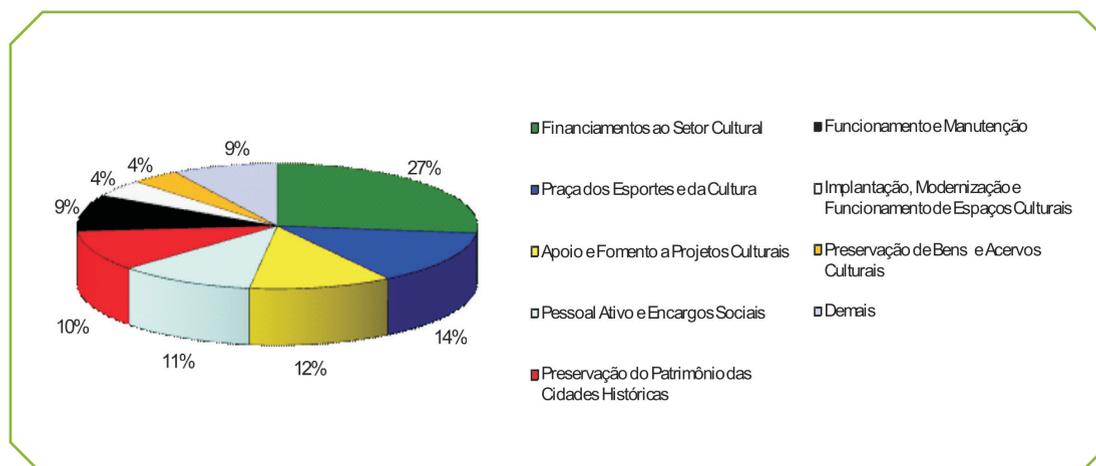
A Cultura é tema previsto no artigo 215 da Constituição, que determina ao Estado a garantia de todos ao pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, além de apoiar e incentivar a valorização e a difusão das manifestações culturais. Além disso, é dever do Estado a proteção das manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

Para materializar os preceitos constitucionais, o Ministério da Cultura possui competência relacionada à política nacional de cultura; à proteção do patrimônio histórico e cultural; e à prestação de assistência e acompanhamento junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) naquelas ações de regularização fundiária para garantir a preservação da identidade cultural dos remanescentes das comunidades dos quilombos.

O referido Ministério possui sete entidades vinculadas: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Fundação Casa de Rui Barbosa, Fundação Biblioteca Nacional, Fundação Cultural Palmares, Fundação Nacional de Artes (Funarte), Agência Nacional do Cinema (Ancine) e Instituto Brasileiro de Museus (Ibram).



PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO



Em 2013, a Cultura receberá o total de R\$ 2,9 bilhões.

Para financiamentos ao setor cultural, estão previstos R\$ 774,4 milhões. São ações de concessão de financiamento à empreendedores culturais, de financiamento ao setor audiovisual (Fundo Setorial do Audiovisual) e investimentos retornáveis, mediante participação em empresas e projetos de acordo com a *Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006* (Lei do Audiovisual).

No âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o projeto Praça dos Esportes e da Cultura (PEC) terá o valor de R\$ 400 milhões. O objetivo é integrar, num mesmo espaço físico, programas e ações culturais, práticas esportivas e de lazer, formação e qualificação para o mercado de trabalho, serviços socioassistenciais, políticas de prevenção à violência e inclusão digital, de modo a promover a cidadania em territórios de alta vulnerabilidade social das cidades brasileiras. Os espaços integrados poderão ser compostos por: cineteatro, biblioteca, telecentro, sala multiuso, pista de skate, pista de caminhada, kit básico esportivo, equipamentos de ginástica, ginásio poliesportivo, espaço criança, bicicletário, quadra de areia, espaço terceira idade, anfiteatro ao ar livre, Centro de Referência de Assistência Social (Cras).

Em relação ao Apoio e Fomento a Projetos Culturais, o gasto previsto é de R\$ 330,3 milhões. Os projetos culturais são eventos artísticos diversos, como espetáculos, exposições, oficinas, festivais, entre outros. Destaca-se, ainda, fomento a projetos culturais na área do livro, da leitura e do conhecimento científico, artístico e literário.

Para a realização das atividades de cultura, o Governo Federal alocará R\$ 316,5 milhões com pagamento de

Pessoal Ativo e Encargos Sociais e R\$ 271,7 milhões com funcionamento e manutenção. Trata-se de ações de coordenação e manutenção dos mecanismos de incentivo à cultura previstos na Lei Rouanet e administração das suas unidades.

Ainda no que concerne ao PAC, destaca-se o projeto Preservação do Patrimônio das Cidades Históricas, que terá o valor de R\$ 300 milhões. O PAC Cidades Históricas tem por objetivo planejar, desenvolver, fomentar, coordenar, monitorar e avaliar ações pactuadas de preservação do patrimônio cultural brasileiro, prioritariamente, por meio dos acordos de preservação do patrimônio cultural, com vistas ao desenvolvimento socioeconômico.

No que se refere à Implantação, Modernização e Funcionamento de Espaços Culturais, a previsão de gasto é de R\$ 126,5 milhões. Além do funcionamento propriamente dito dos espaços culturais da União, incluem-se nesses gastos a digitalização de acervos culturais e o funcionamento de bibliotecas da União, entre outras atividades.

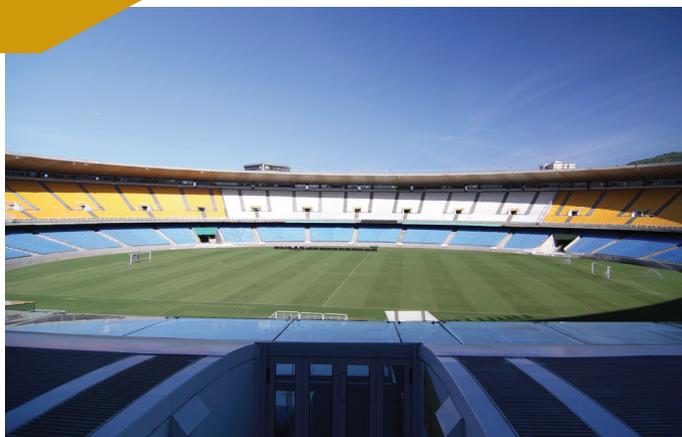
Para a área de Preservação de Bens e Acervos Culturais, serão gastos R\$ 113,2 milhões. Trata-se de custos para funcionamento de museus do Governo Federal; preservação de acervos audiovisuais; resgate da documentação histórica do Brasil existente no exterior; entre outras iniciativas.

Por fim, do item Demais, constam R\$ 12,1 milhões para produção e difusão cultural, R\$ 7,1 milhões para a valorização indígena e R\$ 4,3 milhões para a cultura afro-brasileira. Por sua vez, os pontos de cultura receberão R\$ 1,7 milhão para promover, ampliar e garantir o acesso da sociedade aos meios de fruição, produção e difusão cultural, visando à constituição de uma rede de articulação de iniciativas culturais.

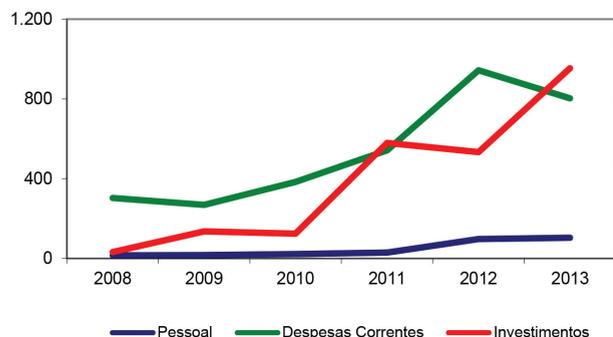
Nossa Constituição, em seu artigo 6º, consagrou o lazer como direito social. A respeito do esporte, o artigo 217 declara: é dever do Estado fomentar práticas desportivas, como direito individual, demonstrando a importância desse tema para a sociedade brasileira.

No Governo Federal, o Ministério do Esporte é responsável por construir a Política Nacional de Esporte. Além de desenvolver o esporte de alto rendimento, o Ministério trabalha ações de inclusão social, garantindo à população brasileira o acesso à prática esportiva, à melhor qualidade de vida e ao desenvolvimento humano.

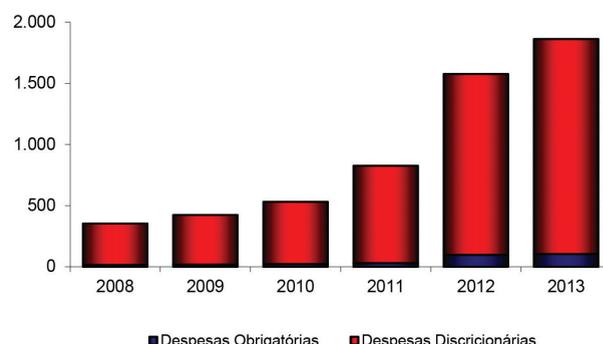
A atuação desse Ministério está vinculada à consecução dos seguintes objetivos de Governo: promover a inclusão social e a redução das desigualdades; fortalecer a democracia, com igualdade de gênero, raça e etnia e a cidadania com transparência, diálogo social e garantia dos direitos humanos. Além disso, sua ação é estruturada a partir do Plano Nacional de Desenvolvimento do Esporte, o qual possui quatro eixos: inclusão social pelo esporte e lazer; qualificação do esporte de rendimento; ampliação da infraestrutura esportiva; e promoção de grandes eventos esportivos.



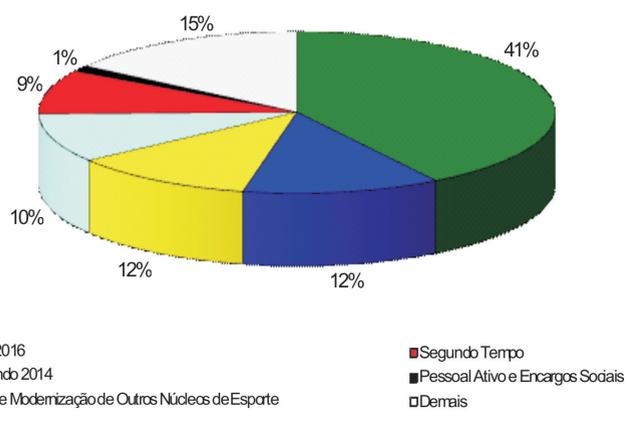
R\$ Milhões



R\$ Milhões



PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO



De R\$ 1,9 bilhão alocado para esporte e lazer, os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016 receberão R\$ 763,7 milhões. No que concerne à implantação de infraestrutura esportiva, serão destinados R\$ 500 milhões. Além disso, estão sendo alocados R\$ 131 milhões para a preparação e organização dos jogos. Para apoio à implantação, gestão e manutenção da Autoridade Pública Olímpica (APO), criada sob a forma de Consórcio Público, por meio da *Lei nº 12.396, de 21 de março de 2011*, e que tem como objetivo coordenar a participação do Governo Federal, do Estado e do Município do Rio de Janeiro na preparação e realização da competição, especialmente para assegurar o cumprimento das obrigações por eles assumidas perante o Comitê Olímpico Internacional, serão destinados R\$ 132,7 milhões.

Deve ser ressaltado ainda que a realização dos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro em 2016, com qualidade e excelência, não se limita à construção de arenas esportivas modernas e sustentáveis ou à melhoria da mobilidade urbana, por exemplo, mas alcança primordialmente o desempenho de atletas e equipes brasileiras nos Jogos. Para tanto, o Plano Medalha Olímpica 2016 irá possibilitar um investimento adicional à preparação de atletas e equipes nacionais elencados entre os esportes com maior probabilidade de alcançar resultado esportivo em 2016. As linhas de apoio serão: seleções, centros de treinamento, apoio direto aos atletas e à ciência e tecnologia esportiva. A meta do Plano é colocar o Brasil em nono lugar pelo número de medalhas conquistadas nos Jogos Olímpicos Rio 2016.

Para ações de apoio à realização da Copa do Mundo FIFA 2014, serão destinados R\$ 230 milhões. Nessas ações, incluem-se promoção e comunicação do evento; atividades de monitoramento das ações realizadas; implantação de Centros de Treinamento esportivos; constituição de programa de voluntariado, além de apoio ao evento e aos turistas; e pagamento de consultorias de apoio ao planejamento e gerenciamento das atividades para organização e realização da Copa.

A Implantação e Modernização de Outros Núcleos de Esporte receberá R\$ 214 milhões, dos quais R\$ 199,5 milhões serão destinados para implantação de espaços públicos de esporte e lazer – Praça do Esporte, R\$ 12,9 milhões para implantação e modernização de infraestrutura para esporte educacional, recreativo e de lazer e R\$ 1,6 milhão para implantação e modernização de infraestrutura para o esporte de alto rendimento.

Para a concessão do Bolsa Atleta, serão destinados R\$ 183 milhões. O programa visa garantir a manutenção pessoal aos atletas de alto rendimento. Com isso, busca-se dar as condições necessárias para que se dediquem ao treinamento esportivo e possam participar de competições que permitam o desenvolvimento de suas carreiras. O programa atua em seis categorias: Base, Estudantil, Nacional, Internacional, Olímpica/Paraolímpica e Pódio, em 74 modalidades. O valor do benefício mensal varia de R\$ 370, para atletas estudantes e atletas de base, a R\$ 15 mil, para atletas de modalidades olímpicas e paraolímpicas que estejam entre os vinte melhores do mundo em sua prova. Além disso, estão sendo alocados R\$ 135,5 milhões para a preparação de atletas.

O programa Segundo Tempo será contemplado com R\$ 164,4 milhões que será destinado ao desenvolvimento de atividades e apoio a projetos de esporte, educação, lazer e inclusão social. Esse programa tem como público-alvo crianças, adolescentes e jovens expostos aos riscos sociais e busca democratizar o acesso à prática e à cultura do esporte de forma a promover o desenvolvimento de valores sociais, contribuir para a melhoria das capacidades físicas e habilidades motoras e para a diminuição da exposição aos riscos sociais. Atualmente, os Núcleos de Esporte Educacional estão implantados em todas as unidades da Federação.

Para pagamento de Pessoal Ativo e Encargos Sociais do Ministério do Esporte, serão destinados R\$ 22,6 milhões.

Por fim, para as Demais áreas, serão alocados R\$ 284,7 milhões. Merecem destaque as ações de implantação de controle de acesso e monitoramento nos estádios de futebol para segurança do torcedor, a realização e o apoio a eventos e competições de esporte participativo e de esporte escolar e a administração das unidades.



DIREITOS DA CIDADANIA



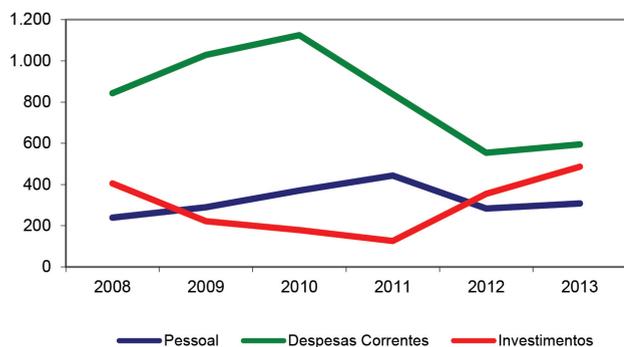
A cidadania é o conjunto de direitos e deveres referentes ao indivíduo em relação à sociedade em que vive.

Quem garante os nossos direitos é a lei, e o Brasil, em sua Constituição, estabelece como princípio fundamental a Cidadania. O Título II, por exemplo, trata dos direitos e das garantias fundamentais e contém capítulos sobre direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, nacionalidade e direitos políticos.

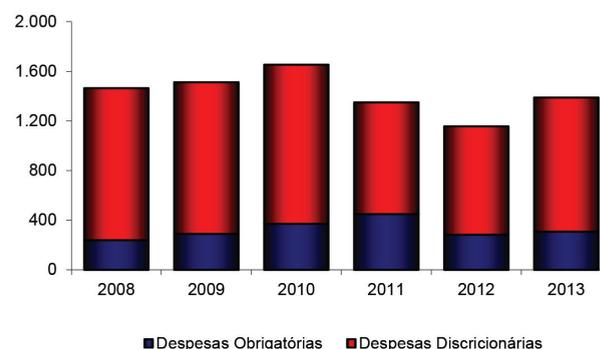
Diversas políticas de governo têm impacto significativo sobre o exercício da cidadania, levando aos brasileiros, sobretudo àqueles mais carentes, os serviços essenciais à satisfação de uma vida melhor para todos, como garantia à saúde, justiça, segurança, educação de qualidade e ao lazer.

As políticas públicas que tratam dos direitos da cidadania são desenvolvidas no âmbito da Presidência da República pelas Secretarias de Direitos Humanos, de Políticas para as Mulheres e de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. A proteção dos direitos dos povos indígenas está a cargo da Fundação Nacional do Índio (Funai), órgão vinculado ao Ministério da Justiça. Além disso, diversas unidades deste Ministério, somadas ao Departamento Penitenciário Nacional, também trabalham para a garantia de direitos da cidadania.

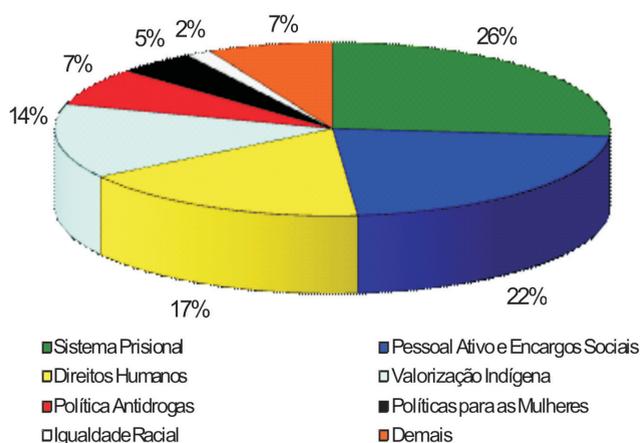
R\$ Milhões



R\$ Milhões



PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO



Para garantir os Direitos da Cidadania, o orçamento para área em 2013 será de R\$ 1,4 bilhão. Vale ressaltar que nesse valor não estão contempladas as ações adotadas pelo Poder Judiciário.

A maior parte dos recursos será destinada ao Sistema Prisional, R\$ 366,3 milhões, visando à segurança pública com cidadania, incluindo a questão da custódia e da reintegração dos presos. Para tanto, teremos, entre outras, ações de reestruturação e modernização do sistema criminal e penitenciário, R\$ 303,5 milhões; consolidação do sistema penitenciário federal, R\$ 42,9 milhões; e reintegração social, alternativas penais e controle social, R\$ 12,9 milhões.

A despesa com Pessoal Ativo e Encargos Sociais será de R\$ 308,1 milhões, grande parte é para o pagamento dos servidores da Funai, que atendem nas unidades localizadas em Estados que possuem reservas indígenas, além da própria sede, no Distrito Federal, e do Museu do Índio, localizado no Rio de Janeiro.

Com relação à Valorização Indígena serão direcionados R\$ 192,9 milhões. Um dos maiores desafios dessa iniciativa é garantir aos índios terras tradicionalmente reconhecidas como territórios indígenas nos termos do artigo 231 da Constituição. Além da garantia de terra, o Governo Federal também assegura aos povos indígenas proteção social e promoção de seu patrimônio cultural.

O tema Direitos Humanos contará com R\$ 237,7 milhões, perpassando diversas áreas. No que tange à promoção dos direitos de crianças e adolescentes, destaca-se a estratégia de ação Brasil Protege com R\$ 59,9 milhões, que cria uma rede de proteção contra a violência física, sexual e psicológica sofrida por crianças e adolescentes, incluindo a construção, reforma e equipagem das unidades de atendimento especializado. Outras ações incluem a proteção das pessoas ameaçadas, R\$ 35,7 milhões; os serviços de Disque Direitos Humanos (Disque 100), R\$ 19 milhões; o apoio e a implementação de centros de referência em direitos humanos, R\$ 10,4 milhões; a promoção dos direitos da pessoa com deficiência, R\$ 8,7 milhões; a promoção e a defesa dos direitos da pessoa idosa, R\$ 5,4 milhões; a promoção e a defesa dos direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, R\$ 1 milhão; entre outras iniciativas.

A Política Antidrogas receberá R\$ 98,6 milhões para ações de repressão, prevenção, tratamento, recuperação e reinserção social. Tais ações deverão ser realizadas de forma descentralizada e integradas, por meio da conjugação de esforços entre a União, os Es-

tados, o Distrito Federal e os Municípios, observadas a interssetorialidade, a interdisciplinaridade, a integralidade, a participação da sociedade civil e o controle social. Destacamos o programa "Crack, É Possível Vencer" que tem o objetivo de aumentar a oferta de tratamento de saúde e atenção aos usuários de drogas, enfrentar o tráfico e as organizações criminosas e ampliar atividades de prevenção, com ações estruturadas em três eixos: cuidado, autoridade e prevenção.

Já a Política para as Mulheres, contará com R\$ 63 milhões. Destacam-se as ações para a ampliação e a consolidação da rede de serviços de atendimento às mulheres em situação de violência, R\$ 22,4 milhões, que proporciona acolhimento físico e psicológico à mulher agredida. Essa rede de serviços constitui-se em centros de referência para o atendimento à mulher em situação de violência, delegacias especializadas, casas abrigo e ouvidorias da mulher. Encontram-se também iniciativas para o incentivo à autonomia econômica e ao empreendedorismo das mulheres, R\$ 11,5 milhões, além da prestação de serviços disponibilizada pela Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180), R\$ 7 milhões.

No que se refere à Igualdade Racial, serão destinados R\$ 21 milhões, com destaque para ações voltadas ao fomento e ao desenvolvimento local para comunidades remanescentes de quilombos e outras comunidades tradicionais, além das iniciativas de fomento a Ações Afirmativas e Outras Iniciativas para a Promoção da Igualdade Racial.

Por fim, nas Demais áreas, destacam-se a política nacional de justiça, a proteção e a defesa do consumidor, a defesa dos direitos difusos, a promoção da justiça de transição e da anistia política, a democratização do acesso à cidadania e à justiça.

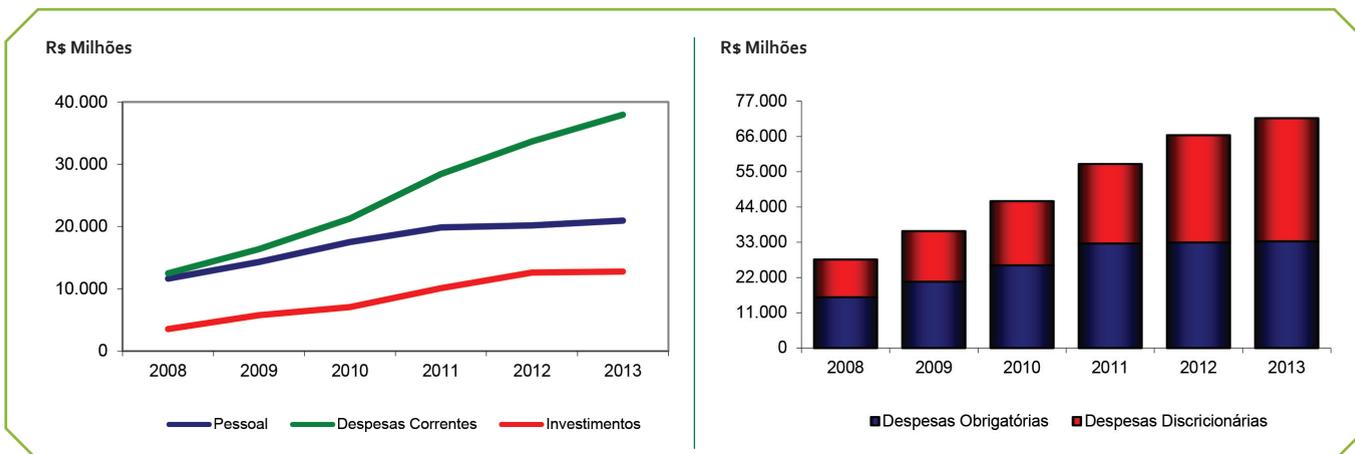


O direito à educação foi consagrado como um direito social no artigo 6º da nossa Constituição. Com isso, o Estado passou a ter a obrigação de garantir educação de qualidade a todos os brasileiros. O poder público não é, no entanto, o único responsável pela garantia desse direito. Conforme previsto no artigo 205 da Constituição, a educação também é dever da família e cabe à sociedade promover, incentivar e colaborar para a realização desse direito.

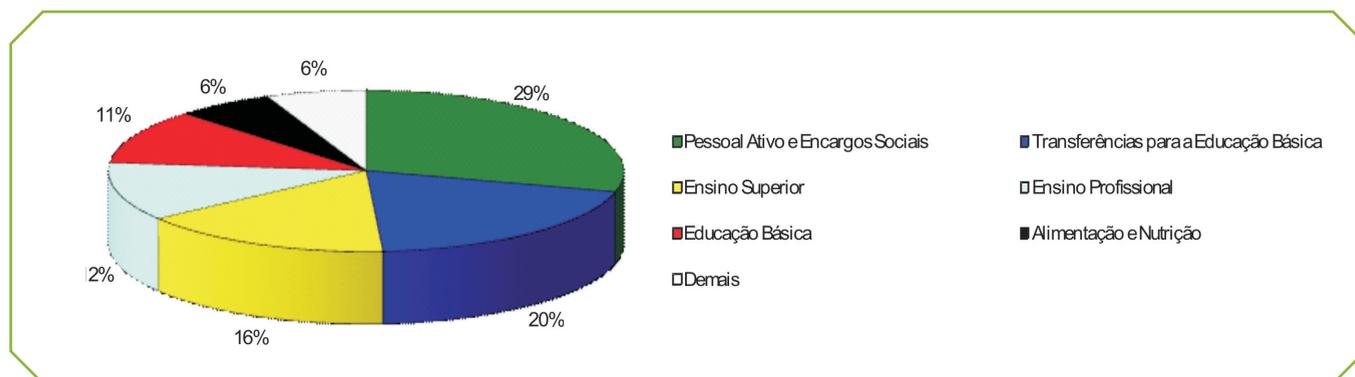


O Ministério da Educação é o órgão responsável pela política educacional brasileira em nível federal. Nesse sentido, além de apoiar os sistemas de ensino estaduais e municipais, mantém as redes federais de educação profissional e tecnológica e de ensino superior, os Hospitais de Ensino Federais, e atua na educação básica, por intermédio do Colégio Pedro II, e na especial, por meio do Instituto Nacional de Educação de Surdos e do Instituto Benjamin Constant, voltado às questões de deficiência visual.

Considerado o referencial das políticas educacionais, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), lançado em 2007, é um plano de médio e longo prazos, que visa enfrentar estruturalmente a desigualdade de oportunidades educacionais e promover a educação de qualidade da creche à pós-graduação. O PDE consiste num conjunto de ações estruturadas e articuladas que envolvem quatro eixos: Educação Básica; Alfabetização, Educação Continuada e Diversidade; Ensino Profissional e Tecnológico; e Educação Superior. O programa contempla ações de gestão educacional e de infraestrutura nas escolas; de construção de creches, escolas, laboratórios e bibliotecas; extensão da merenda para o ensino médio; melhorias no transporte de estudantes; formação de professores; reestruturação e expansão das universidades federais; expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica; entre outras.



PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO



Dos R\$ 71,7 bilhões alocados para a área da educação, R\$ 21 bilhões serão para as despesas com Pessoal Ativo e Encargos Sociais. Deste valor, R\$ 11 bilhões são para pagamento de pessoal do ensino superior e R\$ 3,3 bilhões para pagamento de pessoal dos hospitais universitários. É importante destacarmos que, pelas funções que exerce, é inerente à Educação ter grande quantitativo de mão de obra qualificada. São professores, assistentes e agentes de educação, entre outros, que permeiam essa área do governo.

Serão destinados R\$ 14,2 bilhões às Transferências para Educação Básica para a complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

No valor acima, referente às transferências para a Educação Básica, não estão incluídos os valores que são obrigações constitucionais e legais (cota-parte do Salário-Educação), cujo total de R\$ 41,4 bilhões encontra-se em “Encargos Especiais”.

Na área de Educação Básica, serão aplicados R\$ 7,9 bilhões. Essa área tem por objetivo contribuir para a universalização da educação básica de forma a assegurar equidade nas condições de acesso e permanência dos alunos à educação infantil, ao ensino fundamental e médio e à educação de jovens e adultos. Para a Educação Infantil, estão destinados R\$ 2,4 bilhões e para Jovens e Adultos, R\$ 921,1 milhões.

Estão previstos também recursos para, entre outros, o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), com R\$ 2,4 bilhões, e o transporte escolar, com R\$ 1,1 bilhão, dos quais, R\$ 644 milhões para a manutenção da frota existente por meio do Programa de Apoio ao Transporte Escolar (Pnate) e R\$ 479,2 milhões para a compra de novos veículos por meio do Pnate – Caminho da Escola. Todos caracterizam apoio do Governo Federal às escolas estaduais e municipais.

Para o Ensino Superior, serão destinados R\$ 11,1 bilhões. As prioridades dessa área são diversas, entre as quais estão cursos de graduação, concessão de financiamento a

estudantes do ensino superior não gratuito e expansão das Universidades Federais existentes. Além disso, o Governo Federal expandirá a oferta de bolsas de estudo e pesquisa no Brasil e no exterior, em diferentes modalidades. Sob a ótica da ampliação do acesso e da permanência na educação superior, as duas principais vertentes são a concessão de bolsas de estudo pelo Programa Universidade para Todos (ProUni) e a de financiamento estudantil, por meio do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies).

As ações na área do Ensino Profissional, especificamente quanto à educação profissional e tecnológica, têm previsão de R\$ 5,5 bilhões, com destaque para a expansão da rede federal e a reestruturação das redes estaduais de ensino; a expansão de vagas no nível médio integrado; a graduação tecnológica; entre outros projetos.

O apoio à alimentação escolar na Educação Básica é o destaque na área de Alimentação e Nutrição. O Governo tem se esforçado para atender as necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência em sala de aula, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar dos estudantes, e para promover a formação de hábitos alimentares saudáveis. A previsão de recursos para essa área é de R\$ 4,4 bilhões.

Em Demais, estão classificadas ações da área de Atenção Básica, na qual se destacam benefícios aos servidores e seus dependentes; assistência hospitalar e ambulatorial, no âmbito dos hospitais de ensino, além de outras ações de impacto direto na Educação, como a disponibilização de infraestrutura de tecnologia da informação, recursos para o fomento à pós-graduação, entre outros.

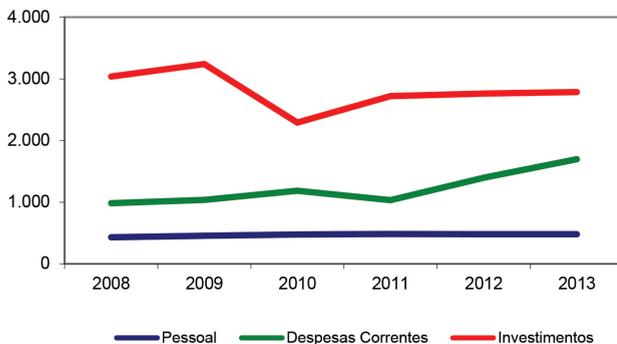
O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico (Pronatec) foi criado por meio da *Lei nº 12.513, de 23 de outubro de 2011*, e tem como objetivo expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) para a população brasileira. Os recursos do programa virão do Ministério da Educação, do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), do Sistema S e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

A organização agrária tem como pilar o princípio da função social da propriedade, inscrito no Título VII da Constituição.

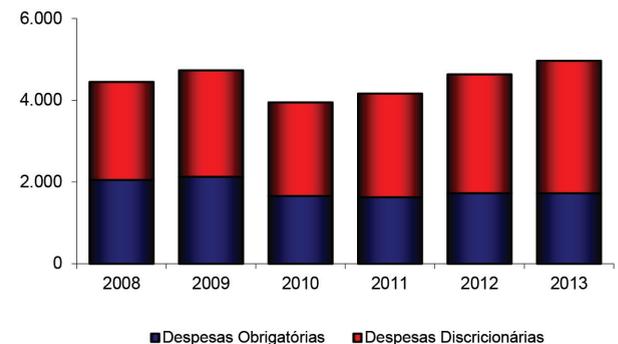
O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) é o principal responsável pela Organização Agrária no Brasil, tendo como áreas de sua competência: reforma agrária; promoção do desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares; e identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos. O Ministério também exerce, em caráter extraordinário, as competências relativas à regularização fundiária na Amazônia Legal (área que engloba nove Estados brasileiros pertencentes à Bacia Amazônica e que, por consequência, possuem em seus territórios trechos da floresta amazônica).



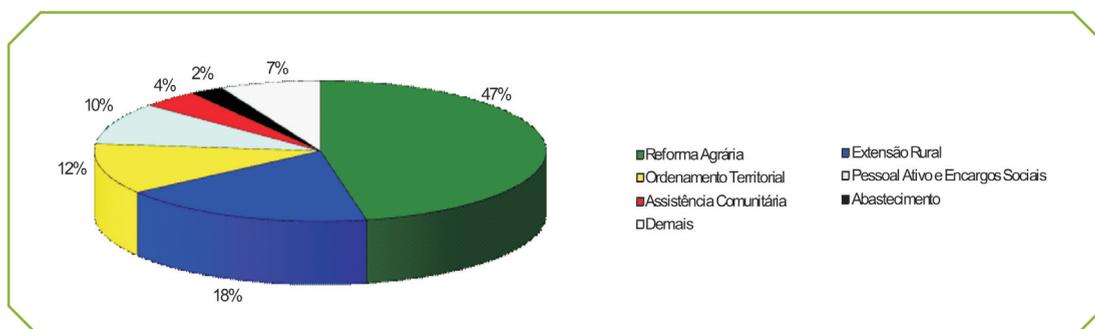
Rs Milhões



Rs Milhões



PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO



Para 2013 está previsto o montante de R\$ 5 bilhões à Organização Agrária. Desse total, R\$ 2,3 bilhões serão destinados à Reforma Agrária.

A Reforma Agrária é um processo de emancipação social, econômica e política de imensos contingentes do campo. E o governo trabalha para que o assentado de hoje seja o agricultor familiar de amanhã, multiplicando riquezas e impulsionando a economia regional. Nesse contexto, os recursos serão destinados, entre outras ações, para a concessão de crédito para instalação das famílias assentadas, R\$ 946 milhões; desapropriação de imóveis rurais para reforma agrária, R\$ 720,5 milhões; desenvolvimento de assentamentos rurais, R\$ 264,7 milhões; concessão de crédito para aquisição de imóveis rurais e investimentos básicos, R\$ 300 milhões.

Em relação à Extensão Rural, serão R\$ 905,8 milhões, com a maior parte dos recursos, cerca de R\$ 902,9 milhões, destinados à Agricultura Familiar, atividade que contribui para o desenvolvimento rural sustentável, atuando no aumento da oferta de alimentos, na geração de renda e na organização econômica dos agricultores familiares assentados da reforma agrária e povos de comunidades tradicionais.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) financia projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. O programa possui as mais baixas taxas de juros dos financiamentos rurais para o custeio da safra, atividade agroindustrial, ou para o investimento em máquinas, equipamentos ou infraestrutura de produção e serviços agropecuários ou não agropecuários.

Merece destaque o Ordenamento Territorial, que será contemplado com R\$ 577,7 milhões. Nesse âmbito, estão previstas ações para a aquisição de máquinas e equipamentos com vistas à recuperação de estradas vicinais de acesso a Municípios com até 50 mil habitantes, R\$ 300 milhões, constantes do Programa de Aceleração do Cresci-

mento (PAC). Ainda no Ordenamento Territorial, constam iniciativas para o desenvolvimento sustentável de territórios rurais, R\$ 155,3 milhões, como o apoio a projetos de infraestrutura e serviços, e ações para organização e regularização da estrutura fundiária, R\$ 122,4 milhões, como o georreferenciamento da malha fundiária nacional.

Para o próximo ano, o MDA prestará Assistência Comunitária para Agricultura Familiar, contando para isso com recursos na ordem de R\$ 203 milhões. Por meio da contribuição ao Fundo Garantia-Safra (*Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002*), garantirá condições mínimas de sobrevivência aos agricultores familiares de Municípios sistematicamente sujeitos a perda de safra por razão de secas ou excesso de chuvas, situados na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Para a safra 2012/2013, serão disponibilizadas 940 mil cotas de adesão, com cobertura de 680 reais por agricultor.

O item Abastecimento, com R\$ 118,4 milhões, refere-se ao Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA). O Programa propicia a aquisição de alimentos de agricultores familiares, de forma menos burocrática, e os destina a grupos populacionais em situação de insegurança alimentar. Dessa forma, proporciona o acesso a alimentos às populações em situação de risco e promove a inclusão social e econômica no campo por meio do fortalecimento da agricultura.

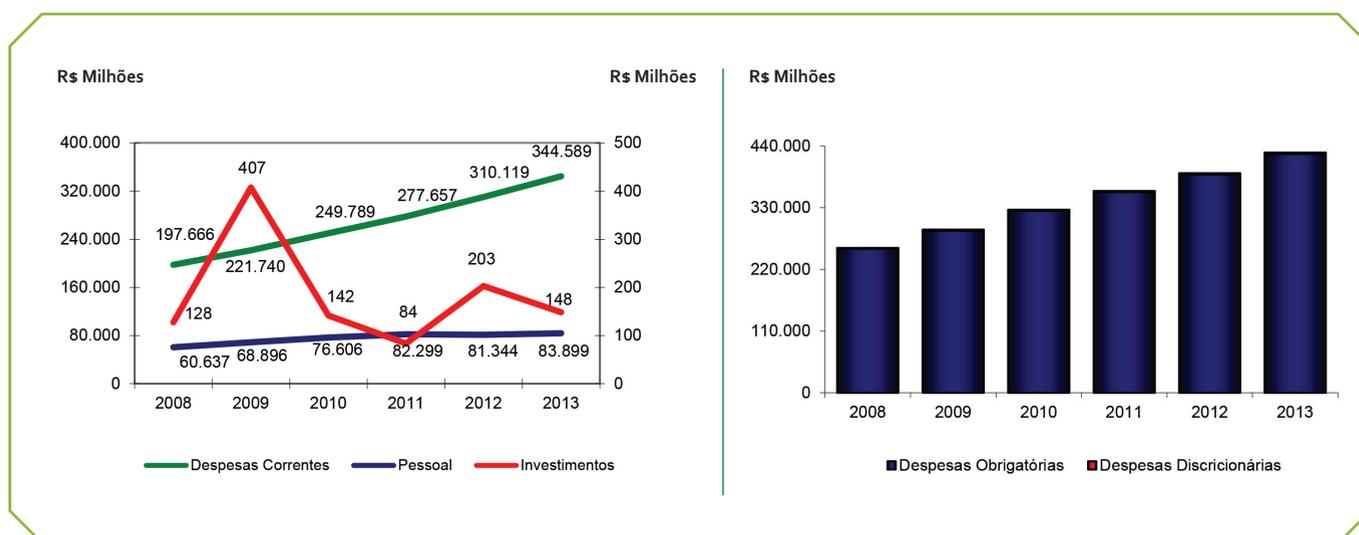
Em Demais, destacam-se iniciativas voltadas ao ensino profissional para promoção da educação no campo, R\$ 30 milhões; à assistência social e pacificação no campo, R\$ 7,6 milhões; ao gerenciamento e à fiscalização do cadastro rural, R\$ 5 milhões.

Por fim, o Ministério e sua entidade vinculada, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), contarão, para o custeio de Pessoal Ativo e Encargos Sociais, com recursos no valor de R\$ 480,8 milhões.

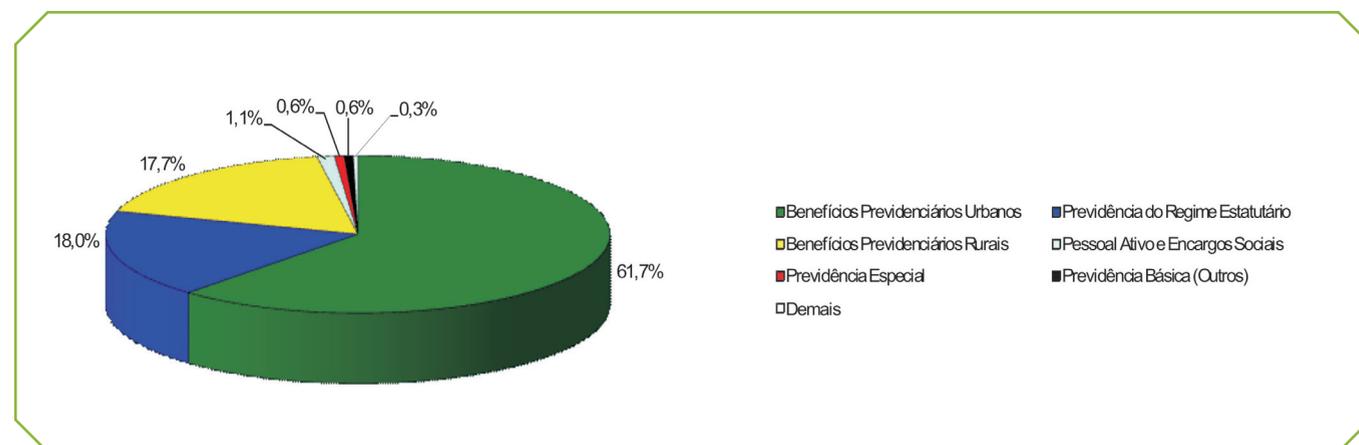
PREVIDÊNCIA SOCIAL



A Previdência Social, prevista na Constituição Federal como um direito social, organiza-se em três regimes: Regime Geral de Previdência Social (RGPS), Regime Próprio de Previdência do Servidor (RPPS) e Regime de Previdência Complementar (RPC), sendo os dois primeiros públicos, e o último, privado. O principal órgão responsável por esse seguro social – que garante à pessoa que contribui (e também àquelas que não contribuíram nos casos específicos em Lei) uma renda em caso dos eventos de doença, invalidez, idade avançada, morte, desemprego involuntário, maternidade e reclusão –, o Ministério da Previdência Social conta, entre outros, com as seguintes entidades vinculadas para o desempenho de suas funções: Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) e Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (Dataprev).



PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO



Para arcar com todas as demandas que o conjunto dos regimes de previdência sob sua responsabilidade lhe remetem, o Ministério contará com recursos da ordem de R\$ 428,6 bilhões do orçamento federal de 2013.

O RGPS, principal regime de previdência do País, mais conhecido como Previdência Básica, possui caráter contributivo, filiação obrigatória, deve observar critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e atende aos empregados do setor privado, aos funcionários públicos celetistas (aqueles que possuem contratos regidos de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT) e aos contribuintes autônomos, isto é, aqueles que contribuem de forma espontânea para a Previdência Social, como, por exemplo, os profissionais liberais. A Previdência Básica é gerenciada pelo INSS e os benefícios são pagos diretamente aos segurados por meio de transferências bancárias. Por atender a maior parte dos beneficiários do seguro social, esse regime de previdência terá disponível a maior parcela dos recursos destinados à Previdência Social, chegando a um total de R\$ 342,8 bilhões, que serão utilizados principalmente para o pagamento de aposentadorias e pensões. Nesse aspecto estão previstos R\$ 264,4 bilhões para o pagamento de Benefícios Previdenciários Urbanos e R\$ 75,8 bilhões

para os Benefícios Previdenciários Rurais. Além do pagamento de benefícios previdenciários, parte dos recursos destinados à Previdência Básica (Previdência Básica Demais) irá para execução de ações que impactam diretamente no serviço prestado pela previdência social à sociedade, como, por exemplo, as relacionadas ao funcionamento das unidades descentralizadas do INSS.

Já o RPPS, também conhecido como Previdência do Regime Estatutário, possui caráter contributivo e solidário, devendo também observar critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial. Ele é o responsável pela seguridade social dos servidores públicos titulares de cargo efetivo da União, dos Estados, do Distrito Federal e de 1.900 Municípios (os demais Municípios mantêm a vinculação de seus servidores públicos ao RGPS), conforme previsto no artigo 40 da Constituição. Para atender as demandas previdenciárias dos servidores da União, serão destinados R\$ 77,2 bilhões, em especial para o pagamento de aposentadorias e pensões tanto dos servidores civis, quanto dos militares das forças armadas.

Em relação ao RPC, que tem caráter privado e facultativo, é competência do Ministério da Previdência Social, através da Previc, supervisionar os regimes de previdência complementar operados pelas entidades fechadas, também conhecidas como fundos de pensão.

A Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012, instituiu o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais titulares de cargo efetivo e autorizou a criação de três entidades fechadas de previdência complementar para os servidores dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. A nova legislação determina que serão aplicados os limites estabelecidos para os benefícios do RGPS às aposentadorias e pensões a serem concedidas aos servidores que tiverem ingressado no serviço público a partir do início de vigência do regime de previdência complementar.

Para atender os segurados que tenham trabalhado em condições prejudiciais à saúde ou à integridade física, existe na Previdência Social a área de Previdência Especial. Nessa área que, entre outras ações, são realizados os pagamentos de benefícios ao trabalhador que comprovar, além do tempo de trabalho, efetiva exposição aos agentes nocivos químicos, físicos, biológicos ou associação de agentes prejudiciais pelo período exigido para a concessão do benefício (15, 20 ou 25 anos). O valor previsto no orçamento federal de 2013 destinado ao pagamento desses benefícios, além de reparação de violações e defesa dos direitos humanos, é de aproximadamente R\$ 2,7 bilhões.

Para Pessoal Ativo e Encargos Sociais estão destinados

R\$ 4,8 bilhões, concentrados para pagamento de servidores das agências do INSS, cerca de R\$ 3,9 bilhões. O restante está para o pessoal da administração direta do Ministério da Previdência, com R\$ 59,8 milhões e para Superintendência Nacional de Previdência Complementar, R\$ 18 milhões.

No item Demais, encontram-se despesas de funcionamento do Ministério, do INSS e da Previc, no valor total de R\$ 436 milhões. Outras importantes ações incluídas nesse tópico são as da área de informação e inteligência, que terão disponíveis recursos totais de R\$ 149 milhões. É por meio dessas ações que se executam, entre outras, as atividades de gestão de cadastros para a Previdência Social.

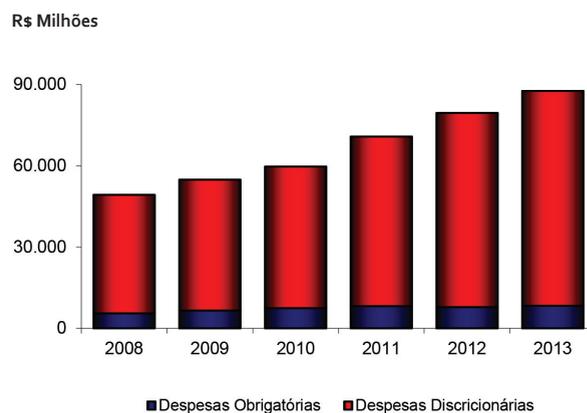
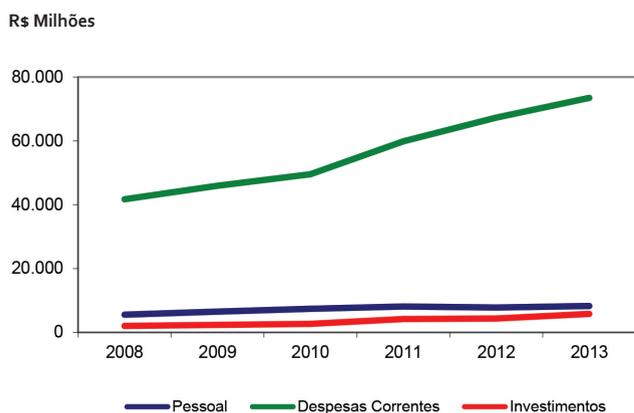
A saúde é um direito constitucionalmente assegurado a todos, portanto o Estado tem o dever de prover condições ao seu pleno exercício. O artigo 196 de nossa Constituição preceitua que "A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantindo mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal igualitário às ações e serviços para a sua promoção, proteção e recuperação."



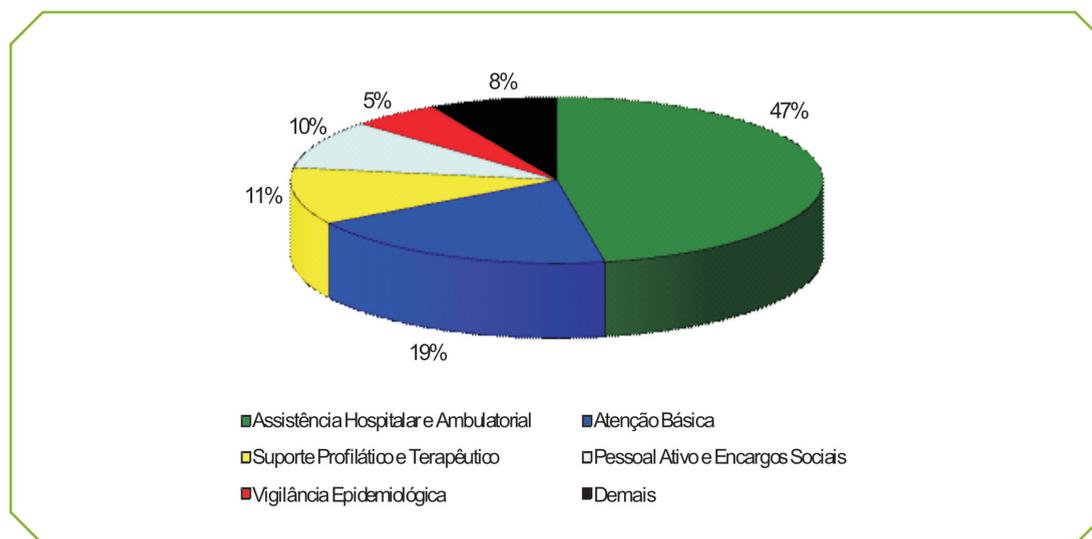
A política pública de saúde no Brasil é efetivada por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), criado pela Constituição, tem como objetivo ser importante mecanismo de promoção da equidade no atendimento das necessidades de saúde da população, ofertando serviços de qualidade, independente do poder aquisitivo do cidadão. Além de oferecer consultas, exames e internações, o SUS também promove campanhas de vacinação e ações de prevenção e de vigilância sanitária, abrangendo desde o simples atendimento ambulatorial até o transplante de órgãos.

O SUS se propõe a promover a saúde, priorizando as ações preventivas e democratizando as informações relevantes para que a população conheça seus direitos e os riscos à sua saúde.

A Emenda Constitucional nº 29, de 2000, regulamentada pela *Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012*, determina que os gastos com a Saúde na União devem receber incrementos anuais conforme a variação nominal do Produto Interno Bruto (PIB). Assim, os recursos orçamentários destinados para a Saúde em 2013 deverão ser 10,22% (projeção do PIB 2012) superiores aos que foram alocados no orçamento de 2012.



PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO



Dos R\$ 87,7 bilhões alocados para a área da saúde, o setor de Assistência Hospitalar e Ambulatorial contará com recursos da ordem de R\$ 41,3 bilhões. Nessa área, R\$ 35,6 bilhões se destinam para o atendimento ambulatorial e hospitalar em procedimentos de média e alta complexidade. Merece destaque também a destinação de recursos para Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu 192) que contará com R\$ 783 milhões. Serão ainda destinados R\$ 743 milhões para custeio da Rede Sarah de Hospitais de Reabilitação.

A atuação governamental em atenção básica é importante para ampliar o acesso da população aos serviços de que ela necessita e promover a qualidade e a humanização na atenção à saúde, por isso essa área receberá R\$ 16,8 bilhões. O destaque nessa área é o programa Saúde da Família, para o qual serão destinados R\$ 9,4 bilhões. O programa é operacionalizado mediante a implantação de equipes multiprofissionais. Essas equipes são responsáveis pelo acompanhamento de um número definido de famílias, localizadas em uma determinada área geográfica. As equipes atuam com ações de promoção da saúde, prevenção, recuperação, reabilitação de doenças e na manutenção da saúde desta comunidade. Nesse setor merece destaque também a destinação de R\$ 5,2 bilhões para o piso fixo da atenção básica e R\$ 1,2 bilhão para a construção e a ampliação de Unidades Básicas de Saúde (UBS).

Quanto ao Suporte Profilático e Terapêutico, serão aplicados R\$ 9,7 bilhões. Grande parte desse valor, R\$ 6,6 bilhões, será destinada à promoção da assistência farmacêutica do SUS. Já R\$ 2 bilhões serão aplicados em manutenção e funcionamento do Programa Farmácia Popular do Brasil, sendo grande parte para distribuição de medicamentos gratuitos (asma, hipertensão e diabetes)

e o restante para o subsídio de outros medicamentos para aquisição pelo cidadão com até 90% de desconto. O Programa foi criado com o objetivo de ampliar o acesso da população a medicamentos para combate das doenças mais comuns entre os cidadãos, contando com rede própria de farmácias populares e parceria com farmácias e drogarias da rede privada, chamada de "Aqui tem Farmácia Popular".

Quanto à área de Vigilância Epidemiológica, serão alocados R\$ 4,7 bilhões. Desse montante, R\$ 2 bilhões serão destinados aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios como incentivo financeiro para o desenvolvimento de ações para a vigilância em saúde. Outra grande parte, cerca de R\$ 2,2 bilhões, será para aquisição e distribuição de vacinas para prevenção e controle de doenças.

No que se refere às despesas de Pessoal Ativo e Encargos Sociais, a saúde contará com R\$ 8,3 bilhões. A maior parte desse valor, R\$ 5,5 bilhões, está no Fundo Nacional de Saúde. A outra, cerca de R\$ 2,7 bilhões, está dividida entre as Fundações Nacional de Saúde e Oswaldo Cruz com R\$ 966 milhões e R\$ 770,3 milhões, respectivamente, os hospitais do grupo hospitalar Conceição, com R\$ 584,1 milhões, e as Agências Nacionais de Saúde Suplementar e de Vigilância Sanitária, com R\$ 455,9 milhões.

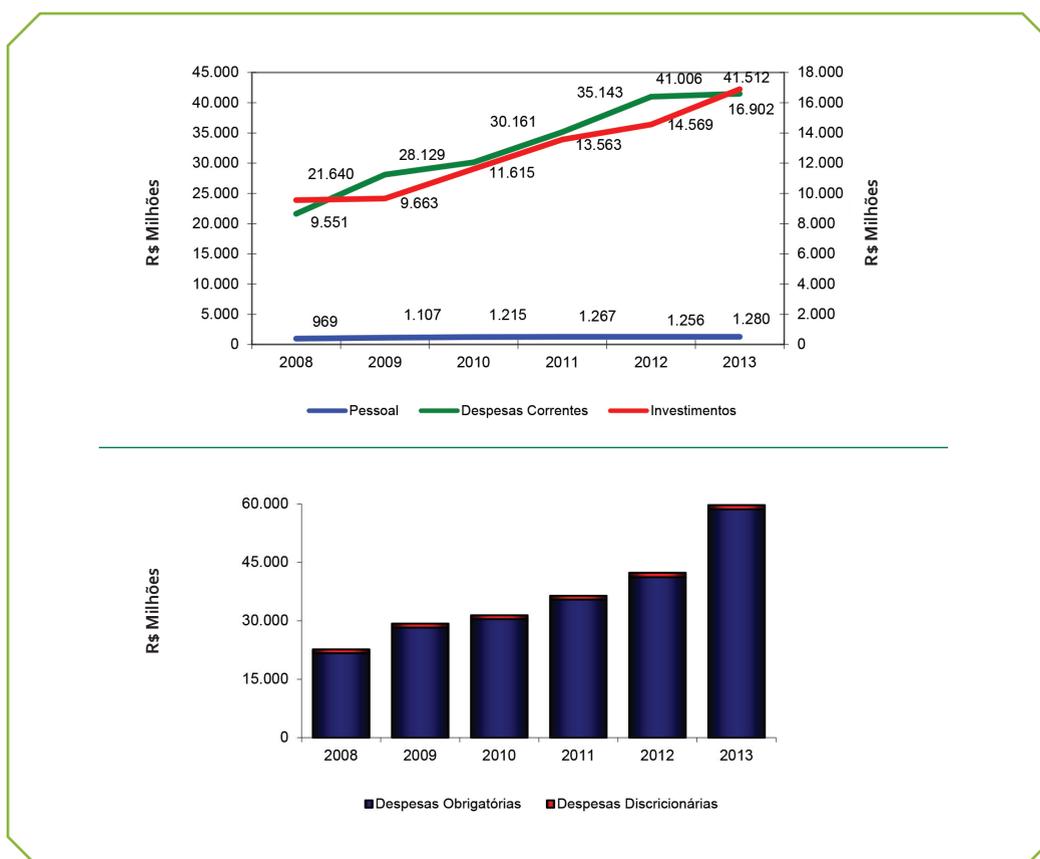
Finalmente, entre as Demais despesas, encontram-se ações que também possuem forte impacto na saúde da população. Entre elas se destacam aquelas referentes ao saneamento básico urbano e rural, que contará com recursos da ordem de R\$ 1,2 bilhão, destinado, principalmente, à implantação de melhorias sanitárias domiciliares e em sistemas públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário para prevenção e controle de doenças.

O Ministério do Trabalho e Emprego é o encarregado da elaboração e da implementação de políticas e diretrizes para a geração de emprego e renda e de apoio ao trabalhador, aliado à modernização das relações do trabalho. Entre as suas competências, destacam-se: a fiscalização das relações de trabalho, a formação e o desenvolvimento profissional, a política salarial e a segurança e a saúde no trabalho, além da questão da geração de emprego e renda.

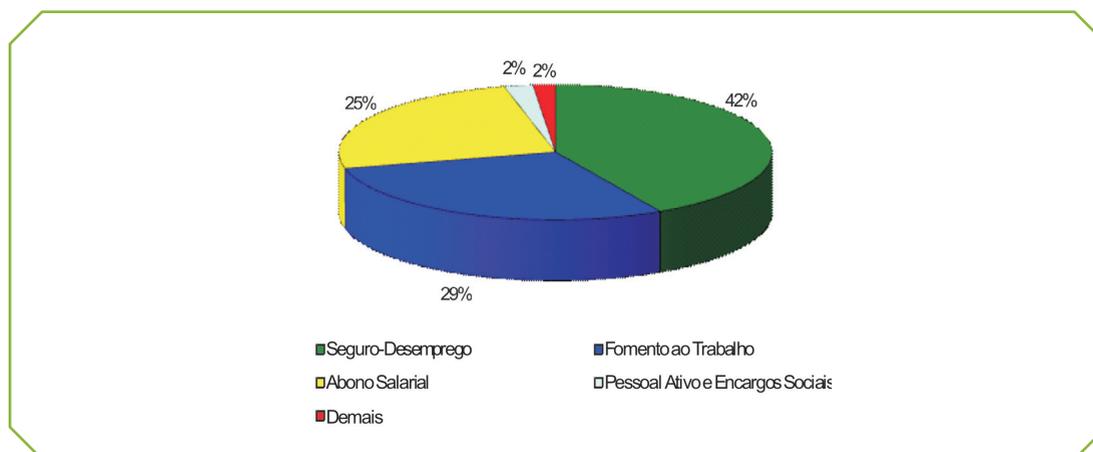


As ações de proteção ao trabalhador, como o seguro-desemprego e o patrocínio de cursos de requalificação ao trabalhador em situação temporária e involuntária de desemprego, são totalmente custeadas pelo Governo Federal, embora, na maioria das vezes, sua realização seja feita em parcerias com entidades sindicais, governos estaduais e municipais e organizações não governamentais, que se encarregam de sua execução. As principais fontes de recursos do Ministério são oriundas de receitas financeiras e do produto da arrecadação da contribuição para o Programa de Integração Social (PIS/Pasep), o qual se trata de uma contribuição devida pelas empresas e demais pessoas jurídicas, com o objetivo de pagar tanto o seguro-desemprego quanto o abono salarial, neste último caso, para trabalhadores que ganham até dois salários mínimos.

Adicionalmente, o Ministério promove gradativamente a universalização do direito dos trabalhadores à qualificação, com vistas a contribuir para o aumento da probabilidade de obtenção de emprego e trabalho decente e da participação em processos de geração de oportunidade de trabalho e renda, inclusão social, redução da pobreza, combate à discriminação e diminuição da vulnerabilidade das populações.



PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO



Dos R\$ 59,7 bilhões que serão destinados, a área de Proteção e Benefícios ao Trabalhador receberá R\$ 40,1 bilhões. Tal concentração se explica pelo fato de essa área agregar os pagamentos do Seguro-Desemprego e do Abono Salarial. Tais pagamentos vêm crescendo ao longo dos anos com a política de valorização do salário mínimo e pelo incremento da rotatividade nos postos de trabalho.

Quanto ao Seguro-Desemprego, a área contará com R\$ 25,1 bilhões para ações que visam à manutenção de renda, protegendo temporariamente o trabalhador, por desemprego sem justa causa, por resgate de trabalho análogo à escravidão, por interrupção de sua atividade produtiva (caso dos pescadores artesanais), ou ainda pela interrupção da atividade de seu empregador (bolsa qualificação).

No que diz respeito ao pagamento do Abono Salarial, com a totalidade de recursos de R\$ 15 bilhões, são beneficiados anualmente, no valor de um salário mínimo, todos os trabalhadores cadastrados no PIS/Pasep há pelo menos 5 anos, cuja remuneração mensal, no ano anterior, tenha sido de, em média, até dois salários mínimos e que tenha trabalhado, com vínculo empregatício, pelo menos 30 dias.

Na área de Fomento ao Trabalho, são destinados R\$ 17,4 bilhões, dos quais R\$ 16,8 bilhões serão utilizados para o financiamento de programas de desenvolvimento econômico do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), cuja legislação determina que 40% dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) sejam destinados a tais programas.

Para o pagamento de Pessoal Ativo e Encargos Sociais, será destinado R\$ 1,3 bilhão, dos quais R\$ 1,2 bilhão para Administração Direta do Ministério do Trabalho e R\$ 43,4 milhões para a Fundação Jorge Duprat Figueiredo (Fundacentro).

Nas Demais áreas, com valor de R\$ 1 bilhão, merece destaque o ProJovem Trabalhador que receberá R\$ 195,8 milhões. Esse Programa tem como principais objetivos preparar o jovem para o mercado de trabalho e para ocupações alternativas geradoras de renda. Podem participar do programa os jovens desempregados com idades entre 18 e 29 anos e que sejam membros de famílias com renda de até meio salário mínimo por pessoa. Os participantes receberão o auxílio mensal de 100 reais, durante seis meses, mediante comprovação de frequência. Os cursos de qualificação serão de 350 horas/aula. Outra iniciativa são os recursos para fomento na organização e desenvolvimento de cooperativas atuantes de resíduos sólidos, com o valor previsto de R\$ 54,2 milhões.

Por fim, ainda nas Demais áreas, destacamos as ações de qualificação social e profissional que são implementadas de forma descentralizada, por meio de Planos Territoriais de Qualificação (PlanTeQs), Projetos Especiais de Qualificação, em parceria com entidades do movimento social e organizações não governamentais, e Planos Setoriais de Qualificação (PlanSeQ). O objetivo dos Planos Territoriais é atender demandas por qualificação identificadas com base na territorialidade. Os Projetos Especiais, por sua vez, destinam-se ao desenvolvimento de metodologias e tecnologias de qualificação social e profissional e os Planos Setoriais buscam o atendimento de demandas emergenciais, estruturantes ou setorializadas de qualificação. Juntos, os Planos Territoriais, os Projetos Especiais e os Planos Setoriais constituem o Plano Nacional de Qualificação (PNQ). O orçamento para o PlanSeQ é de R\$ 54,1 milhões e para o PlanTeQ é de R\$ 54,1 milhões.

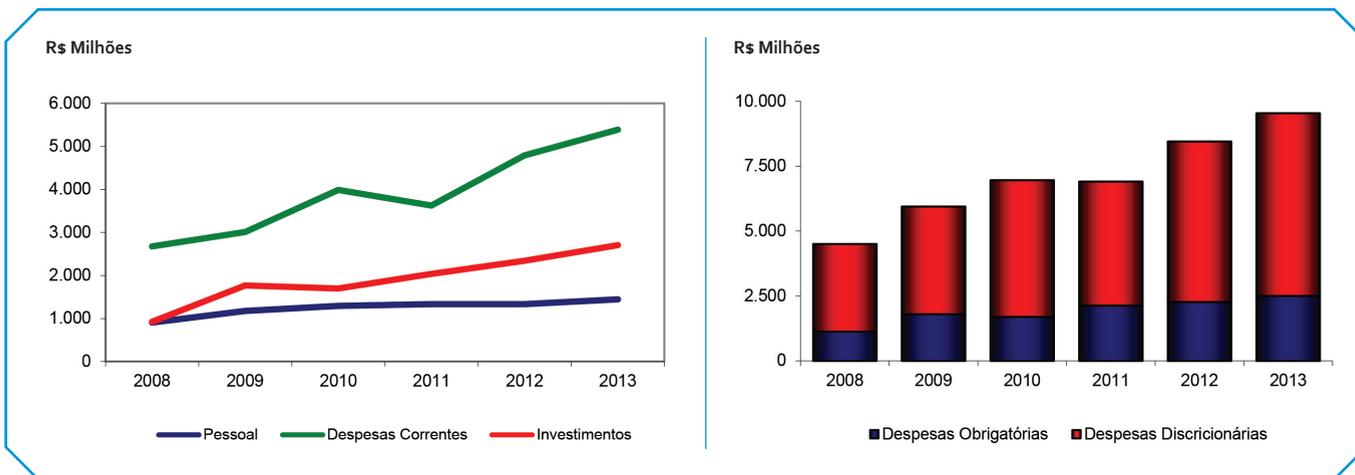
CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Como principal responsável no País pela implementação de estratégias para o desenvolvimento desse setor, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, em conjunto com as duas mais importantes agências de fomento do Brasil – a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e suas respectivas unidades de pesquisa –, coordena o trabalho de execução de programas e ações que consolidam a Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, dentro das diretrizes traçadas pela Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI), que atua de forma articulada com o Plano Brasil Maior (PBM) na busca da aproximação entre a ciência e o setor produtivo.

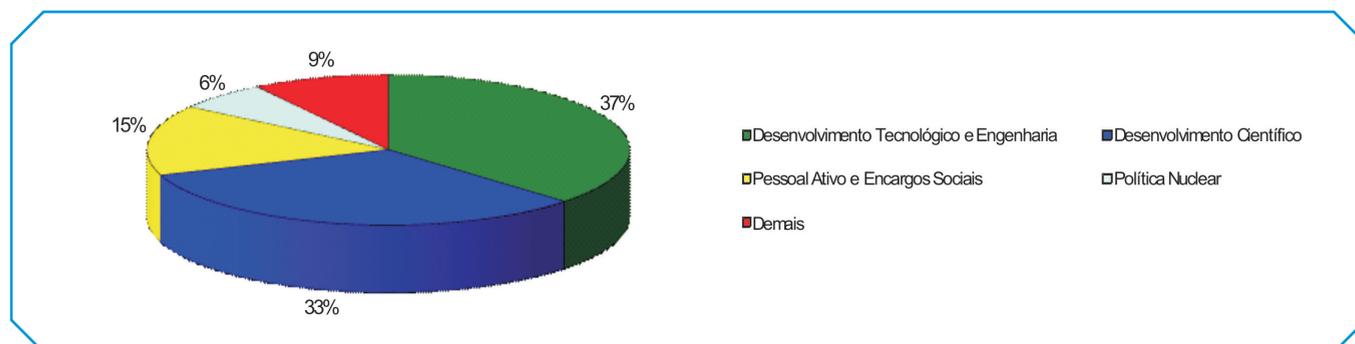


Além das agências de fomento, compõem o sistema do Ministério o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE); a Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen); a Agência Espacial Brasileira (AEB); dezenove unidades de pesquisa científica, tecnológica e de inovação; e quatro empresas estatais: Indústrias Nucleares Brasileiras (INB); Nuclebrás Equipamentos Pesados (Nuclep); Alcântara Cyclone Space (ACS); e Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada (Ceitec).

A área conta também com o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), gerenciado pela Finep, em que se destacam os Fundos Setoriais de Ciência e Tecnologia, ou seja, os instrumentos que financiam projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação. Em geral, os recursos são aplicados em projetos selecionados por meio de editais públicos, nas seguintes áreas: infraestrutura de pesquisa; petróleo; energia; recursos hídricos; recursos minerais; informática e automação; aeronáutica; tecnologia espacial; de interesse do Sistema Único de Saúde (SUS); agronegócios; biotecnologia; região amazônica; e transportes.



PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO



Para que se consiga o desenvolvimento de pesquisas e estudos que se traduzam em geração de conhecimento e de novas tecnologias, além da criação de produtos, processos, gestão e patentes nacionais, foram destinados, **do orçamento federal de 2013, recursos no valor de R\$ 9,5 bilhões ao setor de Ciência e Tecnologia.** Desse total, R\$ 3,5 bilhões foram alocados na área de Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia. Nessa área, concentram-se os principais projetos institucionais para pesquisa nos setores mais relevantes da economia como o da saúde, o do agronegócio e o da energia elétrica. Através do FNDCT, por exemplo, serão destinados recursos para estimular a ampliação da inovação e dos investimentos empresariais em pesquisa e desenvolvimento, buscando, assim, promover o desenvolvimento de produtos e processos inovadores em empresas nacionais orientadas para atividades de pesquisa que são consideradas as prioridades da política industrial e tecnológica nacional. Outro destaque é o programa de Política Espacial, que contará com R\$ 324,5 milhões para a execução de ações como o desenvolvimento e lançamento de satélites.

No Desenvolvimento Científico o valor total será de R\$ 3,1 bilhões para a execução de suas ações. Entre essas, merece destaque a concessão de bolsas de estudos e de pesquisas, que contará com recursos de R\$ 1,4 bilhão para a concessão de bolsas, como as de estímulo à pesquisa, que têm o objetivo de aumentar a produção e a produtividade científica e tecnológica; as de formação e qualificação de pesquisadores e profissionais para ciência, tecnologia e inovação, que buscam preparar recursos humanos bem capacitados e qualificados para enfrentar as exigências do novo processo produtivo crescentemente globalizado, intensivo em conhecimento e altamente competitivo; as de iniciação à pesquisa científica e tecnológica, que têm por objetivo estimular a atividade de iniciação científica e tecnológica, integrando estudantes de nível médio e do ensino superior em grupos de pesquisa; as de desenvolvimento tecnológico, de extensão e de inovação, que visam estimular o desenvolvimento e a incorporação desses conhecimentos na malha produtiva do País, buscando elevar o padrão de qualidade de produtos, processos e serviços; e, em especial, o Ciência sem Fronteiras (CsF), que busca expandir a formação, capacitação e fixação de recursos humanos qualificados para ciência, desenvolvimento tecnológico e inovação, bem como impulsionar o intercâmbio e a atração de talentos radicados no exterior e de talentos

das regiões mais desenvolvidas do País, para as menos desenvolvidas.

A principal meta do CsF é a concessão de 101 mil bolsas até 2015 (75 mil do governo e 26 mil das empresas). Em 2013, o CNPq buscará atender 14.230 estudantes brasileiros.

Vale ainda destacar as ações que se referem à Política Nuclear, que contarão com R\$ 587,7 milhões para a execução de projetos e atividades relacionadas ao tema como, por exemplo, a fabricação de elementos combustíveis para as usinas nucleares brasileiras – Angra I, II, III e as demais usinas nacionais que vierem a ser construídas.

Para implementação, gestão e manutenção desses projetos estratégicos, o Ministério contará com R\$ 1,4 bilhão para o pagamento de Pessoal Ativo e Encargos Sociais, distribuído da seguinte forma: R\$ 604 milhões para a Administração Central do próprio Ministério; R\$ 406,9 milhões para o Cnen; R\$ 181,6 milhões para a INB; R\$ 136,5 milhões para a Nuclep; R\$ 87,4 milhões para o CNPq; R\$ 22,8 milhões para o Ceitec; e ainda R\$ 3,9 milhões para a AEB.

Com relação a Demais, destacam-se as ações na área de gestão de riscos e resposta a desastres, como a implantação do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres (Cemaden), e na de combustíveis minerais, entre as quais se encontra o fomento a projetos institucionais para pesquisa no setor de petróleo e gás natural, que busca promover a pesquisa o desenvolvimento tecnológico e a inovação em setores estratégicos, especialmente energia e biocombustíveis, mineral, agropecuária, complexo econômico-industrial da saúde, transporte, petróleo, gás e aeroespacial.



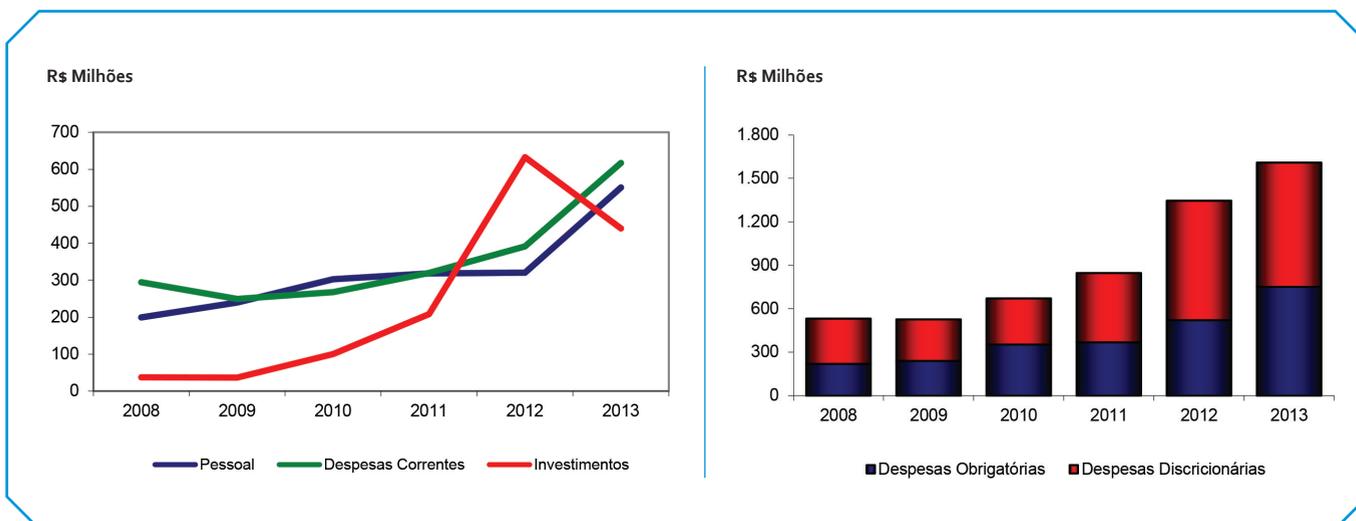
Em 2012, o Governo Federal lançou o Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Naturais com ações divididas em quatro eixos: Prevenção, com obras da segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2) voltadas à redução do risco de desastres naturais; Mapeamento; Monitoramento e Alerta; e Resposta. A área de Ciência e Tecnologia conta com R\$ 99,2 milhões para a implantação do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais (Cemaden).



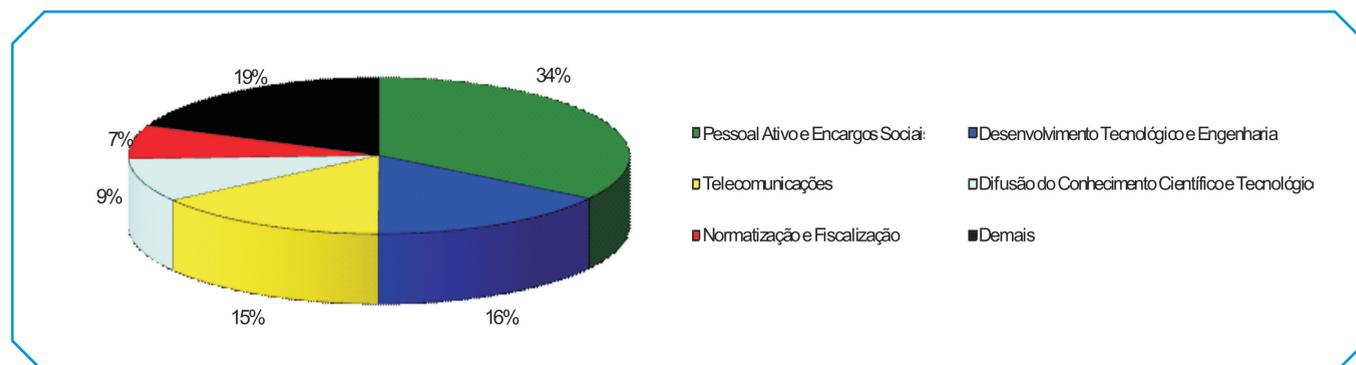
O Ministério das Comunicações formula e propõe as políticas nacionais de radiodifusão, de postagem, de inclusão digital e de telecomunicações. Também é responsável pelos serviços prestados nestas áreas. Além disso, compete ao Ministério outorgar e fiscalizar serviços de radiodifusão e supervisionar suas entidades vinculadas, entre outras funções.

Uma dessas entidades vinculadas é a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), órgão regulador ao qual compete implementar a Política Nacional de Telecomunicações, propor o Plano Geral de Outorgas e o Plano Geral de Metas para universalização dos serviços de telecomunicações e atuar na defesa e proteção dos usuários desses serviços, entre outros.

Além dessa agência reguladora, o Ministério das Comunicações conta com o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel), cujo objetivo é estimular o processo de inovação tecnológica, incentivar a capacitação de recursos humanos, fomentar a geração de empregos e promover o acesso de pequenas e médias empresas a recursos de capital, de modo a ampliar a competitividade da indústria brasileira de telecomunicações.



PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO



Infraestrutura

COMUNICAÇÕES

Do total de R\$ 1,6 bilhão a ser alocado na área de Comunicações, R\$ 254,1 milhões serão aplicados na área de Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia, merecendo destaque hoje R\$ 200 milhões que serão alocados no financiamento à projetos de desenvolvimento de tecnologia nas telecomunicações e R\$ 51,5 milhões para fomento a projetos de pesquisa aplicada que envolvam risco tecnológico relevante. Os programas dessa área têm por objetivo estimular o processo de inovação tecnológica, visando ampliar a competitividade da indústria brasileira.

Em relação à área de Telecomunicações, estão previstos R\$ 245,5 milhões. Trata-se de ações para o fortalecimento do sistema público de radiodifusão e comunicação; produção de conteúdos informativos, culturais e educacionais; democratização do acesso aos serviços de telecomunicações; entre outras.

Na área de Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico, serão gastos R\$ 144,8 milhões, sendo R\$ 80 milhões para o Projeto Cidades Digitais, um importante ins-

trumento de inclusão digital, cujo objetivo é disponibilizar infraestrutura necessária para o acesso à *internet* em cidades com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

No que se refere à Normatização e Fiscalização, serão alocados R\$ 111,6 milhões para a fiscalização dos serviços de telecomunicações, acompanhamento da qualidade dos serviços prestados aos usuários e regulamentação dos serviços de telecomunicações, em favor da Anatel.

Para o pagamento de Pessoal Ativo e Encargos Sociais, estão previstos R\$ 550,7 milhões, sendo R\$ 272,1 milhões para a Anatel, R\$ 209,2 milhões para a Empresa Brasil de Comunicações e R\$ 69,3 milhões para o pessoal da Administração Direta do Ministério das Comunicações.

Em Demais, concentram-se outras áreas importantes, tais como relações com os usuários de serviços de telecomunicações, modernização da estrutura de informática e manutenção da estrutura física do Ministério das Comunicações além de recursos para publicidade de utilidade pública.





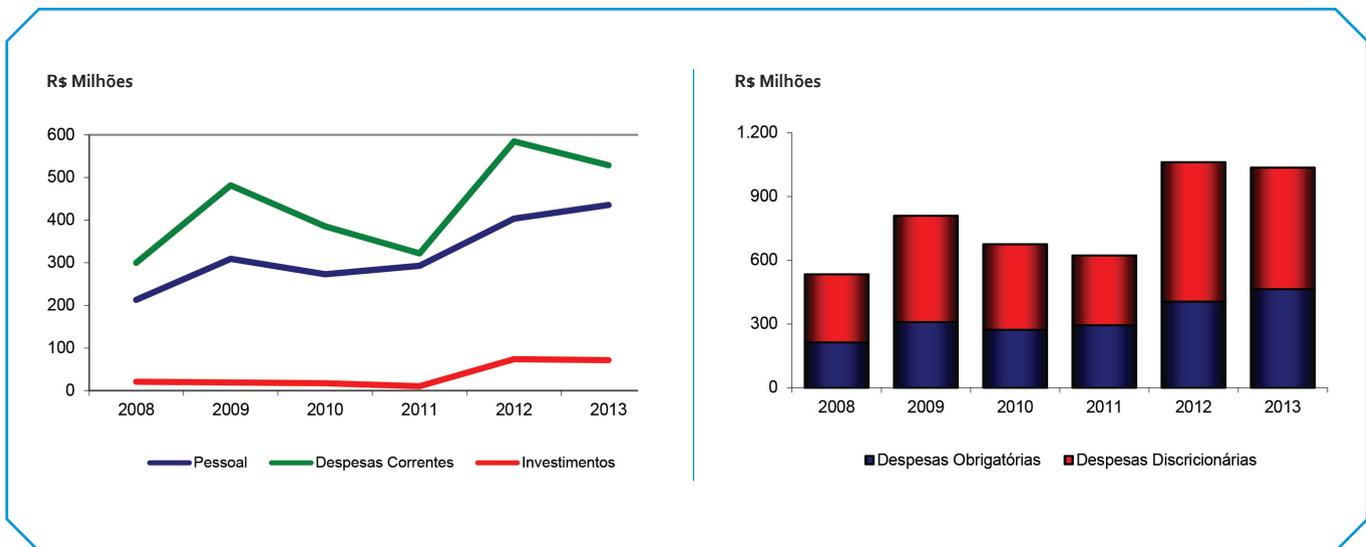
O Ministério de Minas e Energia é o principal órgão responsável por executar as políticas públicas de Energia. Os assuntos que constituem área de competência dele são: geologia, recursos minerais e energéticos; regime hidrológico e fonte de energia hidráulica; mineração e metalurgia; e indústria do petróleo e de energia elétrica, inclusive nuclear.

A Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) é uma empresa pública ligada ao Ministério, também conhecida como Serviço Geológico do Brasil, responsável pela geração de levantamentos geológicos e hidrológicos básicos no território nacional, na Plataforma Continental Jurídica Brasileira e em fundos marinhos situados em águas internacionais.

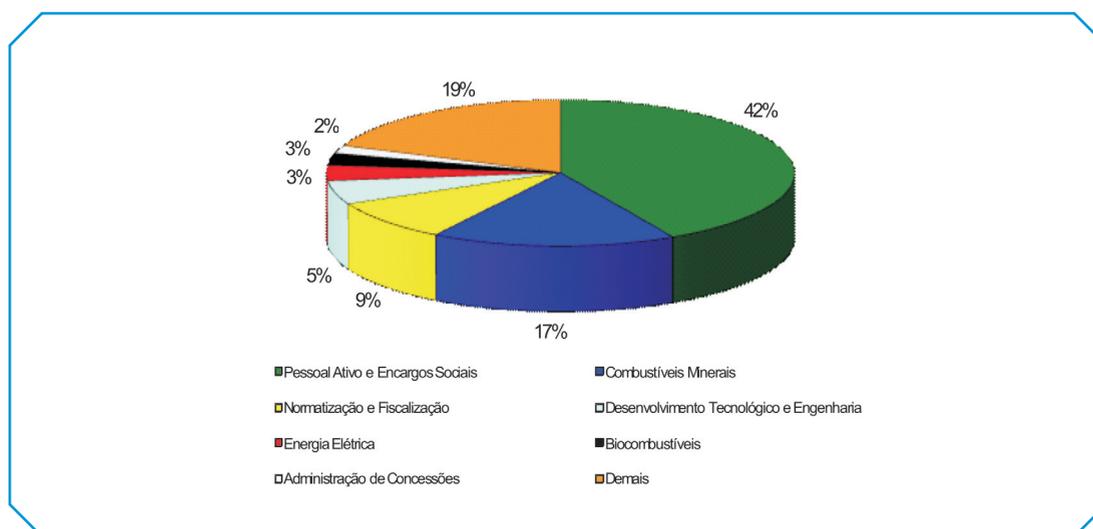
Outra empresa pública vinculada ao Ministério de Minas e Energia é a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), que tem por finalidade prestar serviços na área de estudos e pesquisas destinadas a subsidiar o planejamento do setor energético.

O Ministério conta ainda com a atuação das Agências Nacionais de Energia Elétrica (Aneel) e do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) na regulação desses mercados, de forma a promover seu desenvolvimento equilibrado com benefício para a sociedade, por meio da fiscalização de serviços e atividades correlatas, outorga de concessões e elaboração de estudos e políticas voltados às suas áreas de atuação.

Cabe ressaltar que nossa abordagem refere-se apenas aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social. Assim, estão excluídos os investimentos das empresas estatais não dependentes, como a Petrobras e a Eletrobras, porque elas têm suas ações e dotações relacionadas no Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais.



PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO



Do total de R\$ 1 bilhão destinado ao setor de energia, R\$ 174,7 milhões foram para a área de Combustíveis Minerais, abrangendo recursos voltados aos serviços de geologia e geofísica aplicados à prospecção de petróleo e gás natural, com R\$ 159,7 milhões, e para a gestão do acervo de informações sobre bacias sedimentares, com o valor total de R\$ 14,5 milhões. O conjunto dessas ações permitirá a geração de dados e subsídios técnicos para orientar as decisões estratégicas da ANP quanto ao direcionamento dos futuros esforços exploratórios.

Para a área de Normatização e Fiscalização, serão alocados R\$ 94,2 milhões. As principais ações são as de fiscalização da distribuição e revenda de derivados de petróleo e biocombustíveis e de fiscalização das atividades integrantes da indústria do petróleo, ambas exercidas pela ANP, e dos serviços de energia elétrica, sob responsabilidade da Aneel.

Em relação ao Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia, serão alocados R\$ 54 milhões, sendo R\$ 53 milhões para o Projeto de Assistência Técnica aos Setores de Energia e Mineral (Meta), que tem por finalidade ampliar e consolidar os avanços destes setores, inclusive com a elaboração de estudos para a implementação da tecnologia de Ultra Alta Tensão no País, permitindo, dessa forma, otimizar o aproveitamento do potencial hidrelétrico da Bacia Amazônica.

A área de Energia Elétrica receberá R\$ 35,2 milhões. Destacam-se a elaboração de estudos de inventário e viabilidade, visando à expansão da geração hidre-

létrica, com R\$ 15,4 milhões, e o funcionamento da Ouvidoria da Aneel, que contará com R\$ 14,3 milhões. A Ouvidoria é responsável não só por disponibilizar informações, esclarecimentos e orientações aos consumidores, mas também por registrar as reclamações quanto à prestação dos serviços de energia elétrica pelas concessionárias, permitindo, assim, a melhoria da qualidade dos serviços de energia elétrica e maior transparência nas ações da Agência.

No que se refere à área de Biocombustíveis, estão previstos R\$ 27,5 milhões. Tal área cuida da equalização de taxas de juros em empréstimos e financiamentos destinados à estocagem de álcool etílico combustível de acordo com a *Lei nº 12.666, de 14 de junho de 2012*.

Além das áreas mencionadas, destacamos a Administração de Concessões, que receberá R\$ 18,6 milhões. A principal ação é a de gestão de contratos para exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural com R\$ 16 milhões, que visa assegurar o fiel cumprimento dos contratos, mediante o monitoramento e a fiscalização das atividades executadas pelos agentes econômicos.

Para o pagamento de Pessoal Ativo e Encargos Sociais, estão previstos R\$ 435,8 milhões, sendo R\$ 156,2 milhões para a ANP, R\$ 118,5 milhões para a Aneel, R\$ 104,7 milhões para a Administração Direta do MME e R\$ 56,3 milhões para a EPE.

As ações de manutenção dos órgãos vinculados ao Ministério de Minas e Energia estão agrupadas no item Demais.

A Constituição, em seu artigo 225, informa que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as gerações presentes e futuras. Nessa mesma linha, o artigo 170 determina que a proteção do meio ambiente deve ser considerada nas atividades econômicas, na medida em que impõe tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação.

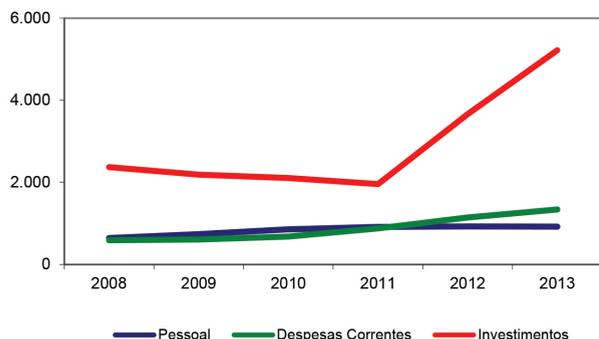


Para dar cumprimento à determinação constitucional de proteção ao meio ambiente, o Ministério do Meio Ambiente é auxiliado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama); o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICM-Bio); a Agência Nacional de Águas (ANA); o Serviço Florestal Brasileiro (SFB); e o Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ).

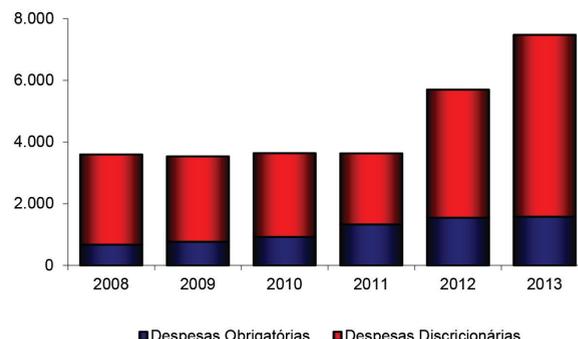
O Ministério possui a missão de promover a adoção de princípios e estratégias para o conhecimento, a proteção e a recuperação do meio ambiente, o uso sustentável dos recursos naturais, a valorização dos serviços ambientais e a inserção do desenvolvimento sustentável na formulação e na implementação de políticas públicas. Nesse sentido, como mecanismos da Política Nacional do Meio Ambiente, foram definidos, entre outros instrumentos, o licenciamento ambiental das atividades efetiva ou potencialmente poluidoras, o zoneamento ambiental, a criação de áreas de proteção ambiental e a concessão florestal.

Adicionalmente, por conta de obras relevantes que visam ao desenvolvimento sustentável e autônomo da Região Nordeste, principalmente em seu semiárido, o Ministério da Integração Nacional atua transversalmente na área de Recursos Hídricos, por meio do Programa de Integração do Rio São Francisco (PISF) e da execução de obras relativas à infraestrutura hídrica, com vistas a aumentar a oferta e o acesso à água para consumo e produção, bem como recuperar reservatórios estratégicos.

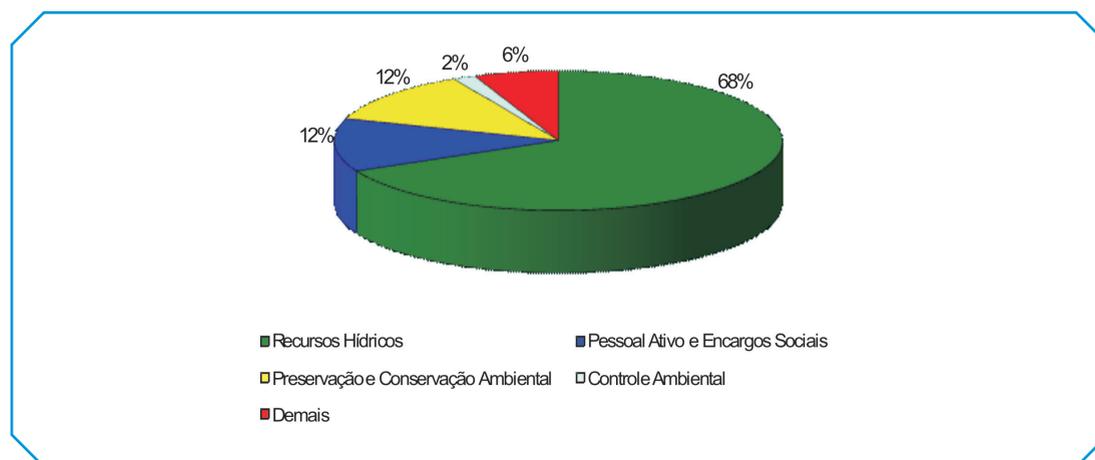
Rs Milhões



Rs Milhões



PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO



A Gestão Ambiental receberá, o total de R\$ 7,6 bilhões. A área de Recursos Hídricos contará com o aporte de R\$ 5,2 bilhões, sendo R\$ 1,4 bilhão para a integração de bacias hidrográficas, dos quais R\$ 686 milhões para a integração do rio São Francisco com as Bacias dos rios Jaguaribe, Piranhas-Açu e Apodi (Eixo Norte) e R\$ 560 milhões para a integração do rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional (Eixo Leste, que beneficiará parte do sertão e a região agreste de Pernambuco e da Paraíba).

Merecem destaque ainda, em Recursos Hídricos, a implantação de obras e equipamentos para oferta de água, com R\$ 1,4 bilhão, a construção de barragens e canais, com R\$ 642,4 milhões, a implantação de sistemas adutores e adutoras, com R\$ 422,6 milhões, a implementação da política nacional de recursos hídricos (*Leis nºs 9.433, de 8 de janeiro de 1997 e 9.984, de 17 de julho de 2000*), com R\$ 208,5 milhões, e a instalação de sistemas de dessalinização de águas subterrâneas, com R\$ 93,3 milhões.

Com vistas a fazer frente a essa política, o orçamento prevê, para Pessoal Ativo e Encargos Sociais, R\$ 920,1 milhões, sendo R\$ 72,2 milhões à Administração Central do Ministério do Meio Ambiente, R\$ 14,6 milhões ao SFB, R\$ 502,8 milhões ao Ibama, R\$ 67,7 milhões à ANA, R\$ 29,5 milhões ao JBRJ e, por fim, R\$ 233,2 milhões ao ICMBio.

A área de Preservação e Conservação Ambiental, por sua vez, contará com R\$ 909,1 milhões, sendo R\$ 360 milhões para financiamento de projetos para mitigação e adaptação à mudança do clima, R\$ 97 milhões para apoio à criação, gestão e implementação das unidades de conservação federais e R\$ 43,4 milhões para a elab-

oração e implementação de planos, projetos, obras e equipamentos para a coleta seletiva de resíduos sólidos urbanos. Já o Bolsa Verde, que faz parte das ações do Plano Brasil Sem Miséria e concede, a cada trimestre, benefício de 300 reais às famílias em situação de extrema pobreza que vivem em áreas socioambientais prioritárias, contará com R\$ 91,2 milhões.

Em relação ao Controle Ambiental, serão R\$ 122,1 milhões, com destaque para as ações de monitoramento e controle do desmatamento e dos incêndios florestais, que contarão com R\$ 42 milhões, e de prevenção e combate a incêndios florestais, com R\$ 47,5 milhões.

Destacam-se ainda áreas importantes que estão agrupadas em Demais, especialmente ações de impacto direto na gestão ambiental, como, por exemplo, normatização e fiscalização, além de recuperação de áreas degradadas.



HABITAÇÃO, URBANISMO E SANEAMENTO

Atuando de forma conjunta com os governos estaduais e municipais, o Governo Federal, principalmente por meio do Ministério das Cidades, cumpre papel fundamental na política urbana e nas políticas setoriais de habitação e saneamento, reforçando a orientação de descentralização e fortalecimento dos Municípios definida na Constituição.



O Governo Federal busca, dessa forma, fortalecer tais competências, não apenas financiando planos, projetos e obras, mas, principalmente, apoiando a capacitação técnica de quadros da administração pública municipal ou dos agentes sociais locais.

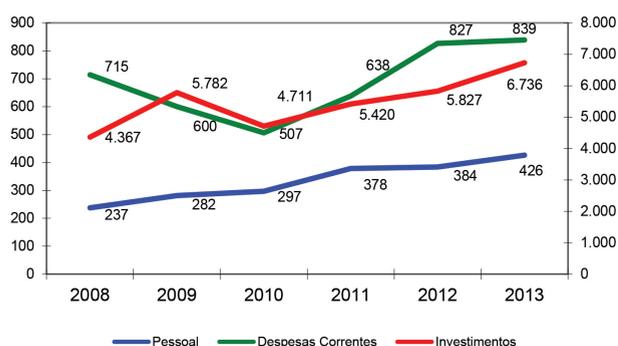
Assim, para conseguir atuar nessas áreas de forma concomitante e articulada com os demais entes federativos, o Ministério está dividido em quatro Secretarias Nacionais: de Saneamento Ambiental (SNSA); de Acessibilidade e Programas Urbanos (SNPU); de Transporte e da Mobilidade Urbana (Semob); e de Habitação (SNH).

A SNSA tem como objetivo institucional promover um significativo avanço, no menor prazo possível, rumo à universalização do abastecimento de água potável, esgotamento sanitário (coleta, tratamento e destinação final), gestão de resíduos sólidos urbanos (coleta, tratamento e disposição final), além do adequado manejo de águas pluviais urbanas, com o consequente controle de enchentes.

Já a SNPU e a Semob são responsáveis pela execução de programas referentes ao planejamento territorial e às políticas de acessibilidade e de mobilidade urbana. Entre os seus principais desafios, estão a implementação de ações que transformem o modelo de urbanização excludente, que hoje ainda é a realidade em grande parcela das cidades brasileiras, em um modelo que estimule processos participativos de gestão territorial, a ampliação do acesso à terra urbanizada e regularizada, bem como a implementação de uma política de mobilidade urbana sustentável, que proporcione o acesso amplo e democrático ao espaço urbano, beneficiando, principalmente, grupos sociais tradicionalmente excluídos.

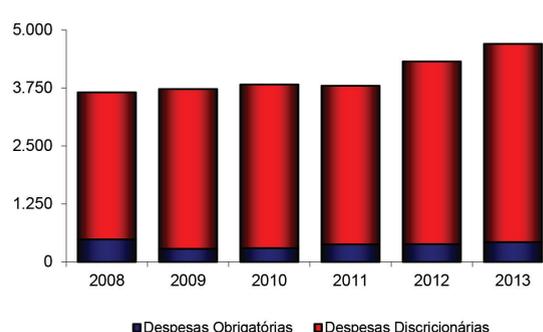
Por fim, a SNH é o órgão responsável pela execução de ações na área de Habitação e, entre os seus principais objetivos, estão os que fazem parte da Política Nacional de Habitação (PNH), que são: a universalização do acesso à moradia digna; a promoção da urbanização, regularização e inserção dos assentamentos precários à cidade; a democratização do acesso à terra urbanizada e ao mercado secundário de imóveis; a ampliação da produtividade; e melhoria da qualidade na produção habitacional.

Rs Milhões

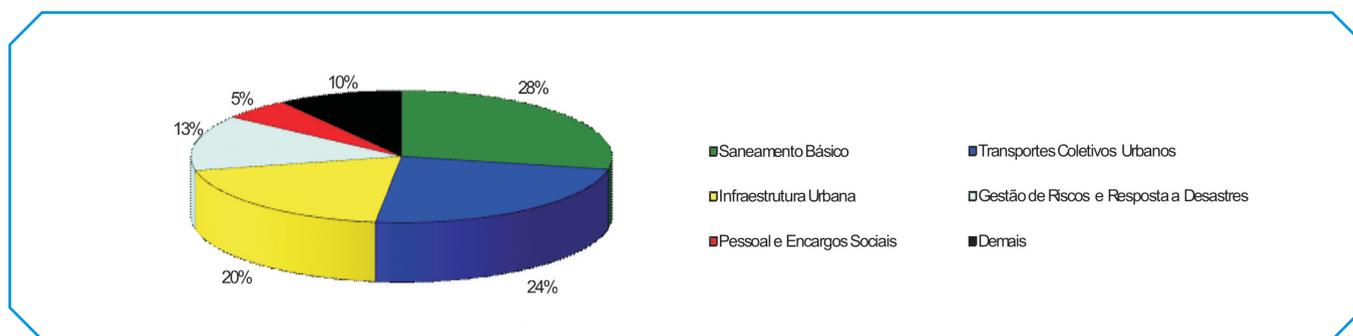


Rs Milhões

Rs Milhões



PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO



Para alcançar esses objetivos, será destinado, do orçamento federal de 2013, aos setores de Habitação, Urbanismo e Saneamento, o total de R\$ 8 bilhões.

Desse montante, R\$ 3,3 bilhões serão utilizados no desenvolvimento de projetos e atividades do setor de Saneamento Urbano. Entre esses, destacam-se os direcionados ao Saneamento Básico, que contará com recursos da ordem de R\$ 2,3 bilhões para execução de ações como a de apoio à implantação, ampliação ou melhorias em sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário em Municípios com população superior a 50 mil habitantes.

Entre os empreendimentos voltados ao saneamento integrado, destacam-se a ampliação do sistema de esgotamento sanitário na Baixada Santista no Estado de São Paulo, que inclui a implantação de sete estações de tratamento de esgoto, de forma a beneficiar 370 mil famílias e alcançar 95% de cobertura de coleta e tratamento de esgoto na região e, em Fortaleza, no Estado do Ceará, com o objetivo de elevar a cobertura de coleta e tratamento de esgoto de 52% para 63%, beneficiando 150 mil famílias. Adicionalmente, o Governo Federal desenvolverá iniciativas com vistas a aumentar sua oferta desses serviços em áreas urbanas, mediante a ampliação dos sistemas de abastecimento e o combate ao desperdício de água. Para tanto, estão previstas ações de apoio às intervenções na infraestrutura de abastecimento, desde a captação até às ligações domiciliares, e de promoção de tecnologias apropriadas e substituição de equipamentos obsoletos.

Outra área importante é a de Gestão de Riscos e Respostas a Desastres Naturais, com recursos da ordem de R\$ 1,5 bilhão para, entre outras ações, apoiar Estados e Municípios na implantação, ampliação e melhoria dos sistemas de drenagem urbana e manejo de águas pluviais, com o objetivo de prevenir e minimizar os impac-

tos provocados por enchentes e inundações, em consonância com as políticas de desenvolvimento urbano e de uso e ocupação do solo. Destaca-se, ainda, o apoio ao planejamento e à execução de obras de contenção de encostas em áreas urbanas, voltadas para prevenir a ocorrência de desastres e para reduzir os riscos associados a escorregamento de encostas, rupturas de taludes e à erosão do solo.

Em 2013, preveem-se, por exemplo, a conclusão das intervenções na Baixada Fluminense, no Estado do Rio de Janeiro, cuja meta é beneficiar 500 mil famílias por meio de obra de macrodrenagem, recuperação ambiental, reassentamento de famílias residentes nas margens dos rios Botas e Sarapuú, assim como a das intervenções no Igarapé do Mindu, no Estado do Amazonas, que atenderá 48 mil famílias por meio do reassentamento da população ribeirinha, da execução de obras de macrodrenagem, da urbanização e recuperação ambiental, além da construção de parques lineares, corredor ecológico, pontes e reservatórios de acumulação de cheias.

No setor de Urbanismo, a área de Transportes Coletivos Urbanos contará com R\$ 1,9 bilhão, para implantar e requalificar a infraestrutura dos sistemas de transporte público coletivo urbano (abrangendo os sobre pneus ou trilhos e hidroviários), com os objetivos de ampliar a capacidade e promover a integração intermodal, física e tarifária, a acessibilidade universal e a integração com os meios não motorizados. Ainda nesse setor, estão em execução a expansão e a modernização das malhas metroviárias de trens urbanos das capitais dos Estados do Rio Grande do Sul, da Bahia, do Ceará, de Minas Gerais e de Pernambuco.

Relacionada tanto ao setor de Urbanismo como também ao de Habitação, destaca-se a área de Infraestrutura Urbana, para a qual serão destinados recursos da ordem de R\$ 1,6 bilhão. Nessa área serão desenvolvi

das, entre outras ações, as que fazem parte do programa Moradia Digna, entre elas, a de apoio à urbanização de assentamentos precários, que visa melhorar a condição de vida das famílias de baixa renda (até três salários mínimos), desenvolvendo iniciativas necessárias à regularização urbanística e fundiária, à promoção da segurança e salubridade e à melhoria das condições de habitabilidade.

Para o desenvolvimento dessas ações, foram alocados R\$ 418,6 milhões para pagamento de Pessoal Ativo e Encargos Sociais. Desse total, R\$ 295,4 milhões serão destinados à Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), que, além da sua administração central localizada no Rio de Janeiro, possui superintendências nas cidades de Belo Horizonte, João Pessoa, Maceió, Natal e Recife. Outra parcela do valor total, R\$ 85 milhões, será destinada para a Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. (Trensurb), que possui quadro próprio de aproximadamente mil empregados. Por fim, a administração direta do Ministério das Cidades contará com R\$ 41,3 milhões.

No item Demais, cujo valor é de R\$ 770 milhões, estão inclusas outras ações que fazem parte de programas relacionados ao Saneamento, ao Urbanismo e à Habitação. Entre essas, destaca-se a ação de apoio à elaboração de planos e prestação de serviços de as-

sistência técnica para habitação de interesse social, que busca a continuidade do processo de diminuição do déficit habitacional do País, tanto no meio urbano como no rural.

O Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), lançado em 2009, visa aumentar o acesso à moradia digna a milhares de famílias brasileiras, que moram tanto na cidade quanto no campo, com especial atenção às famílias que são menos favorecidas, residem em áreas de risco ou em condições precárias, são dirigidas por mulheres ou tenham pessoa com deficiência.

O PMCMV, desde seu lançamento, contratou 1,8 milhão de moradias e mais da metade já foi concluída. Até 2014 está prevista a contratação de 2 milhões de unidades habitacionais, para tanto, serão investidos R\$ 12,5 bilhões em 2013, que possibilitarão a produção de aproximadamente 360 mil moradias. Adicionalmente, serão destinados recursos para apoiar projetos e obras de urbanização de assentamentos precários, que incluem construção de casas e apartamentos, abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, drenagem, contenção de encostas, entre outras iniciativas.



Para garantir a liberdade de locomoção das pessoas dentro do território nacional e reduzir os custos logísticos da produção de bens, cabe ao Ministério dos Transportes a execução dessa política pública, juntamente com as Secretarias de Portos e de Aviação Civil, vinculadas à Presidência da República. Entre as áreas de competência do Ministério, encontra-se a política nacional de transportes ferroviário, rodoviário e aquaviário.

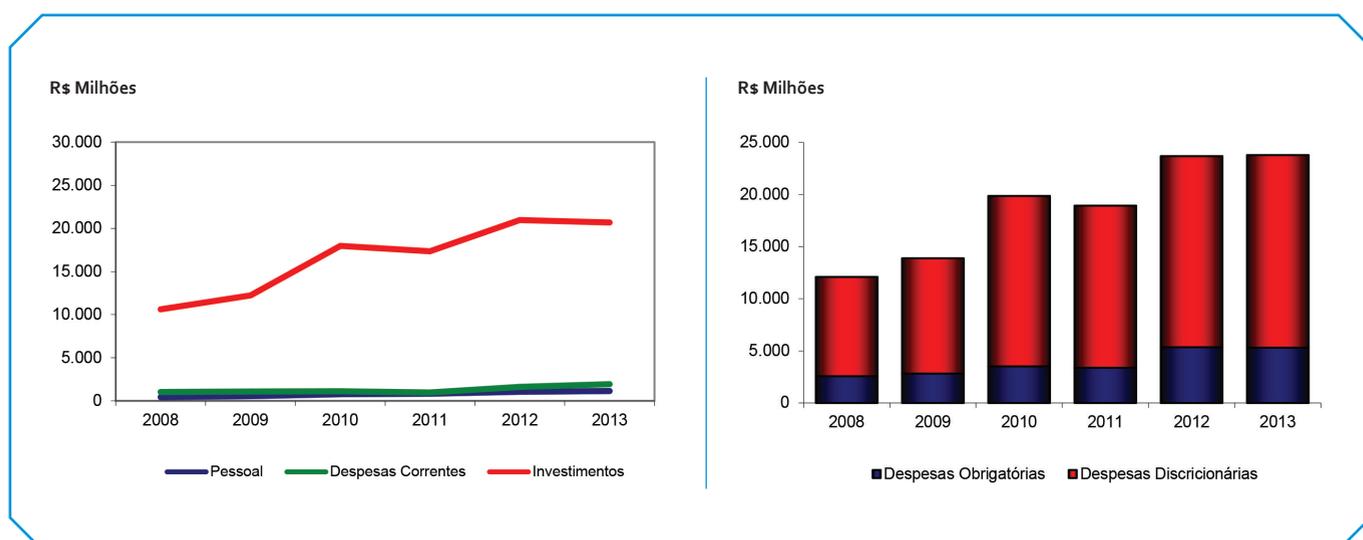


Para a execução dela, os órgãos especializados que auxiliam o Ministério são o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), a Valec - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. e a Empresa de Planejamento e Logística S.A (EPL).

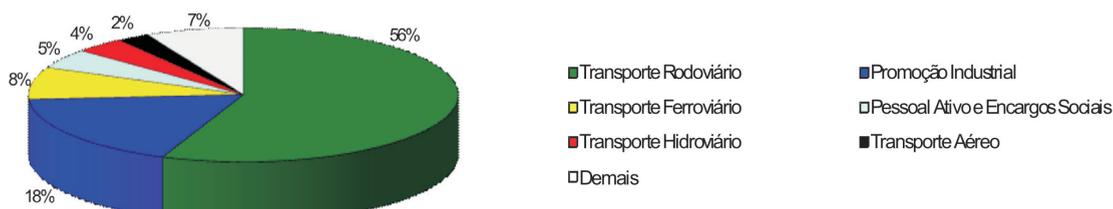
Ao DNIT compete a política formulada para a administração da infraestrutura do Sistema Federal de Viação, o que abrange operação, manutenção, restauração ou reposição, adequação de capacidade, e a ampliação mediante a construção de novas vias e terminais, cuja atuação concentra-se nas vias navegáveis, ferrovias e rodovias federais. A Valec - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. é responsável pela construção e exploração de infraestrutura ferroviária. E a EPL tem por objetivo planejar e promover o desenvolvimento do transporte ferroviário de alta velocidade de forma integrada com as demais modalidades de transporte e prestar serviços na área de estudos e pesquisas no setor de transportes.

Além desses órgãos especializados, agências reguladoras, na área de transportes, são vinculadas ao Ministério. A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) atua na fiscalização dos transportes ferroviários e do rodoviário de passageiros, de cargas e das rodovias concedidas, propõe planos de outorgas para exploração da infraestrutura e edita normas e regulamentos. E a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) tem as mesmas atribuições da ANTT, porém voltadas para o transporte hidroviário.

Por fim, existe o Fundo da Marinha Mercante (FMM), que atua na política de fomento à indústria de construção naval.



PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO



Do valor total de R\$ 23,8 bilhões previstos para o setor de Transporte, R\$ 13,3 bilhões serão alocados para o Transporte Rodoviário. Trata-se de ações para manutenção no valor de R\$ 5 bilhões, que envolvem serviços de recuperação, restauração, conservação e sinalização das rodovias federais. Estão previstos também R\$ 4,6 bilhões para a adequação de trechos rodoviários, assim como R\$ 2,8 bilhões para a construção, contornos, pontes, travessias urbanas e acessos rodoviários, definidos pelos Estados. Destacam-se a adequação da BR-101, na Região Nordeste, com R\$ 1 bilhão e em Santa Catarina, R\$ 415 milhões; da BR-381, em Minas Gerais, R\$ 300 milhões; da BR-116, no Rio Grande do Sul, R\$ 300 milhões; além da construção da BR-163, no Estado do Pará, com o valor de R\$ 367,2 milhões.

Quanto à Promoção Industrial, serão investidos R\$ 4,2 bilhões em ações para o fomento ao desenvolvimento da marinha mercante e da indústria naval, destinados à construção de navios e à implantação e modernização de estaleiros, a cargo do FMM.

No que se refere ao setor Ferroviário, será alocado R\$ 1,9 bilhão para expansão da malha ferroviária e eliminação de gargalos na malha existente por meio da construção de contornos ferroviários, adequações de ramais, construção de viadutos e segregação de linhas férreas, com vistas a reduzir a influência da ferrovia na malha viária urbana, diminuindo congestionamentos, e as interrupções no fluxo de veículos. Destacam-se a construção das ferrovias Norte-Sul, com R\$ 728,6 milhões e Oeste-Leste, no valor de R\$ 730 milhões.

Já o setor Hidroviário receberá R\$ 900 milhões. Destacamos investimentos que buscam colocar os terminais portuários brasileiros no mesmo patamar de competitividade dos mais eficientes do mundo. O setor conta também com ações de apoio à implantação de melhoramentos no canal de navegação da hidrovia do rio Tietê, no valor de R\$ 200 milhões; melhoramento nos canais de navegação dos rios Paraná, Paraguai, Tocantins,

Madeira, Tapajós, São Francisco, Amazonas e do Corredor do Mercosul, previstos R\$ 90,1 milhões; as ações de dragagem e adequação da navegabilidade em portos na Paraíba, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Espírito Santo, Santa Catarina, Piauí, Alagoas, Paraná, Rio Grande do Sul, São Paulo e Pernambuco, pertencentes ao Programa Nacional de Dragagem (PND), com o valor total de R\$ 198,1 milhões; entre outras iniciativas.

No que se refere a Transporte Aéreo, estão previstos R\$ 579,7 milhões. Destacamos o Programa Federal de Auxílio a Aeroportos (Profaa) com ações de construção, reforma e reaparelhamento de aeroportos e aeródromos de interesse estadual, que receberá R\$ 417 milhões. Estão previstos também investimentos na ordem de R\$ 151 milhões para construção, reforma e reaparelhamento das infraestruturas em aeroportos de interesse federal.

Cabe ressaltar que nossa abordagem refere-se apenas aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social. Assim, estão excluídos os investimentos da estatal não dependente Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero). Seu investimento para 2013 será de R\$ 1,5 bilhão, valor que se encontra no Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais.

Agrupados no item Demais, destacamos estudos para o planejamento e gestão do transporte aéreo; estudos, projetos e planejamento de infraestrutura de transportes integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC); gastos relacionados à gestão da política dos transportes; recursos para a regulação e fiscalização realizadas pelas Agências Reguladoras (ANTT e Antaq); entre outros.

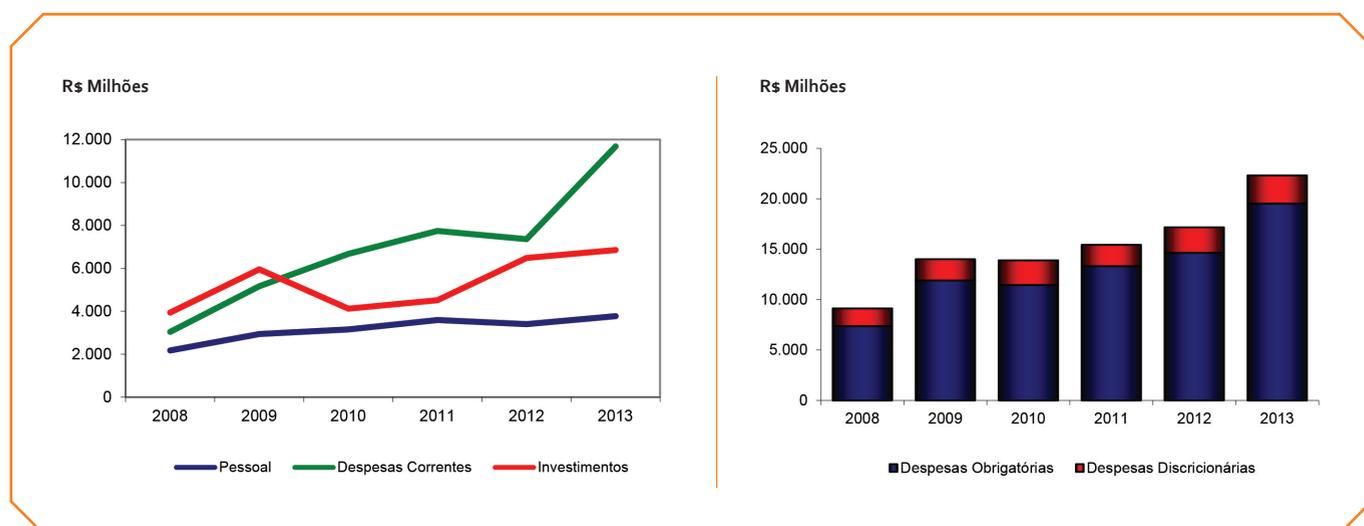


A Agricultura é tema previsto no artigo 187 da Constituição, que assegura à política agrícola o planejamento e a execução na forma da lei, com a participação efetiva do setor de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, bem como dos setores de comercialização, de armazenamento e de transportes. Para tal, são levados em consideração os instrumentos creditícios e fiscais, de fixação de preços compatíveis com os custos de produção e de garantia de comercialização, o incentivo à pesquisa e à tecnologia, a assistência técnica e extensão rural, o seguro agrícola, o cooperativismo, a eletrificação e irrigação rural e a habitação para o trabalhador rural.

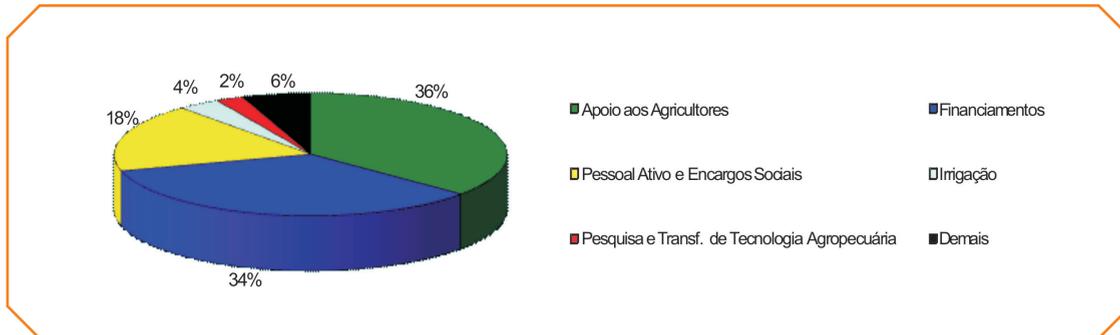
Para promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento formula e executa políticas para o desenvolvimento do agronegócio com o objetivo de atender os consumidores brasileiros e estrangeiros. A sua atuação baseia-se na busca da sanidade animal e vegetal, da organização das cadeias produtivas do agronegócio, da modernização dos instrumentos da política agrícola, do incentivo às exportações, do uso sustentável dos recursos naturais buscando o bem-estar social no meio rural.

O Ministério, além das Secretarias, possui uma rede de 27 Superintendências Federais, seis Laboratórios Nacionais Agropecuários e dois órgãos singulares, o Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) e a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac) para efetivação dos programas governamentais. Outras instituições responsáveis pelas atividades na área da agropecuária são a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), a Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A. (Ceasa/MG), a Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais (Casemg) e a Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (Ceagesp).

Colaboram com o agronegócio e com a produção rural, o Ministério da Pesca e Aquicultura, com a execução de ações relativas ao desenvolvimento e à produtividade da aquicultura e da pesca, o Ministério da Integração Nacional, com as ações voltadas à irrigação e abastecimento hídrico, e o Ministério da Fazenda, que atua nas políticas fiscal, creditícia e seguro rural.



PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO



Do montante de R\$ 22,3 bilhões destinados à Agricultura, serão alocados R\$ 8,1 bilhões em apoio aos agricultores. Esse apoio é dado aos produtores brasileiros por meio da equalização de juros, na qual o Governo cobre a diferença entre a taxa de juros praticada no mercado financeiro e a taxa efetivamente paga pelo produtor. Destacam-se aqui os que vão para Agricultura Familiar (Pronaf), R\$ 3,3 bilhões, e os que vão para as Operações de Custeio Agropecuário, R\$ 1,6 bilhão.

Para Financiamentos, serão R\$ 7,7 bilhões, entre os quais, podem ser citados os voltados ao Agronegócio Café com o valor de R\$ 3,2 bilhões e à Agricultura Familiar com R\$ 350 milhões. Além disso, R\$ 1,8 bilhão é para garantir a sustentação de preços na comercialização de produtos agropecuários e R\$ 2,3 bilhões para a Formação de Estoques Públicos (AGF), que, além de formar estoques estratégicos, possibilita ao Governo Federal intervir no mercado visando garantir, caso necessário, os preços mínimos definidos no Plano Agrícola e Pecuário 2012/2013.

A área de Irrigação receberá R\$ 772,8 milhões para a implantação e transferência da gestão do perímetro de irrigação em vários Estados, além de administração de perímetros públicos de irrigação e estudos para o desenvolvimento da agricultura irrigada.

Dos R\$ 504,6 milhões para a Pesquisa e Transferência de Tecnologia Agropecuária, destacam-se a pesquisa e o desenvolvimento com R\$ 418 milhões e a transferência de tecnologias desenvolvidas com R\$ 75,6 milhões, ambos no âmbito dos trabalhos desenvolvidos pela Embrapa nas suas linhas de pesquisa localizadas em todas as regiões do país e no exterior.

Com vistas a desenvolver essa política, o orçamento prevê, para Pessoal Ativo e Encargos Sociais, R\$ 4 bilhões, sendo R\$ 1,7 bilhão às Superintendências Federais de

Agricultura e à Administração Central do Ministério, R\$ 1,8 bilhão à Embrapa, R\$ 521,8 milhões à Conab e, por fim, R\$ 34,9 milhões à Pesca e Aquicultura.

Nas Demais áreas, com R\$ 1,3 bilhão, destacamos a subvenção ao prêmio de Seguro Rural, que prevê a garantia do aumento da base do seguro agrícola privado e a diluição do risco de perda por parte das seguradoras e resseguradoras, com a aplicação de R\$ 400 milhões, no controle de doenças e pragas na agropecuária com R\$ 170,5 milhões, no Abastecimento, Armazenagem e Comercialização com R\$ 121,1 milhões e Infraestrutura para Pesca e Aquicultura com R\$ 51,2 milhões.



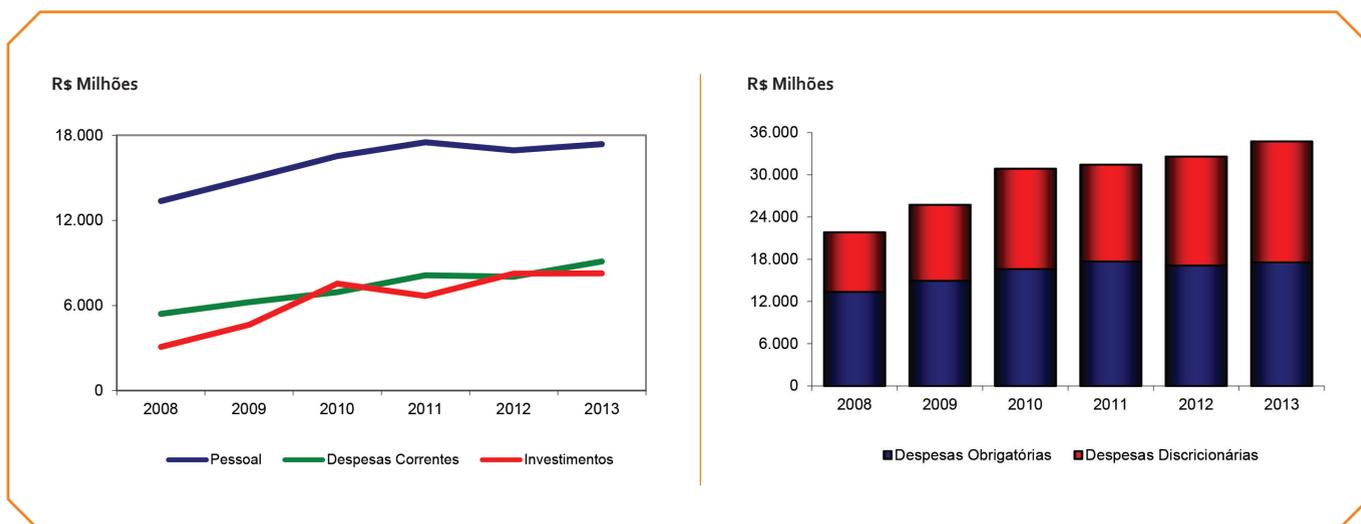
DEFESA NACIONAL

As Forças Armadas são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem.

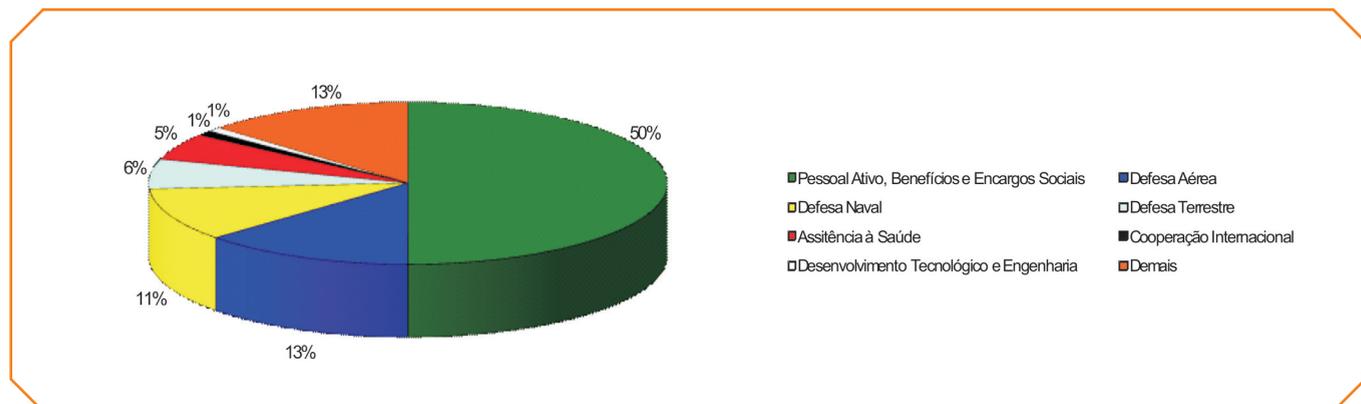


O Ministério da Defesa é o órgão responsável pela direção superior das Forças Armadas, constituídas pelos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.

Em 2008 foi editado o *Decreto nº 6.703*, instituindo a Estratégia Nacional de Defesa (END), cujos objetivos desdobram-se em três eixos estruturantes: reorganização das Forças Armadas, reestruturação da indústria brasileira de material de defesa e implementação de uma política de composição dos efetivos das Forças Armadas. A efetiva implantação das ações decorrentes da Estratégia teve início em 2010, definindo os setores cibernético, nuclear e espacial como estratégicos e essenciais para a Defesa Nacional.



PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO



Nos últimos anos, o gasto com a Defesa Nacional teve relevante incremento, a despesa com investimento cresceu de R\$ 3,1 bilhões em 2008 para R\$ 8,3 bilhões em 2013. O investimento respondeu, em parte, à necessidade de recompor os meios operacionais das Forças Armadas.

Do total de R\$ 34,7 bilhões previstos, R\$ 19,1 bilhões são para pagamento de Pessoal, Benefícios e Encargos Sociais. Vale destacar que, pelas funções que exerce, é inerente à Defesa Nacional ter grande quantitativo de pessoal.

A Defesa Aérea receberá R\$ 4,6 bilhões. Desse montante, R\$ 1,2 bilhão será alocado no desenvolvimento do Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 toneladas em conjunto com a Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer). Será destinado ainda R\$ 1,3 bilhão para ações de operação e manutenção do Sistema do Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (Sisceab). O Sisceab tem por finalidade prover os meios necessários para o gerenciamento do espaço e serviço de navegação aérea com vistas à vigilância, à segurança e à defesa do espaço aéreo brasileiro. Para os próximos anos, cinquenta helicópteros de médio porte serão incorporados à frota brasileira, com previsão de entrega de cinco para 2013, contando com R\$ 444,3 milhões. Para o reaparelhamento da Aeronáutica, a aquisição e modernização de aeronaves com o objetivo de recuperar e manter suas capacidades operacionais, serão R\$ 596,3 milhões. Para suas operações, serão gastos com manutenção e suprimento de material aeronáutico R\$ 500 milhões; com combustíveis e lubrificantes de aviação, R\$ 307,5 milhões; e com aprestamento da Aeronáutica, R\$ 73,6 milhões.

A Defesa Naval receberá R\$ 3,7 bilhões. Destaca-se o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub) com R\$ 2,3 bilhões, que compreende a Implantação de Estaleiro e Base Naval para submarinos, a construção de quatro submarinos convencionais e o desenvolvimento e a construção de um submarino nuclear. Serão alocados R\$ 708,3 milhões no aprestamento da Marinha e R\$ 506 milhões na aquisição e modernização das embarcações que auxiliam nas operações navais, além da construção de navios-patrolha com R\$ 73,4 milhões.

A Defesa Terrestre receberá R\$ 2,1 bilhões. Desse montante, R\$ 365,4 milhões destinam ao aprestamento do Exército. Para a logística militar terrestre os valores chegam a R\$ 353,6 milhões. Ações de aquisição e modernização dos meios do exército contarão com R\$ 212 milhões. Ainda buscando reestruturar as forças do Exército, serão adquiridos os Blindados Guarani, R\$ 90 milhões, veículos com proteção contra armas químicas, biológicas e radioativas. Serão 2.044 unidades do Guarani até 2032, substituindo de forma gradual os carros existentes. A expectativa é de que sejam entregues ao Exército 48 unidades em 2013. Outra iniciativa que busca retomar a indústria de defesa no País é o Sistema de Defesa Estratégico ASTROS 2020, projeto que visa a produção de míssil e foguete guiado, e, para tanto, receberá R\$ 90 milhões. Destacam-se ainda o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron), com R\$ 200 milhões; e o Sistema Integrado de Produção de Estruturas Estratégicas Terrestres (Proteger), com R\$ 44 milhões.

As três Forças atuam também de forma combinada no controle do tráfego aéreo, fluvial e terrestre, contribuindo para reduzir o fluxo ilegal de armas e drogas, a extração ilegal e a evasão de riquezas naturais. A Cooperação Internacional, que contará com R\$ 341,1 milhões, tem como principal destaque as missões de paz, com a presença do Brasil na Missão das Ações Unidas para a estabilização no Haiti (MINUSTAH) e na Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL).

Para assistência à saúde, incluindo a manutenção de hospitais militares, será R\$ 1,9 bilhão.

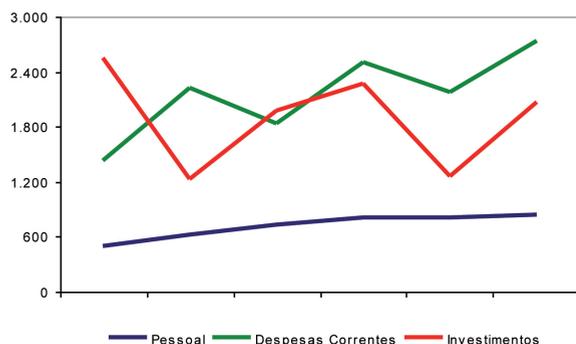
No desenvolvimento tecnológico e engenharia, R\$ 309,1 milhões, temos a ação de tecnologia nuclear da Marinha.

No item Demais temos, entre outras, ações de formação de recursos humanos no âmbito das três Forças, R\$ 206,3 milhões, assistência comunitária que envolve ações de cooperação e obras de infraestrutura, R\$ 112 milhões. Além disso, serão destinados para a aquisição e construção de próprios nacionais residenciais nas três Forças, o valor de R\$ 44,9 milhões, e R\$ 189,8 milhões no financiamento de imóveis para o pessoal da Marinha e da Aeronáutica.

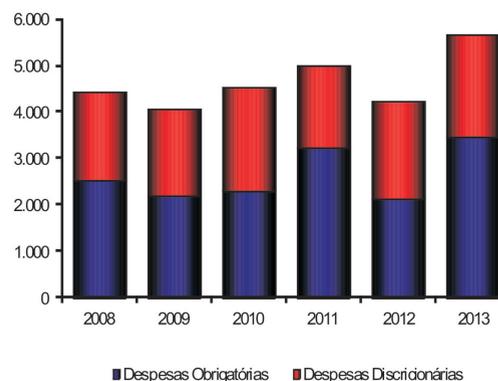


Além de ser o principal órgão responsável pela implementação de medidas que estimulem o desenvolvimento da indústria, do comércio e dos serviços, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior possui como área de competência os seguintes assuntos: propriedade intelectual e transferência de tecnologia; metrologia, normalização e qualidade industrial; as políticas de comércio exterior; formulação da política de apoio à microempresa, empresa de pequeno porte e artesanato; e a execução das atividades de registro de comércio. Além do citado Ministério, o Ministério do Turismo e o Ministério das Minas e Energia desenvolvem importantes ações relacionadas ao tema.

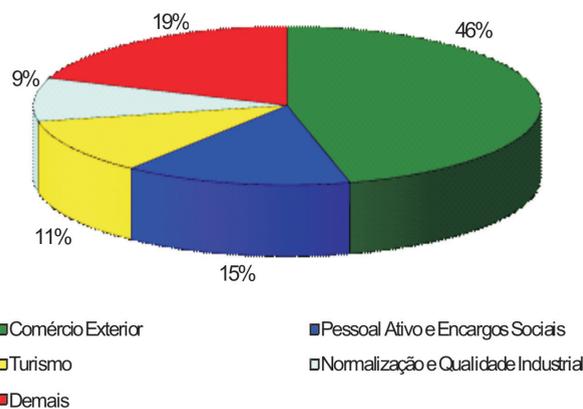
Rs Milhões



Rs Milhões



PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO



Nesses termos, para o desenvolvimento da área em geral, o Governo Federal destinará cerca de R\$ 5,7 bilhões.

No caso específico de comércio exterior, são atribuições do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior: promover a implementação de mecanismos de defesa comercial, com vistas a proteger os produtores nacionais das práticas comerciais, como os subsídios ilegais e as exportações ao País com preços abaixo do custo de produção, ou seja, o dumping; participar de negociações de tratados internacionais, tais como o do Mercosul; propor medidas para o aperfeiçoamento do setor; formular política de informações; e elaborar e divulgar informações relacionadas a essa área.

Dessa forma, estão previstos R\$ 2,6 bilhões para o desenvolvimento de ações voltadas para o Comércio Exterior. Entre elas, destacam-se as ações de financiamento e equalização de juros para a promoção de exportações (Proex), que é um instrumento de financiamento às exportações brasileiras de bens e serviços, voltado principalmente ao apoio das exportações de micro e pequenas empresas, consistindo no pagamento feito pelo Governo Federal do valor da exportação à vista ao exportador brasileiro que, assim, pode oferecer ao importador prazo para o pagamento da transação.

No setor de Serviços, além do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, também há a atuação do Ministério do Turismo, que tem como função desenvolver o turismo como atividade econômica sustentável, como papel relevante na geração de empregos e divisas, proporcionando a inclusão social. Assim, para a área de Turismo, serão destinados R\$ 638,5 milhões ao desenvolvimento da infraestrutura turística, com foco em três importantes ações: a implantação do Programa de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur); a promoção turística do Brasil no exterior; e a adequação da infraestrutura turística pública para os grandes eventos esportivos, como a Copa do Mundo FIFA 2014 e as Olimpíadas Rio 2016.

Já o setor de Indústria, onde, além do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior há uma forte atuação do Ministério das Minas e Energia, contará com R\$ 2,2 bilhões para a implementação de programas voltados para o seu desenvolvimento. Entre esses programas, destacam-se os que fazem parte do Plano Brasil Maior (PBM), que busca, em conjunto com outras iniciativas de governo, formas de incentivar o investimento produtivo e elevar a produtividade e a inovação em uma série de cadeias produtivas estratégicas para

o desenvolvimento do País. Como exemplo de programa nessa área, tem-se o programa Normalização e Qualidade, que terá disponível o total de R\$ 498,8 milhões para o desenvolvimento de suas ações, como a de serviços de metrologia e qualidade industrial, que buscam incentivar a competitividade, a inovação e a harmonização das relações de consumo por meio da metrologia.

Estão previstos previstos gastos com Pessoal Ativo e Encargos Sociais dos diversos órgãos envolvidos com o setor de Indústria, Comércio e Serviços, no valor de R\$ 818,3 milhões. Desse total, R\$ 412,1 milhões serão destinados ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e suas entidades vinculadas: o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade (Inmetro), o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) e a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa). Já o Ministério das Minas e Energia contará com R\$ 363,8 milhões, que também serão repartidos entre a administração central e suas entidades vinculadas que atuam na área, como a Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais (CPRM) e o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). Por fim, o Ministério do Turismo terá disponível R\$ 42,4 milhões para o pagamento de Pessoal Ativo e Encargos Sociais da administração central e de sua entidade vinculada, o Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur).

No item Demais, entre outras ações, destacam-se as que fazem parte da área de mineração, que contará com uma dotação de aproximadamente R\$ 126,6 milhões para o desenvolvimento de projetos e atividades como, por exemplo, os que constam no programa de gestão estratégica da geologia, da mineração e da transformação mineral. Entre os objetivos desse programa, consta a busca pelo fortalecimento das atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, além da articulação com a indústria mineral para promover a cultura e a prática de inovação tecnológica no setor mineral.

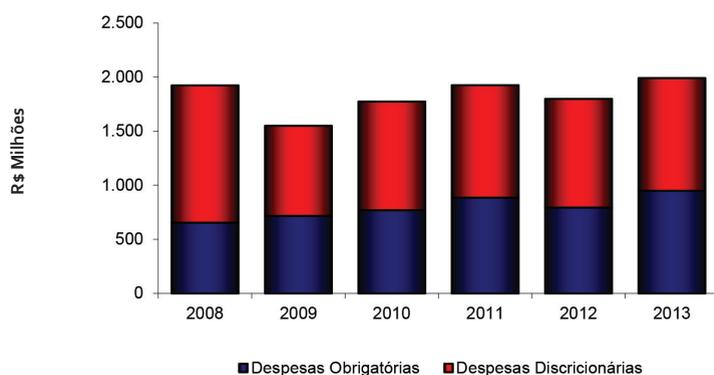
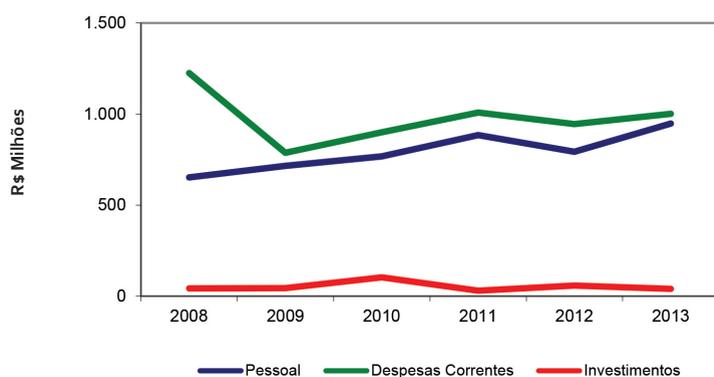


O Ministério das Relações Exteriores tem a missão institucional de auxiliar a Presidência da República na formulação da política exterior do Brasil, assegurar sua execução, manter relações diplomáticas com governos de Estados estrangeiros, organismos e organizações internacionais e promover os interesses do Estado e de brasileiros no exterior. Visa criar ambiente favorável ao desenvolvimento sustentável do Brasil com equidade e justiça social, mediante a defesa da prevalência da paz, do recurso ao multilateralismo, do primado do Direito e da democracia no sistema decisório internacional e do respeito à igualdade jurídica entre os Estados, e ao princípio da não intervenção.

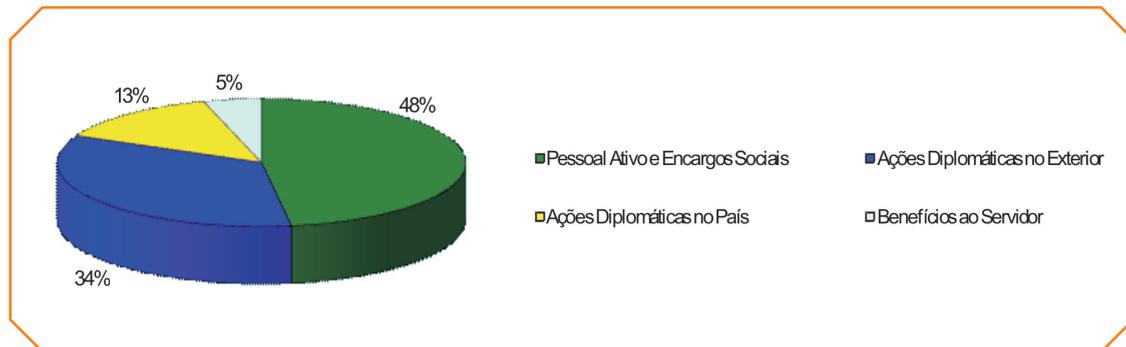


O objetivo do Ministério é fortalecer a inserção do Brasil no cenário internacional e a integração sul-americana. Esse órgão, por intermédio do seu corpo diplomático, atua na área consular, ou seja, emissão de passaportes e vistos, legalizações, registros de nascimento, procurações e demais serviços prestados no exterior, e na área de cooperação técnica.

O Ministério atua, ainda, em diferentes correntes para promover os interesses nacionais e os valores da sociedade brasileira. O Brasil está credenciado a assumir responsabilidades no plano internacional, conciliando, no plano interno, o amadurecimento democrático com progresso social e econômico, acumulando avanços em áreas como direitos humanos, meio ambiente e energia renovável.



PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO



Do total de R\$ 2 bilhões a ser alocado em Relações Exteriores, R\$ 948,3 milhões serão destinados ao pagamento de Pessoal Ativo e Encargos Sociais. Esses servidores atuam no País e no Exterior, nos 226 postos de representação distribuídos pelo mundo, prestando serviços de interesse nacional a brasileiros e a estrangeiros, intermediando a relação do Brasil com outras Nações para difundir a cultura, promover as exportações brasileiras, atrair investimentos, apoiar a internacionalização de empresas brasileiras, divulgar o produto turístico nacional, entre outros.

As Ações Diplomáticas no Exterior receberão cerca de R\$ 681,7 milhões, alcançando temas como paz e segurança, finanças, comércio, meio ambiente, energia, entre outros. Assim, os recursos são destinados, entre outras ações, às relações e negociações bilaterais e multilaterais, R\$ 527,3 milhões, principalmente com os

Países-membros da União Europeia, do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (Nafta) e do Mercado Comum do Sul (Mercosul) e Associados; aos serviços consulares e de assistência aos brasileiros no exterior, R\$ 46,5 milhões; à cooperação técnica internacional, R\$ 36 milhões; à difusão cultural e divulgação do Brasil no exterior, R\$ 29 milhões; e à cooperação humanitária internacional, R\$ 23,4 milhões.

Para as Ações Diplomáticas no Brasil, serão alocados cerca de R\$ 268,3 milhões destinados à administração do Ministério das Relações Exteriores, R\$ 242,3 milhões; à realização de pesquisa e divulgação de história diplomática do Brasil, R\$ 10,4 milhões; à realização de eventos oficiais, R\$ 7 milhões; à formação e ao aperfeiçoamento de diplomatas, R\$ 2,8 milhões; e à concessão de bolsas no sistema educacional brasileiro a alunos estrangeiros, R\$ 2 milhões.

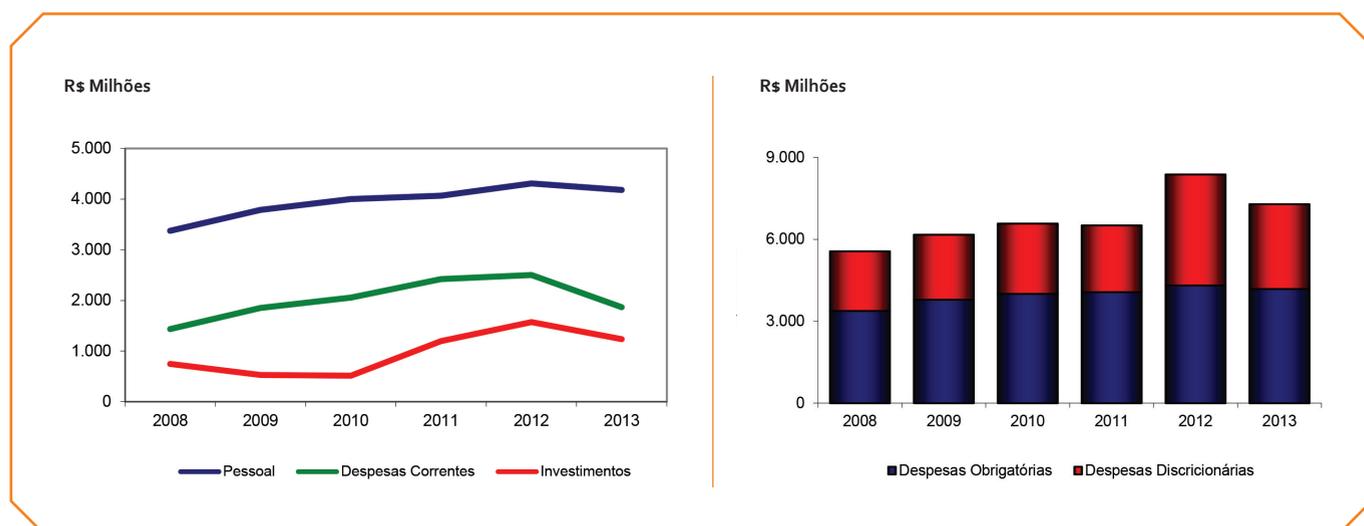


Segurança Pública pode ser entendida como o afastamento, por meio de organizações próprias, de perigo que possa afetar a ordem pública, sem prejuízo da vida, da liberdade ou dos direitos de propriedade de cada cidadão. A Constituição, em seu artigo 144, determina Segurança Pública como “dever do Estado, direito e responsabilidade de todos”.

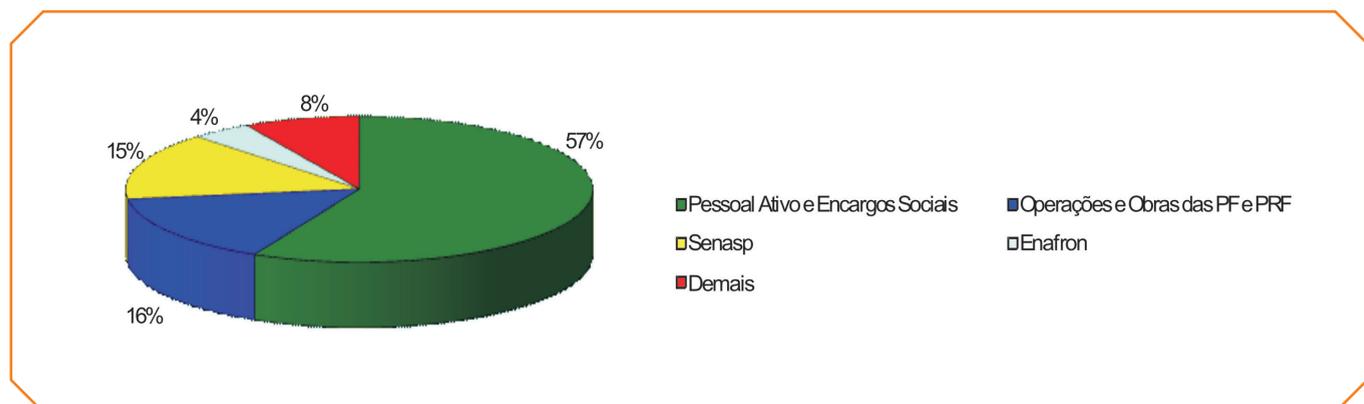


No Governo Federal, o Ministério da Justiça é o órgão responsável por implementar grande parte das políticas públicas relacionadas a esse tema, tanto que sua missão é garantir e promover a cidadania, a justiça e a segurança pública, por meio de ações conjuntas entre o Estado e a sociedade.

No âmbito desse Ministério, as atividades são exercidas pelos Departamentos de Polícia Federal (DPF) e de Polícia Rodoviária Federal (DPRF); pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), gestora do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP); e pela Secretaria Nacional de Justiça (SNJ).



PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO



Do montante de R\$ 7,2 bilhões destinados para Segurança Pública, R\$ 4,2 bilhões serão utilizados para pagamento de Pessoal Ativo e Encargos Sociais, sendo R\$ 2,3 bilhões para o DPF; R\$ 1,4 bilhão para o DPRF; R\$ 302,5 bilhões para a Agência Brasileira de Inteligência (Abin); e R\$ 156,7 milhões para os demais departamentos e secretarias do Ministério da Justiça.

A área de Operações e Obras das Polícias Federal e Rodoviária Federal receberá recursos na ordem de R\$ 1,1 bilhão. Trata-se de gastos para o funcionamento do sistema de emissão de passaporte; o controle de tráfego internacional e de registros de estrangeiros; ações de prevenção e repressão ao tráfico ilícito de drogas; policiamento ostensivo nas rodovias e estradas federais; além de construção, ampliação e reforma de instalações das Polícias mencionadas. No âmbito da PRF, destacamos recursos de R\$ 65,4 milhões para a implementação do Plano de Prevenção e Redução de Acidentes de Trânsito, que desenvolverá iniciativas voltadas à melhoria no atendimento pré-hospitalar, à educação para o trânsito, à implantação de infraestrutura de comunicação nas rodovias federais, a inovações tecnológicas e ao policiamento e fiscalização nos trechos críticos de acidentes.

A Senasp contará com R\$ 1,1 bilhão. O trabalho dessa Secretaria consiste em atuar na prevenção à violência, buscando atingir as suas causas, sem deixar as estratégias de ordenamento social. Além disso, a Senasp é gestora do FNSP, que mantém o pronto emprego da Força Nacional de Segurança Pública. Para 2013, destacamos o Programa Brasil Mais Seguro, R\$ 450 milhões, que prevê três eixos de atuação: a melhoria da investigação das mortes violentas; o fortalecimento do policiamento ostensivo e de proximidade (comunitário); e o controle de armas. Mencionamos também o Sistema

Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas (Sinesp), que receberá R\$ 86 milhões. Criado pela *Lei nº 12.681, de 4 de julho de 2012*, o Sinesp visa a estabelecer uma base de dados confiável para o desenvolvimento de políticas públicas na área de segurança e permitir a troca de informações entre os órgãos de segurança de cada unidade da Federação.

A Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (Enafron) refere-se ao Plano Estratégico de Fronteiras, instituído pelo *Decreto nº 7.496, de 8 de junho de 2011*, com o objetivo de fortalecer a prevenção, a repressão, o controle e a fiscalização dos crimes praticados na faixa de fronteira brasileira. As estratégias do Plano contemplam: ampliar a presença das forças de segurança nas regiões fronteiriças; modernizar os equipamentos de segurança pública localizados na fronteira; desenvolver capacidade de atuação e gestão integrada entre os diversos órgãos de segurança pública do País (Forças Armadas, Força Nacional de Segurança Pública, Receita Federal e as polícias federais, estaduais e municipais); e aprofundar a cooperação com os países fronteiriços no combate ao crime nas fronteiras. Para essas ações, em 2013, serão gastos recursos na ordem de R\$ 307,2 milhões.

Em Demais, destacamos importantes ações na área de defesa civil, com R\$ 55,7 milhões, que são de responsabilidade do Ministério da Integração Nacional, que tem, entre outras iniciativas, o mapeamento das áreas de risco, a coordenação e fortalecimento do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil, assim como a ampliação e a modernização do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (Senad). Além disso, há também previstos R\$ 56 milhões para as ações de inteligência no âmbito do Governo Federal.



DESTAQUE DO ORÇAMENTO NOS ESTADOS BRASILEIROS

(Retornar ao Sumário)

Neste capítulo, apresentamos projetos e atividades de destaque, por Região e por Estado, presentes no Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2013 (PLOA 2013). A localização dos investimentos públicos é definida no processo de planejamento nacional com os objetivos de reduzir as desigualdades regionais e intraurbanas, aproveitar potenciais econômicos, complementar as redes de infraestruturas já existentes, ampliar o acesso da sociedade a equipamentos de saúde, assim como em ações para educação e cidadania.

É importante considerarmos que os investimentos localizados em um determinado Estado da Federação beneficiam todo o Brasil. Quando investimos no Porto de Santos, por exemplo, a produção de toda sua área de influência é incentivada. Igualmente, quando construímos uma usina hidrelétrica no Estado de Rondônia, a energia produzida alimenta outros Estados.

A Constituição Federal define as áreas em que atuam, separadamente, o Governo Federal, os governos estaduais e os municipais. Define ainda em quais assuntos as três esferas federativas devem unir seus esforços para melhorar as condições de vida dos cidadãos. Os Estados e os Municípios contam com arrecadação e orçamentos próprios e muitos dos projetos e das atividades que beneficiam a população são desenvolvidos com recursos encontrados nesses orçamentos e não no Orçamento da União.

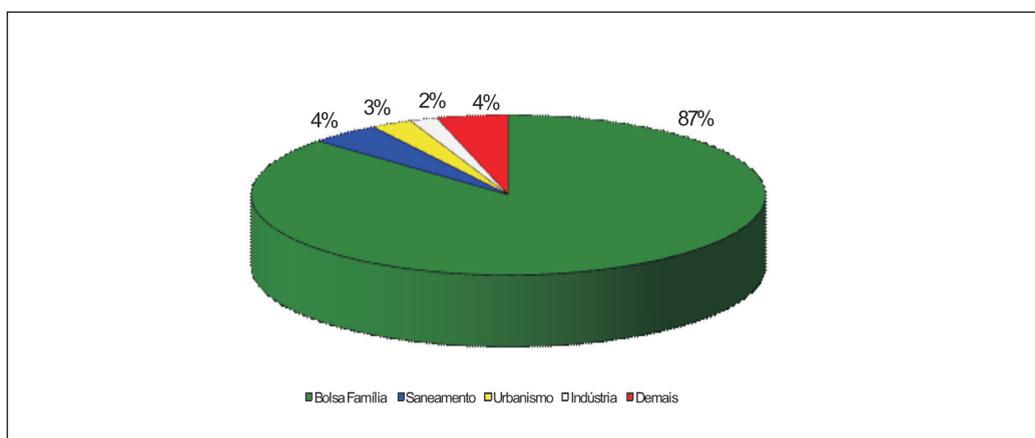
Os nossos representantes no Congresso Nacional, Deputados e Senadores, atuam para direcionar os recursos do Orçamento Federal ao atendimento das necessidades de seus Estados de origem. Após a Presidenta da República encaminhar o PLOA 2013 ao Congresso, na fase de apreciação e votação, eles podem alterar parte do orçamento, sob *determinadas regras*, para incluir novos projetos e atividades, aumentar ou reduzir recursos já contemplados ou apenas remanejá-los, através das chamadas emendas parlamentares.

RESSALTAMOS QUE GRANDE PARTE DAS DESPESAS DA LEI ORÇAMENTÁRIA FEDERAL NÃO ESTÁ IDENTIFICADA NOMINALMENTE PARA DETERMINADO ESTADO OU REGIÃO. São gastos geralmente executados em benefício de toda população. Nas despesas correntes, podemos citar o Abono e o Seguro-Desemprego. Os investimentos tratados nacionalmente retratam uma estimativa de utilização dos recursos do orçamento no País, cuja maioria se dá mediante celebração de convênios com Estados e Municípios durante o ano. Citamos, como exemplo, a Implantação de Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) da Saúde, que seguem rito processual de seleção por meio de edital.

Lembramos ainda que as informações tratadas neste capítulo não trazem as funções de governo relativas às áreas de atuação dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União (MPU). São ainda excluídas as transferências constitucionais da União para tais entes e as funções de Administração, Previdência Social e Encargos Especiais.

A Região Norte é composta por sete Estados, Acre (AC), Amazonas (AM), Rondônia (RO), Roraima (RR), Pará (PA), Amapá (AP) e Tocantins (TO). Detém a maior extensão territorial do País, ocupando 45% do território nacional, e possui uma população de aproximadamente 16 milhões de habitantes (Censo 2010). A região receberá, do orçamento federal de 2013, R\$ 11,2 bilhões, repartidos da seguinte forma: AC - R\$ 486,9 milhões; AM - R\$ 1,5 bilhão; RO - R\$ 974,5 milhões; RR - R\$ 436,1 milhões; PA - R\$ 3,2 bilhões; AP - R\$ 403,3 milhões; TO - R\$ 1,2 bilhão; e R\$ 3,1 bilhões não atribuídos a nenhum Estado específico, mas para Região Norte como um todo.

Nas páginas seguintes serão detalhados os recursos recebidos diretamente pelos Estados dessa Região.



Do valor destinado à Região, R\$ 3,1 bilhões, grande parte será dividida entre as áreas de Assistência Social, com R\$ 2,7 bilhões, e Saneamento, com R\$ 135,1 milhões.

Na de Assistência Social, os R\$ 2,7 bilhões serão alocados integralmente para o pagamento do Programa Bolsa Família.

Na de Saneamento, dos R\$ 135,1 milhões alocados, R\$ 51,8 milhões serão para implantar, ampliar ou melhorar o sistema de esgotamento sanitário em Municípios com população superior a 50 mil habitantes. Além disso, outros R\$ 46 milhões servirão para o aprimoramento do sistema de abastecimento de água, também para Municípios

com população superior a 50 mil habitantes.

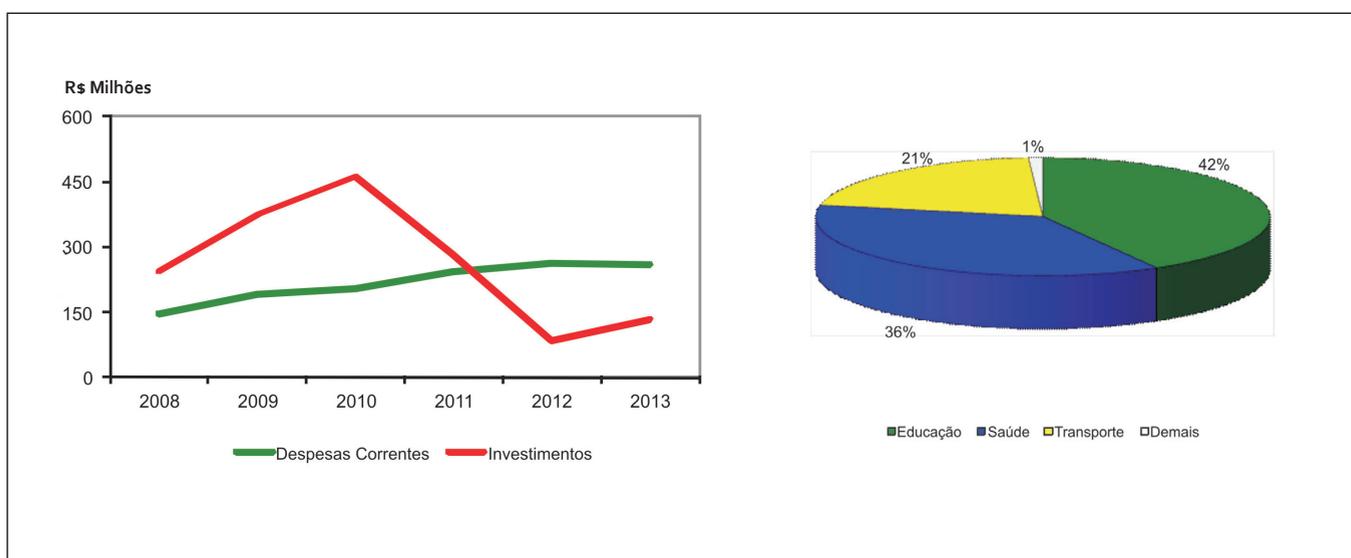
Na de urbanismo, serão alocados R\$ 80 milhões para apoiar a urbanização de assentamentos precários. Para o setor de Indústria, estão previstos R\$ 53,2 milhões para ações do programa de promoção industrial, como a promoção do desenvolvimento econômico regional da Amazônia Ocidental e dos Municípios de Macapá e Santana (AP).

Por fim, na área Demais, destacam-se as ações dos programas de Ciência, Tecnologia e Inovação, como a pesquisa e desenvolvimento em florestas alagadas e não alagadas da Amazônia, e de Ciência, Tecnologia e Inovação, como o fomento a projetos institucionais para a pesquisa na Região Amazônica (CT-Amazônia).

Acre

Norte O Estado do Acre (AC) possui uma população de aproximadamente 733 mil habitantes (Censo 2010). Historicamente, a economia acreana baseia-se no extrativismo vegetal, sobretudo na exploração da borracha. Atualmente, a madeira é o principal produto de exportação do Estado, que também é grande produtor de castanha-do-pará, fruto do açaí e óleo da copaíba.

Para 2013, o Acre contará com R\$ 486,9 milhões do orçamento federal.



Na Educação, R\$ 203 milhões disponibilizados para o setor serão utilizados principalmente em ações relacionadas ao ensino superior e ao ensino profissional. Para o ensino superior, serão disponibilizados R\$ 137,5 milhões para a realização de ações como as de reestruturação, expansão e funcionamento das Universidades Federais. Da mesma forma, o ensino profissional contará com R\$ 36 milhões para realização de ações como as de expansão, reestruturação e funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica.

Na Saúde, dos R\$ 177,5 milhões destinados aos programas dessa área no Estado, aproximadamente R\$ 104,5 milhões serão utilizados no programa de assistência hospitalar e ambulatorial. Entre outras ações, são desenvolvidas nesse programa as relacionadas à atenção à saúde da população para procedimentos em média e alta complexidade, ambulatorial e hospitalar no Sistema Único de Saúde (SUS). Cabe ainda o destaque

para as ações relacionadas ao piso de atenção básica variável – saúde da família, que visa à reorientação das práticas assistenciais básicas, com ênfase nas ações de prevenção de doenças e promoção da saúde.

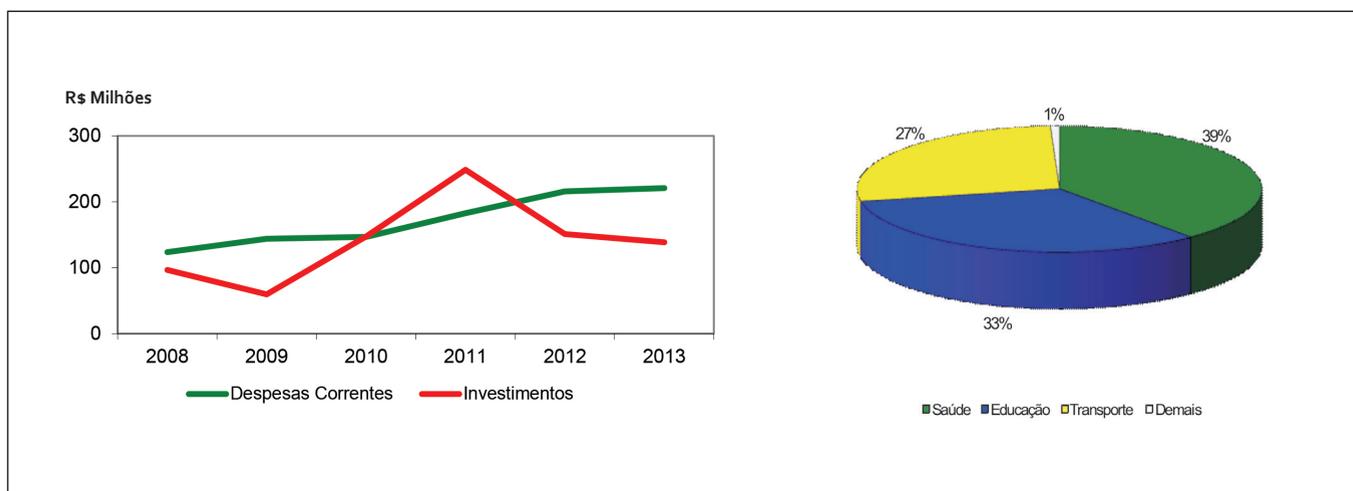
Na área de Transporte, R\$ 101,5 milhões serão alocados para execução de projetos e atividades no modal rodoviário. Entre outras ações, destacam-se as de construção dos trechos rodoviários Ferreira Gomes – Oiapoque, na BR-156; Laranjal do Jarí – Entroncamento BR-210/AP-030, na BR-156; além da construção da ponte internacional sobre o rio Oiapoque (Fronteira Brasil/Guiana Francesa), na BR-156 e da manutenção de outros trechos rodoviários dentro do Estado.

Por fim, na área Demais, destacam-se os programas do setor de Assistência Social, principalmente as ações relacionadas ao programa de fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), como as de serviços de proteção social básica e especial de média e alta complexidade, que contarão com R\$ 3,6 milhões.

Amapá

Norte O Estado do Amapá (AP) possui uma população de aproximadamente 669 mil habitantes (Censo 2010). Dentre as atividades econômicas praticadas no Amapá, as principais estão envolvidas no extrativismo, na agricultura e na indústria. Uma importante fonte de recursos financeiros é a extração de castanha-do-pará e madeira, outro item de destaque na economia amapaense é a extração de manganês.

Para 2013, o Amapá contará com R\$ 403,3 milhões do orçamento federal.



Em Saúde, dos R\$ 156,5 milhões destinados aos programas dessa área no Estado, aproximadamente R\$ 91,5 milhões serão utilizados no programa de assistência hospitalar e ambulatorial. Entre outras ações, são desenvolvidas nesse programa as relacionadas à atenção à saúde da população para procedimentos em média e alta complexidade, ambulatorial e hospitalar no Sistema Único de Saúde (SUS). Cabe ainda o destaque para as ações relacionadas ao piso de atenção básica variável – saúde da família, que visa à reorientação das práticas assistenciais básicas, com ênfase nas ações de prevenção de doenças e promoção da saúde.

Na Educação, R\$ 133,1 milhões disponibilizados para o setor serão utilizados principalmente em ações relacionadas ao ensino superior e ao ensino profissional. Para o ensino superior, serão disponibilizados R\$ 76 milhões para a realização de ações como as de reestruturação, expansão e funcionamento das Universidades Federais. Da mesma forma, o ensino

profissional contará com R\$ 30,6 milhões para realização de ações como as de expansão, reestruturação e funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica.

Na área de Transporte, R\$ 110,7 milhões serão alocados para execução de projetos e atividades no modal rodoviário. Entre outras ações, destacam-se as de construção dos trechos rodoviários Ferreira Gomes – Oiapoque, na BR-156; Laranjal do Jarí – Entroncamento BR-210/AP-030, na BR-156; além da construção da ponte internacional sobre o rio Oiapoque (Fronteira Brasil/Guiana Francesa), na BR-156 e da manutenção de outros trechos rodoviários dentro do Estado.

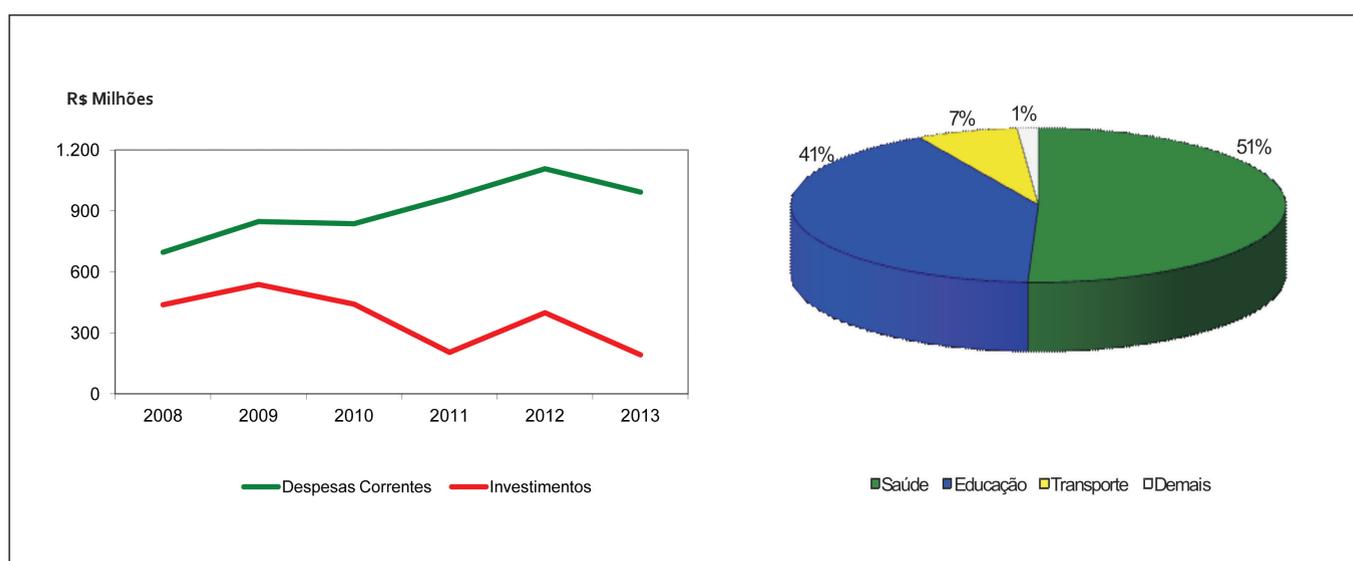
Finalmente, na área Demais, destacam-se os programas do setor de Assistência Social, principalmente as ações relacionadas ao programa de fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), como as de serviços de proteção social básica e especial de média e alta complexidade, que contarão com R\$ 2,6 milhões.

Amazonas

Norte

O Estado do Amazonas (AM) possui uma população de aproximadamente 3,4 milhões de habitantes (Censo 2010). A capital do Estado, Manaus, concentra o principal centro industrial, a Zona Franca de Manaus, nesse setor produtivo amazonense, destaca-se principalmente a produção de eletroeletrônicos, motocicletas, além do beneficiamento de alguns minérios e alimentos. Apesar da existência do pólo industrial da Zona Franca de Manaus, a principal atividade econômica do Estado do Amazonas está vinculada às atividades primárias com destaque para: extração vegetal, mineral e animal.

Para 2013, o Amazonas contará com R\$ 1,5 bilhão do orçamento federal.



Para a Saúde, dos R\$ 741 milhões destinados aos programas dessa área no Estado, aproximadamente R\$ 434,6 milhões serão utilizados no programa de assistência hospitalar e ambulatorial. Entre outras ações, são desenvolvidas atividades relacionadas à atenção à saúde da população para procedimentos em média e alta complexidade, ambulatorial e hospitalar no Sistema Único de Saúde (SUS). Cabe ainda o destaque para as ações relacionadas ao piso de atenção básica variável – saúde da família, que visa à reorientação das práticas assistenciais básicas, com ênfase nas ações de prevenção de doenças e promoção da saúde.

Na Educação, R\$ 604 milhões disponibilizados para o setor serão utilizados principalmente em ações relacionadas ao ensino superior e ao profissional. Para o ensino superior, serão disponibilizados R\$ 280 milhões para a realização de ações como as de reestruturação, expansão e funcionamento das Universidades Federais.

Da mesma forma, o ensino profissional contará com R\$ 160,1 milhões para a realização de ações como as de expansão, reestruturação e funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica.

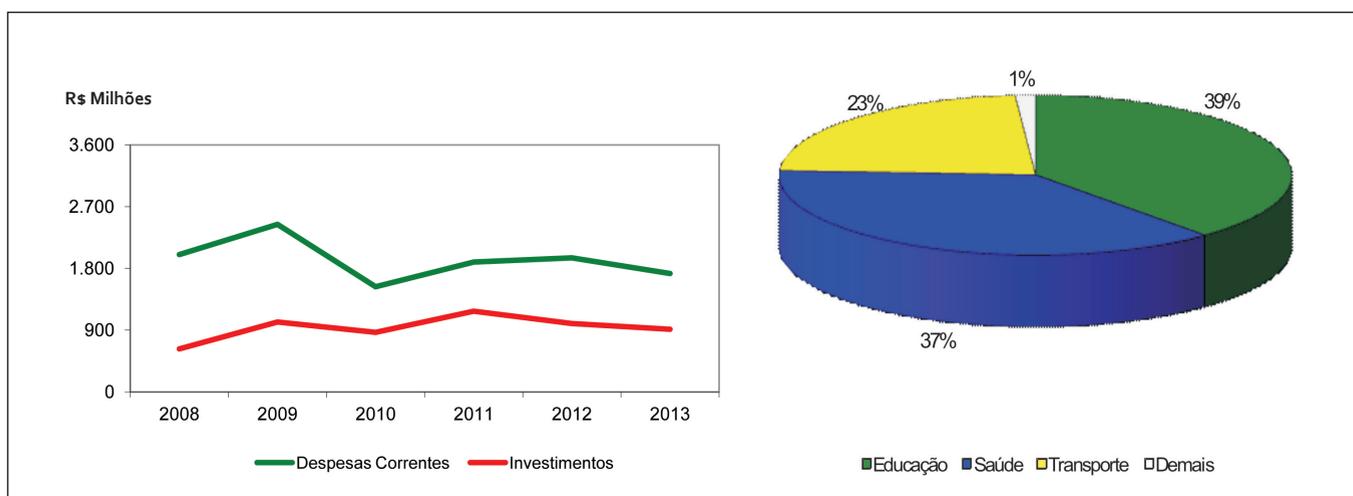
Na área de Transporte, dos R\$ 97 milhões alocados para execução no Estado, R\$ 90 milhões serão destinados para o modal rodoviário. Nele, entre outras ações, destaca-se a construção dos trechos rodoviários Boca do Acre – Divisa AM/AC na BR-317 e Manaus – Divisa AM/RO na BR-319, além da manutenção de outros trechos rodoviários dentro do Estado.

Por fim, na área Demais, destacam-se as ações no setor de Assistência Social, principalmente as relacionadas ao programa de fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), como as de serviços de proteção social básica e especial de média e alta complexidade, que contarão com R\$ 13,6 milhões.

Pará

Norte O Estado do Pará (PA) possui uma população de aproximadamente 7,5 milhões de habitantes (Censo 2010). A economia paraense é baseada no extrativismo mineral (ferro, bauxita, manganês, calcário, ouro, estanho) e vegetal (madeira), na agricultura, na pecuária, na indústria e no turismo.

Para 2013, o Pará contará com R\$ 3,2 bilhões do orçamento federal.



Na Educação, R\$ 1,2 bilhão disponibilizado para o setor será utilizado principalmente em ações relacionadas ao ensino superior e ensino profissional. Para o ensino superior, serão disponibilizados R\$ 764,9 milhões para a realização de ações como as de reestruturação, expansão e funcionamento das Universidades Federais. Da mesma forma, o ensino profissional contará com R\$ 719,5 milhões para realização de ações como as de expansão, reestruturação e funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica.

Na Saúde, do total de R\$ 1,2 bilhão destinado aos programas dessa área no Estado, aproximadamente R\$ 563,6 milhões serão utilizados no programa de assistência hospitalar e ambulatorial. Entre outras ações, são desenvolvidas atividades relacionadas à atenção à saúde da população para procedimentos em média e alta complexidade, ambulatorial e hospitalar no Sistema Único de Saúde (SUS). Cabe ainda o destaque

para as ações relacionadas ao piso de atenção básica variável – saúde da família, que visa à reorientação das práticas assistenciais básicas, com ênfase nas ações de prevenção de doenças e promoção da saúde.

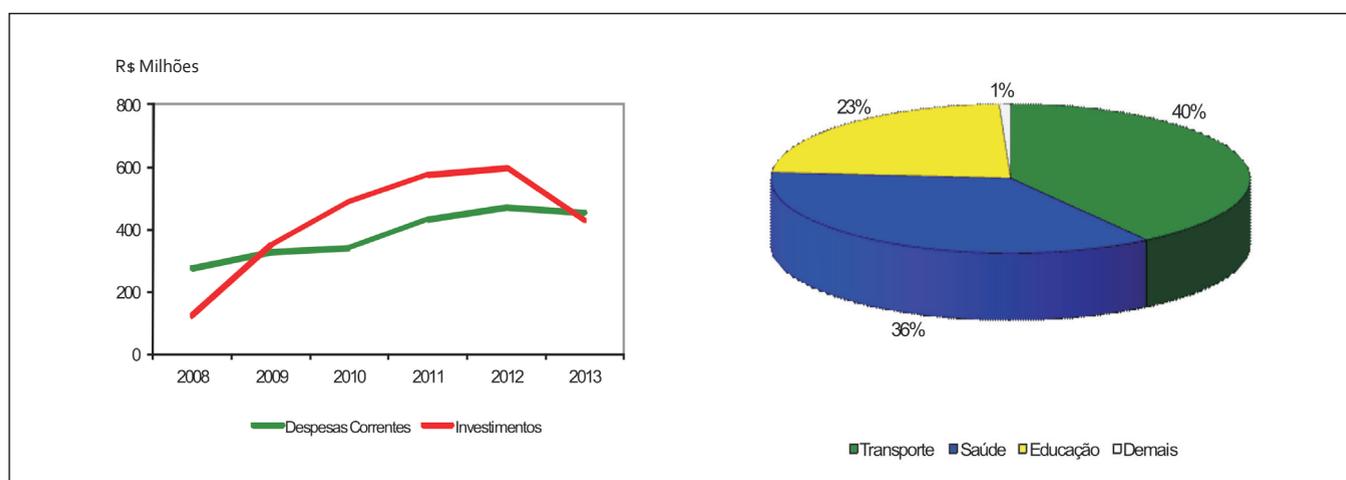
Na área de Transporte, R\$ 731 milhões serão alocados para execução de projetos nos modais hidroviário e rodoviário. Entre outras ações, no modal rodoviário, destacam-se as de construção dos trechos rodoviários divisa MT/PA - Santarém, na BR-163; Altamira - Rurópolis, na BR-320; além da manutenção de outros trechos rodoviários dentro do Estado. Já no modal hidroviário, merecem destaque as ações de melhoramentos do canal de navegação da hidrovia do rio Tocantins.

Em Demais, destacam-se os programas do setor de Assistência Social, principalmente as ações relacionadas ao programa de fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), como as de serviços de proteção social básica e especial de média e alta complexidade, que contarão com R\$ 36,5 milhões.

Rondônia

Norte O Estado de Rondônia (RO) possui uma população de aproximadamente 1,5 milhão de habitantes (Censo 2010). O setor industrial é pouco diversificado, os principais segmentos são o alimentício, o frigorífico e a mineração. Na pecuária, o Estado se destaca por ser grande exportador de carne. O extrativismo vegetal é outra importante fonte de receitas, com destaque para exportação de madeira.

Para 2013, Rondônia contará com R\$ 974,5 milhões do orçamento federal.



Em Transporte, R\$ 394 milhões serão alocados para execução de projetos no modal rodoviário. Entre outras ações, destacam-se as de construção do trecho rodoviário Entroncamento BR-364 – Entroncamento RO-478, na BR-429, e a construção de ponte sobre o rio Riozinho, também na BR-364, além da manutenção de outros trechos rodoviários dentro do Estado.

Na Saúde, do total de R\$ 348,8 milhões destinados aos programas dessa área no Estado, aproximadamente R\$ 206,1 milhões serão utilizados no programa de assistência hospitalar e ambulatorial. Entre outras ações, são desenvolvidas atividades relacionadas à atenção à saúde da população para procedimentos em média e alta complexidade, ambulatorial e hospitalar no Sistema Único de Saúde (SUS). Cabe ainda o destaque para as ações relacionadas ao piso de atenção básica variável – saúde da família, que visa à reorientação das práticas assistenciais básicas, com ênfase nas ações de

prevenção de doenças e promoção da saúde.

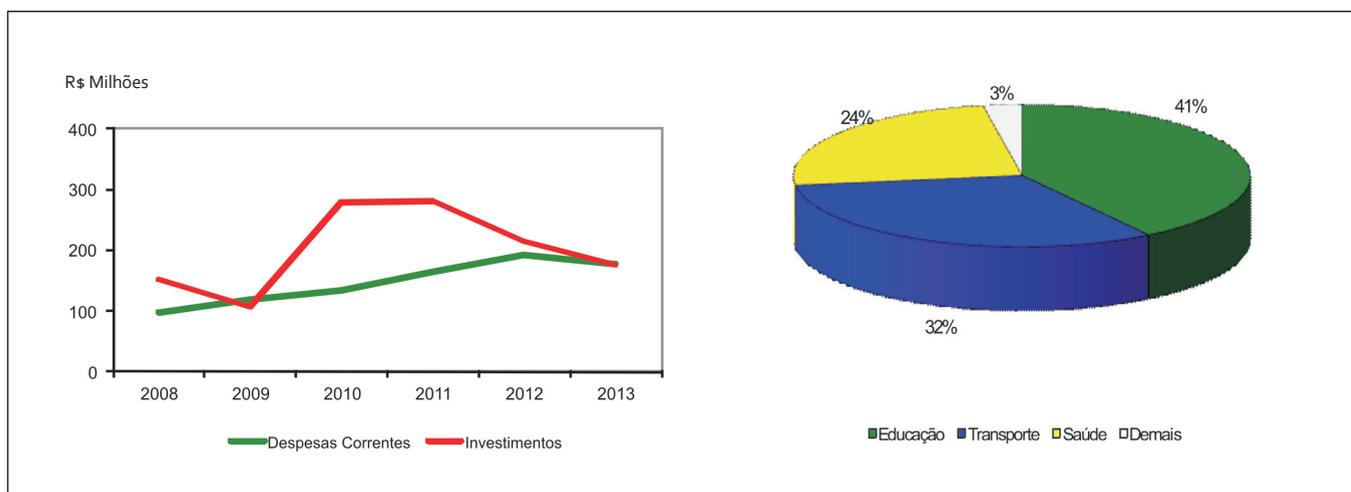
Na Educação, R\$ 224,2 milhões disponibilizados para o setor serão utilizados principalmente em ações relacionadas ao ensino superior e ensino profissional. Para o ensino superior, serão disponibilizados R\$ 113,8 milhões para a realização de ações como as de reestruturação, expansão e funcionamento das Universidades Federais. Da mesma forma, o ensino profissional contará com R\$ 65,9 milhões para realização de ações como as de expansão, reestruturação e funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica.

Para Demais, destacam-se os programas do setor de Assistência Social, principalmente as ações relacionadas ao programa de fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), como as de serviços de proteção social básica e especial de média e alta complexidade, que contarão com R\$ 6,2 milhões.

Roraima

Norte O Estado de Roraima (RR) possui uma população de aproximadamente 450,5 mil habitantes (Censo 2010). A economia de Roraima é baseada nos setores de prestação de serviços, mineração, indústria e agroindústria.

Para 2013, Roraima contará com R\$ 436,1 milhões do orçamento federal.



Na Educação, R\$ 177 milhões disponibilizados para o setor serão utilizados principalmente em ações relacionadas ao ensino superior e ensino profissional. Para o ensino superior, serão disponibilizados R\$ 94,8 milhões para a realização de ações como as de reestruturação, expansão e funcionamento das Universidades Federais. Da mesma forma, o ensino profissional contará com R\$ 56,7 milhões para realização de ações como as de expansão, reestruturação e funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

Na área de Transporte, R\$ 140 milhões serão alocados para execução de projetos no modal rodoviário. Entre outras ações, destacam-se as de construção do trecho rodoviário Cantá – Novo Paraíso, na BR-432, além da manutenção de outros trechos rodoviários dentro do Estado.

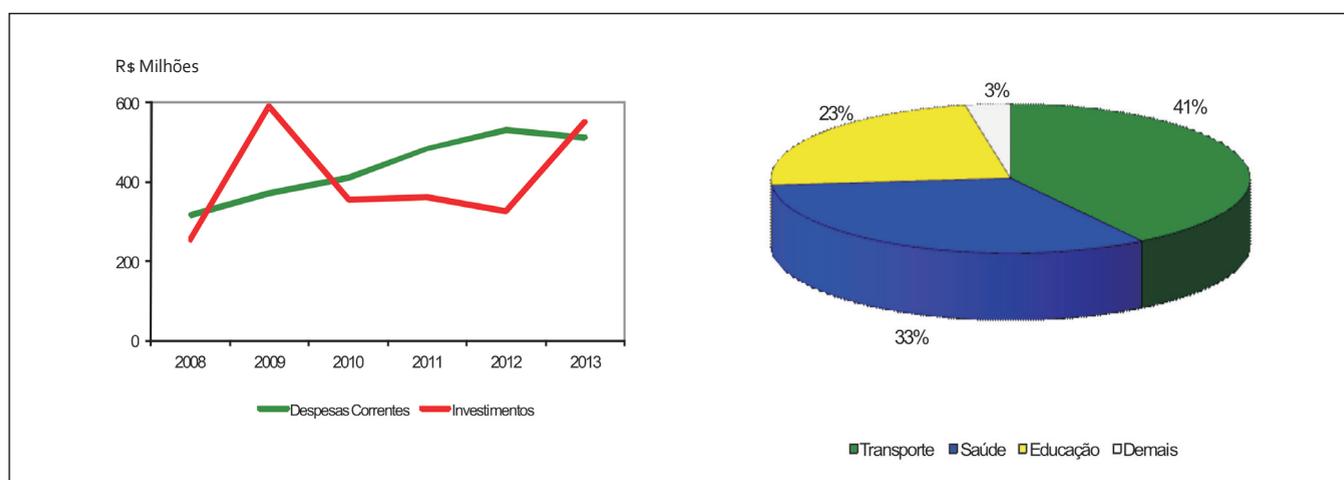
Na Saúde, do total de R\$ 106,7 milhões destinados aos programas dessa área no Estado, aproximadamente R\$ 61 milhões serão utilizados no programa de assistência hospitalar e ambulatorial. Entre outras ações, são desenvolvidas atividades relacionadas à atenção à saúde da população para procedimentos em média e alta complexidade, ambulatorial e hospitalar no Sistema Único de Saúde (SUS). Cabe ainda o destaque para as ações relacionadas ao piso de atenção básica variável – saúde da família, que visa à reorientação das práticas assistenciais básicas, com ênfase nas ações de prevenção de doenças e promoção da saúde.

Por fim, na área Demais, destacam-se os programas do setor de Agricultura, principalmente as ações relacionadas ao programa agricultura irrigada, como a de implantação do perímetro de irrigação Passarão, que contará com R\$ 8 milhões.

Tocantins

Norte O Estado do Tocantins (TO) possui uma população de aproximadamente 1,3 milhões de habitantes (Censo 2010). A economia do Tocantins é baseada na agricultura de exportação, principalmente de soja e na pecuária.

Para 2013, Tocantins contará com R\$ 1,2 bilhão do orçamento federal.



Para a área de Transporte, R\$ 488,9 milhões serão alocados para execução de projetos nos modais rodoviário e ferroviário. Entre outras ações, no modal rodoviário, destacam-se as de construção do trecho rodoviário Peixe – Paraná – Taguatinga, na BR-242, além da manutenção de outros trechos rodoviários dentro do Estado. No modal ferroviário, destaca-se a construção da ferrovia Norte-Sul, trecho Aguiarnópolis – Palmas.

Na Saúde, do total de R\$ 391,8 milhões destinados aos programas dessa área no Estado, aproximadamente R\$ 219,2 milhões serão utilizados no programa de assistência hospitalar e ambulatorial. Entre outras ações, são desenvolvidas atividades relacionadas à atenção à saúde da população para procedimentos em média e alta complexidade, ambulatorial e hospitalar no Sistema Único de Saúde (SUS). Cabe ainda o destaque para as ações relacionadas ao piso de atenção básica

variável – saúde da família, que visa à reorientação das práticas assistenciais básicas, com ênfase nas ações de prevenção de doenças e promoção da saúde.

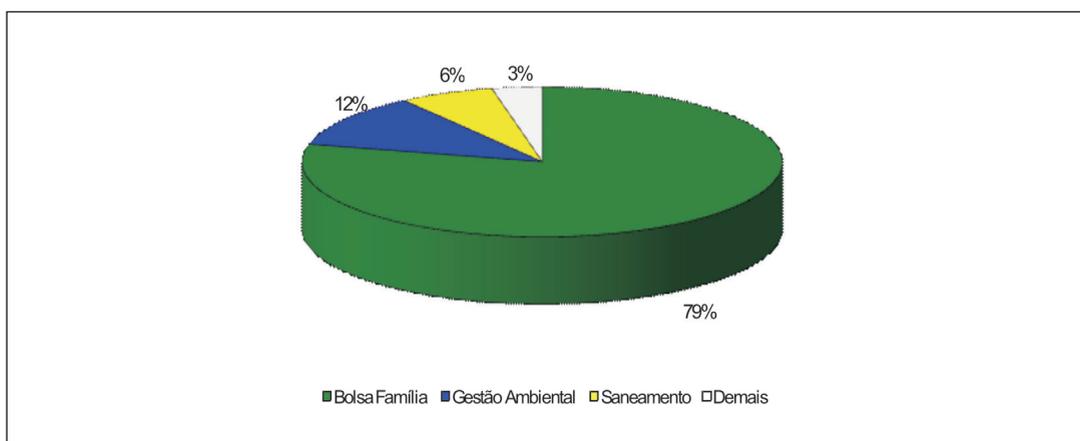
Na Educação, R\$ 280,7 milhões disponibilizado para o setor serão utilizados principalmente em ações relacionadas ao ensino superior e ensino profissional. Para o ensino superior, serão disponibilizados R\$ 139,5 milhões para a realização de ações como as de reestruturação, expansão e funcionamento das Universidades Federais. Da mesma forma, o ensino profissional contará com R\$ 93 milhões para realização de ações como as de expansão, reestruturação e funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica.

Em Demais, destacam-se os programas do setor de Agricultura, principalmente as ações relacionadas ao programa Agricultura Irrigada, como a de revitalização do perímetro rio Formoso, que contará com R\$ 25 milhões.

NORDESTE

A Região Nordeste é composta por nove Estados, Maranhão (MA), Piauí (PI), Ceará (CE), Rio Grande do Norte (RN), Paraíba (PB), Pernambuco (PE), Alagoas (AL), Sergipe (SE) e Bahia (BA). Detém a segunda maior população do País, com aproximadamente 50 milhões de habitantes (Censo 2010), e a que apresenta os maiores desafios na área social. Assim, a região receberá R\$ 42,3 bilhões do orçamento federal de 2013, repartidos da seguinte forma: MA - R\$ 2,8 bilhões; PI - R\$ 1,9 bilhão; CE - R\$ 3,6 bilhões; RN - R\$ 2,2 bilhões; PB - R\$ 2,8 bilhões; PE - R\$ 4,6 bilhões; AL - R\$ 2 bilhões; SE - R\$ 1,4 bilhão, BA - R\$ 6,8 bilhões; e R\$ 14,2 bilhões não atribuídos a nenhum Estado específico, mas para Região Nordeste como um todo.

Nas páginas seguintes serão detalhados os recursos recebidos diretamente pelos Estados dessa Região.



Do valor destinado à Região, R\$ 14,2 bilhões, grande parte será dividida entre as áreas de Assistência Social, com R\$ 11,2 bilhões, Gestão Ambiental, com R\$ 1,6 bilhão e Saneamento, com R\$ 904,5 milhões.

Na de Assistência Social, os R\$ 11,2 bilhões serão alocados integralmente para o pagamento do Programa Bolsa Família.

Na de Gestão Ambiental, os principais destaques são a integração do rio São Francisco com R\$ 1,2 bilhão, a implantação de adutoras nos Estados de Pernambuco e Paraíba com R\$ 252 milhões e o Plano Brasil Sem Miséria, especificamente nas ações de

dessanilização de água com R\$ 83,4 milhões.

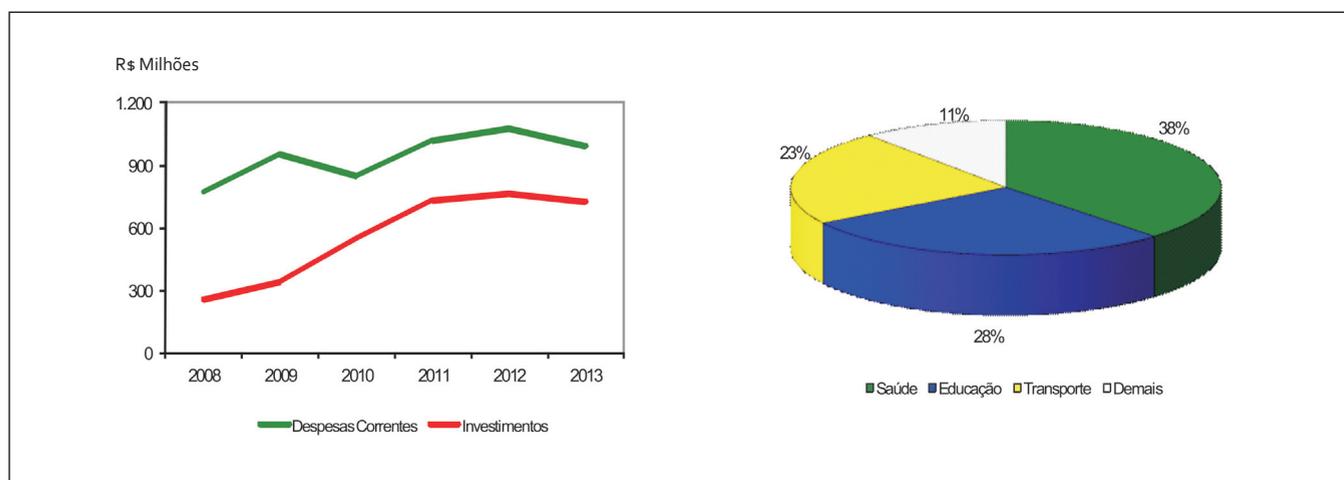
Na de Saneamento, dos R\$ 904,5 milhões alocados, R\$ 444,6 milhões servirão para o aprimoramento do sistema de esgotamento sanitário, também para Municípios com população superior a 50 mil habitantes. Além disso, outros R\$ 401,1 milhões serão para implementar e ampliar sistemas de abastecimento de água em Municípios com população superior a 50 mil habitantes.

Finalmente em Demais, destacam-se os programas no setor de Urbanismo, com R\$ 250 milhões para apoiar a urbanização de assentamentos precários e R\$ 90 milhões para a ferrovia Transnordestina.

Alagoas

Nordeste O Estado de Alagoas (AL) possui uma população de aproximadamente 3,1 milhões de habitantes (Censo 2010). A agropecuária é a base de sua economia. O Estado é o maior produtor de cana-de-açúcar do Nordeste e um dos maiores produtores de açúcar do mundo. Alagoas possui ainda importantes reservas de petróleo e gás natural. A indústria da cultura canavieira tem importante participação na economia, seguida do turismo, da indústria alimentícia, e de química e mineração.

Para 2013, Alagoas contará com R\$ 2 bilhões do orçamento federal.



Para a Saúde, do total de R\$ 769,8 milhões destinados aos programas dessa área no Estado, aproximadamente R\$ 447,9 milhões serão utilizados no programa de assistência hospitalar e ambulatorial. Entre outras ações, são desenvolvidas atividades relacionadas à atenção à saúde da população para procedimentos em média e alta complexidade, ambulatorial e hospitalar no Sistema Único de Saúde (SUS). Cabe ainda o destaque para as ações relacionadas ao piso de atenção básica variável – saúde da família, que visa à reorientação das práticas assistenciais básicas, com ênfase nas ações de prevenção de doenças e promoção da saúde.

Na Educação, R\$ 570,5 milhões disponibilizados para o setor serão utilizados principalmente em ações relacionadas ao ensino superior e ao ensino profissional. Para o ensino superior, serão disponibilizados R\$ 282 milhões para realização de ações como as de reestruturação, expansão e funcionamento das

Universidades Federais localizadas no Estado. Da mesma forma, o ensino profissional contará com R\$ 142 milhões para realização de ações como as de expansão, reestruturação e funcionamento dos Institutos de Educação Profissional e Tecnológica, também localizados no Estado.

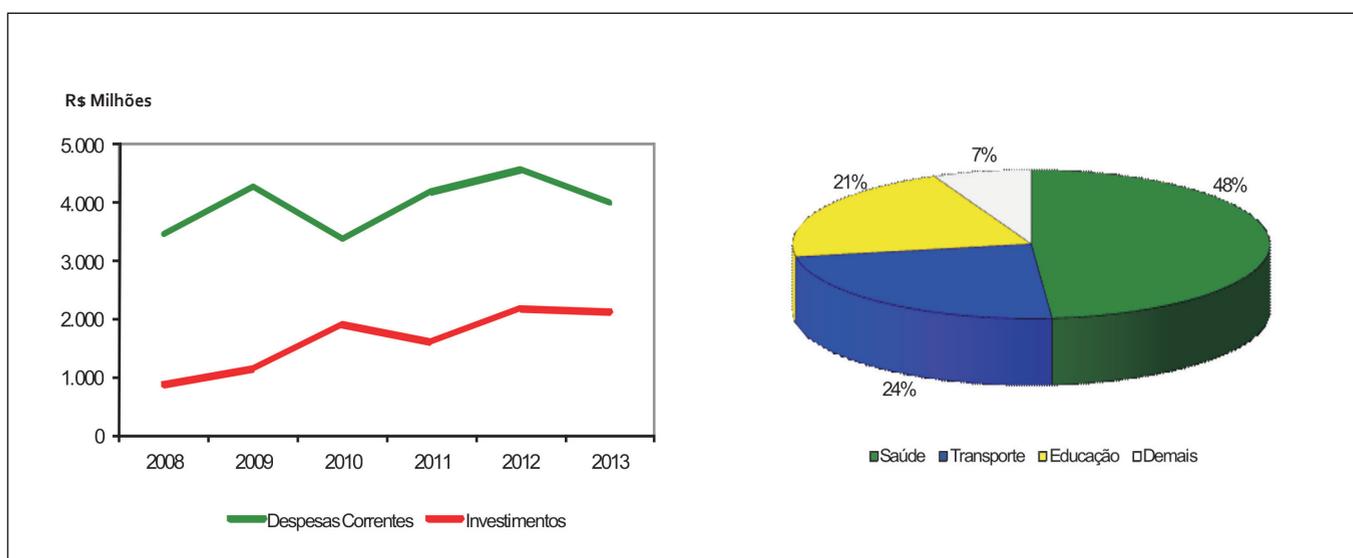
Na área de Transporte, R\$ 465 milhões serão alocados para execução de projetos no modal rodoviário. Entre outras ações, destacam-se as de adequação do trecho rodoviário divisa AL/PE – divisa AL/SE, na BR-101 e de construção do trecho rodoviário divisa PE/AL (Inajá) – Entroncamento BR-423 (Carié), na BR-316, além da manutenção de outros trechos rodoviários dentro do Estado.

Por fim, na área Demais, destacam-se os programas do setor de Gestão Ambiental, principalmente as ações relacionadas à área de recursos hídricos, como a de construção do canal adutor do Sertão Alagoano, que contará com R\$ 140 milhões.

Bahia

Nordeste O Estado da Bahia (BA) possui uma população de aproximadamente 14 milhões de habitantes (Censo 2010). Sua economia é baseada na agricultura, (onde se destacam os cultivos de cacau, sisal e coco) pecuária, comércio, indústria (com destaque para o polo petroquímico de Camaçari) e mineração.

Para 2013, a Bahia contará com R\$ 6,8 bilhões do orçamento federal.



Em Saúde, do total de R\$ 3,3 bilhões destinados aos programas dessa área no Estado, aproximadamente R\$ 2 bilhões serão utilizados no programa de assistência hospitalar e ambulatorial. Entre outras ações, são desenvolvidas atividades relacionadas à atenção à saúde da população para procedimentos em média e alta complexidade, ambulatorial e hospitalar no Sistema Único de Saúde (SUS). Cabe ainda o destaque para as ações relacionadas ao piso de atenção básica variável – saúde da família, que visa à reorientação das práticas assistenciais básicas, com ênfase nas ações de prevenção de doenças e promoção da saúde.

Na área de Transporte, o valor de R\$ 1,6 bilhão será alocado para execução de projetos e atividades nos modais rodoviário, ferroviário e hidroviário. Entre outras ações, no modal rodoviário destacam-se as de adequação do trecho rodoviário divisa SE/BA – Entroncamento BR-324, na BR-101, além da manutenção de outros trechos rodoviários dentro do Estado. No modal

ferroviário, destacam-se as ações de construção da ferrovia Integração Oeste-Leste nos trechos Ilhéus – Caetitê e Caetitê – Barreiras.

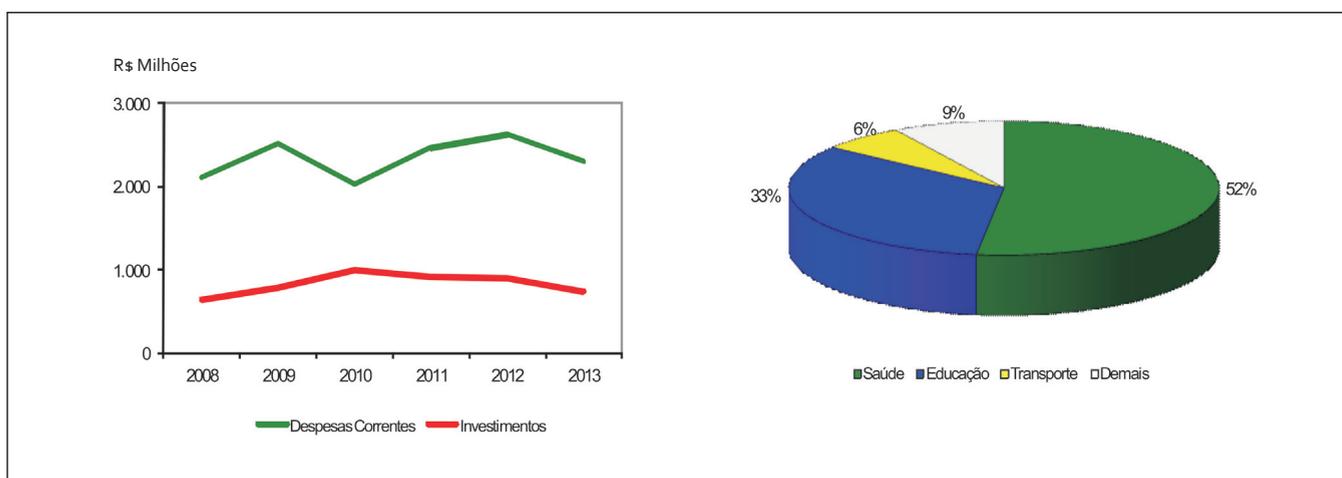
Na Educação, R\$ 1,4 bilhão disponibilizado para o setor será utilizado principalmente em ações relacionadas ao ensino superior e ao ensino profissional. Para o ensino superior, serão disponibilizados R\$ 641,8 milhões para a realização de ações como as de reestruturação, expansão e funcionamento das Universidades Federais localizadas no Estado. Da mesma forma, o ensino profissional contará com R\$ 343,5 milhões para a realização de ações como as de expansão, reestruturação e funcionamento dos Institutos Federais de Educação Tecnológica, também localizados no Estado.

Para Demais, destacam-se os programas do setor de Agricultura, principalmente as ações relacionadas à área de Irrigação, como a de implantação dos perímetros de irrigação Salitre e Baixo de Irecê, que contarão com R\$ 136,5 milhões.

Ceará

Nordeste O Estado do Ceará (CE) possui uma população de aproximadamente a 8,4 milhões de habitantes (Censo 2010). Sua economia se baseia em agricultura, com destaque para a produção de castanha-de-caju, pecuária, comércio, indústria (com destaque para setor calçadista), turismo e mineração.

Para 2013, o Ceará contará com R\$ 3,6 bilhões do orçamento federal.



Na Saúde, do total de R\$ 1,9 bilhão destinado aos programas dessa área no Estado, aproximadamente R\$ 1 bilhão será utilizado no programa de assistência hospitalar e ambulatorial. Entre outras ações, são desenvolvidas atividades relacionadas à atenção à saúde da população para procedimentos em média e alta complexidade, ambulatorial e hospitalar no Sistema Único de Saúde (SUS). Cabe ainda o destaque para as ações relacionadas ao piso de atenção básica variável – saúde da família, que visa à reorientação das práticas assistenciais básicas, com ênfase nas ações de prevenção de doenças e promoção da saúde.

Em Educação, R\$ 1,2 bilhão disponibilizado para o setor será utilizado principalmente em ações relacionadas ao ensino superior e ensino profissional. Para o ensino superior, serão disponibilizados R\$ 628,7 milhões para a realização de ações como as de reestruturação, expansão e funcionamento das Universidades Federais. Da mesma forma, o ensino profissional contará com

R\$ 241,6 milhões para realização de ações como as de expansão, reestruturação e funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica.

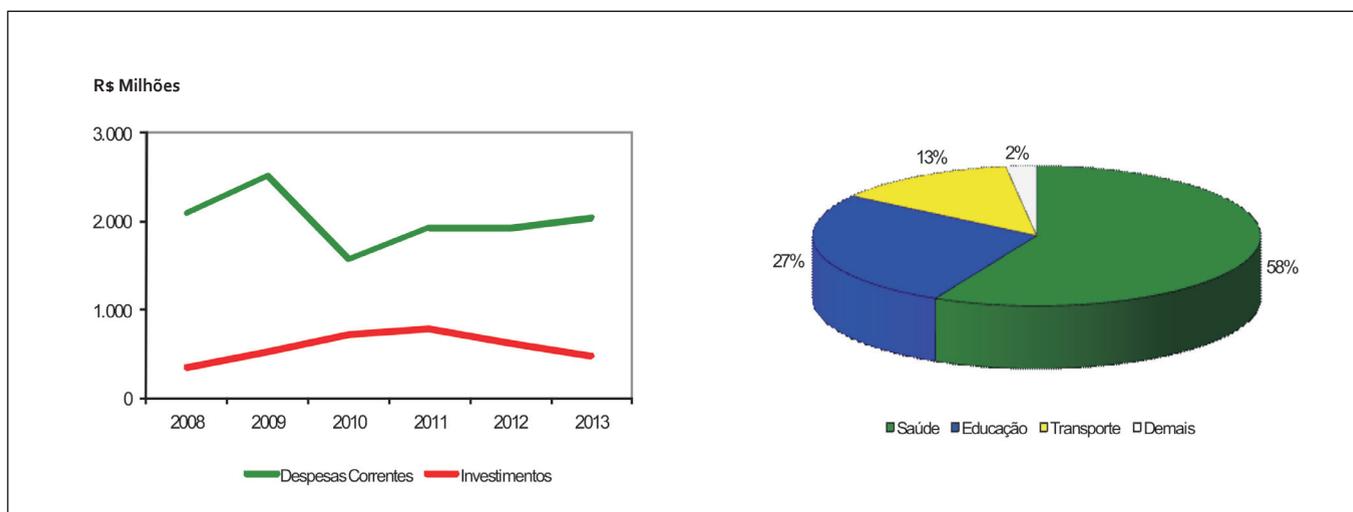
Na área de Transporte, o valor de R\$ 225 milhões será alocado para execução de projetos nos modais rodoviário e hidroviário. Entre outras ações, no modal rodoviário, destacam-se as de adequação do trecho rodoviário Caucaia – Entroncamento de acesso ao Porto de Pecém, na BR-222, além da manutenção de outros trechos rodoviários dentro do Estado. Já no modal hidroviário, destaca-se a participação da União na implantação dos sistemas de apoio de gestão de tráfego de navios e o de carga inteligente e cadeia logística inteligente.

Em Demais, destacam-se os programas do setor de Gestão Ambiental, principalmente as ações relacionadas à área de recursos hídricos, como a de integração das bacias hidrográficas do Estado – Cinturão das Águas do Ceará, que contará com R\$ 120 milhões.

Maranhão

Nordeste O Estado do Maranhão (MA) possui uma população de aproximadamente 6,5 milhões de habitantes (Censo 2010). Sua economia está baseada na agricultura, (com destaque para os cultivos de soja, mandioca e arroz) pecuária, comércio, indústria (transformação de alumínio, alimentícia e madeireira) e no extrativismo vegetal (com destaque para exploração do babaçu).

Para 2013, o Maranhão contará com R\$ 2,8 bilhões do orçamento federal.



Para a Saúde, do total de R\$ 1,6 bilhão destinado aos programas dessa área no Estado, aproximadamente R\$ 885,2 milhões serão utilizados no programa de assistência hospitalar e ambulatorial. Entre outras ações, são desenvolvidas atividades relacionadas à atenção à saúde da população para procedimentos em média e alta complexidade, ambulatorial e hospitalar no Sistema Único de Saúde (SUS). Cabe ainda o destaque para as ações relacionadas ao piso de atenção básica variável – saúde da família, que visa à reorientação das práticas assistenciais básicas, com ênfase nas ações de prevenção de doenças e promoção da saúde.

Na Educação, R\$ 769,2 milhões disponibilizados para o setor serão utilizados principalmente em ações relacionadas ao ensino superior e ensino profissional. Para o ensino superior, serão

disponibilizados R\$ 295,2 milhões para a realização de ações como as de reestruturação, expansão e funcionamento das Universidades Federais. Da mesma forma, o ensino profissional contará com R\$ 218,7 milhões para realização de ações como as de expansão, reestruturação e funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica.

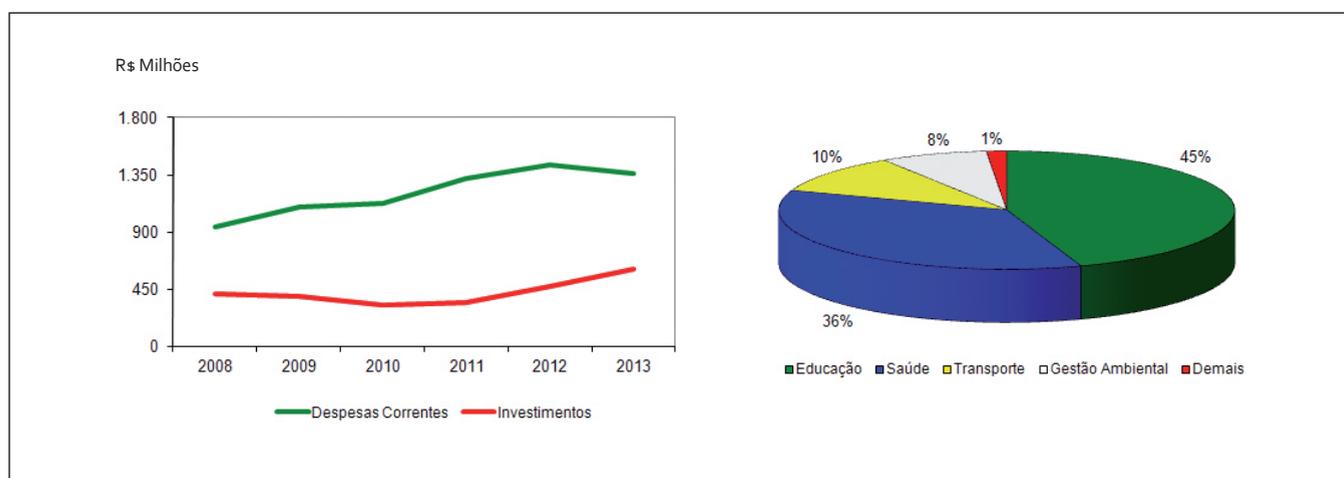
Na área de Transporte, o valor de R\$ 372,9 milhões será alocado para execução de projetos no modal rodoviário.

Por fim, na área Demais, destacam-se os programas do setor de Assistência Social, principalmente as ações relacionadas ao programa de fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), como a de serviço de proteção social básica, que contará com R\$ 40,7 milhões.

Paraíba

Nordeste O Estado da Paraíba (PB) possui uma população de aproximadamente 3,8 milhões de habitantes (Censo 2010). A economia se baseia na agricultura; na indústria (alimentícia, têxtil, couro, calçados, metalúrgica, sucroalcooleira), na pecuária (principalmente caprinos) e no turismo. O transporte marítimo é fundamental à economia paraibana, sobretudo devido ao Porto de Cabedelo.

Para 2013, a Paraíba contará com R\$ 2,8 bilhões do orçamento federal.



Em Educação, R\$ 1,2 bilhão disponibilizado para o setor será utilizado principalmente em ações relacionadas ao ensino superior e ensino profissional. Para o ensino superior, serão disponibilizados R\$ 788 milhões para a realização de ações como as de reestruturação, expansão e funcionamento das Universidades Federais. Da mesma forma, o ensino profissional contará com R\$ 177,76 milhões para realização de ações como as de expansão, reestruturação e funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

Na Saúde, do total de R\$ 982,4 milhões destinados aos programas dessa área no Estado, aproximadamente R\$ 519,6 milhões serão utilizados no programa de assistência hospitalar e ambulatorial. Entre outras ações, são desenvolvidas atividades relacionadas à atenção à saúde da população para procedimentos em média e alta complexidade, ambulatorial e hospitalar no Sistema Único de Saúde (SUS). Cabe ainda o destaque para as ações relacionadas ao piso de atenção básica variável – saúde da família, que visa à reorientação das

práticas assistenciais básicas, com ênfase nas ações de prevenção de doenças e promoção da saúde.

Na área de Transporte, o valor de R\$ 291 milhões será alocado para execução de projetos nos modais rodoviário e hidroviário. Entre outras ações, no modal rodoviário, destacam-se as de adequação do trecho Campina Grande – Divisa PB/PE, na BR-104, além da manutenção de outros trechos rodoviários dentro do Estado. Já no modal hidroviário, destaca-se a ação de dragagem de aprofundamento no Porto de Cabedelo.

Em Gestão Ambiental, serão alocados R\$ 209,5 milhões para realização de ações na área de recursos hídricos. Entre essas, destaca-se a de construção do canal adutor Vertente Litorânea (o canal terá 112,5 km no Estado da Paraíba), que contará com R\$ 120 milhões.

No item Demais, destacam-se os programas do setor de Assistência Social, principalmente as ações relacionadas ao programa de fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), como a de serviço de proteção social básica, que contará com R\$ 27,7 milhões.

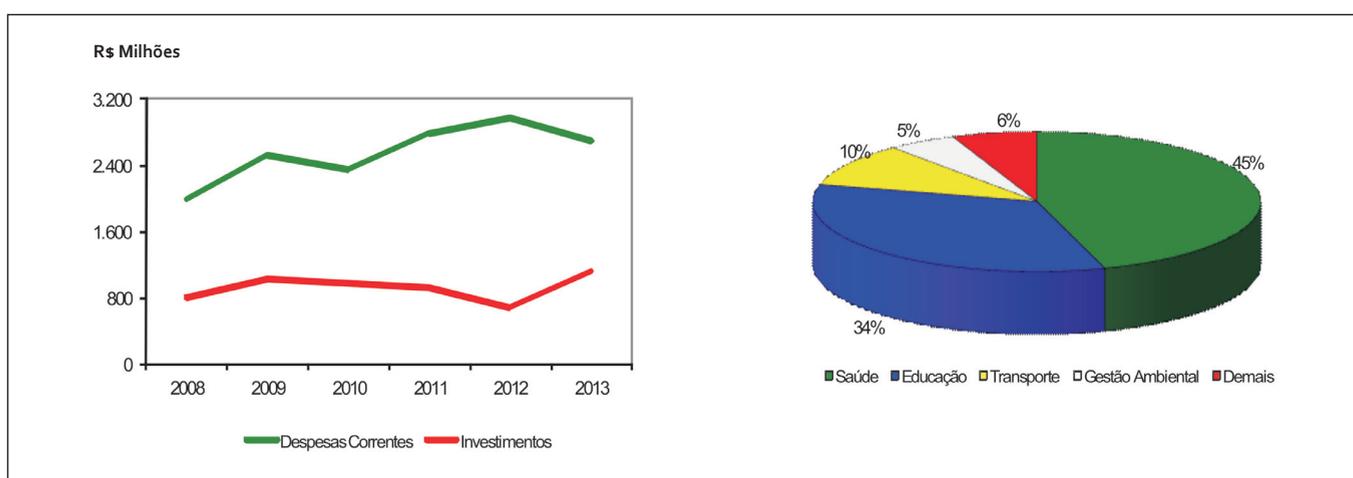
Pernambuco

Nordeste

O Estado de Pernambuco (PE) possui uma população de aproximadamente 8,8 milhões de habitantes (Censo 2010). O setor de serviços, o principal da economia da região, é impulsionado pelo turismo e pelo comércio. Um importante destino dos turistas é o arquipélago de Fernando de Noronha. A indústria também tem destaque na economia e tem se desenvolvido em razão dos constantes investimentos nos segmentos de transformação de minerais, confecções, químico, petroquímico, farmacêutico, mobiliário, transporte e energia.



Para 2013, Pernambuco contará com R\$ 4,6 bilhões do orçamento federal.



Na Saúde, do total de R\$ 2,1 bilhões destinados aos programas dessa área no Estado, aproximadamente R\$ 1,3 bilhão serão utilizados no programa de assistência hospitalar e ambulatorial. Entre outras ações, são desenvolvidas atividades relacionadas à atenção à saúde da população para procedimentos em média e alta complexidade, ambulatorial e hospitalar no Sistema Único de Saúde (SUS). Cabe ainda o destaque para as ações relacionadas ao piso de atenção básica variável – saúde da família, que visa à reorientação das práticas assistenciais básicas, com ênfase nas ações de prevenção de doenças e promoção da saúde.

Na Educação, R\$ 1,6 bilhão disponibilizado para o setor será utilizado principalmente em ações relacionadas ao ensino superior e ensino profissional. Para o ensino superior, serão disponibilizados R\$ 887,9 milhões para a realização de ações como as de reestruturação, expansão e funcionamento das Universidades Federais. Da mesma forma, o ensino profissional contará com R\$ 267,5 milhões para realização de ações como

as de expansão, reestruturação e funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica.

Na área de Transporte, o valor de R\$ 464,4 milhões será alocado para execução de projetos nos modais rodoviário e hidroviário. Entre outras ações, no modal rodoviário, destacam-se as de adequação do trecho Divisa PB/PE – Divisa PE/AL, na BR-101, além da manutenção de outros trechos rodoviários dentro do Estado. Já no modal hidroviário, destaca-se a ação de implantação do terminal marítimo de passageiros do Porto de Recife.

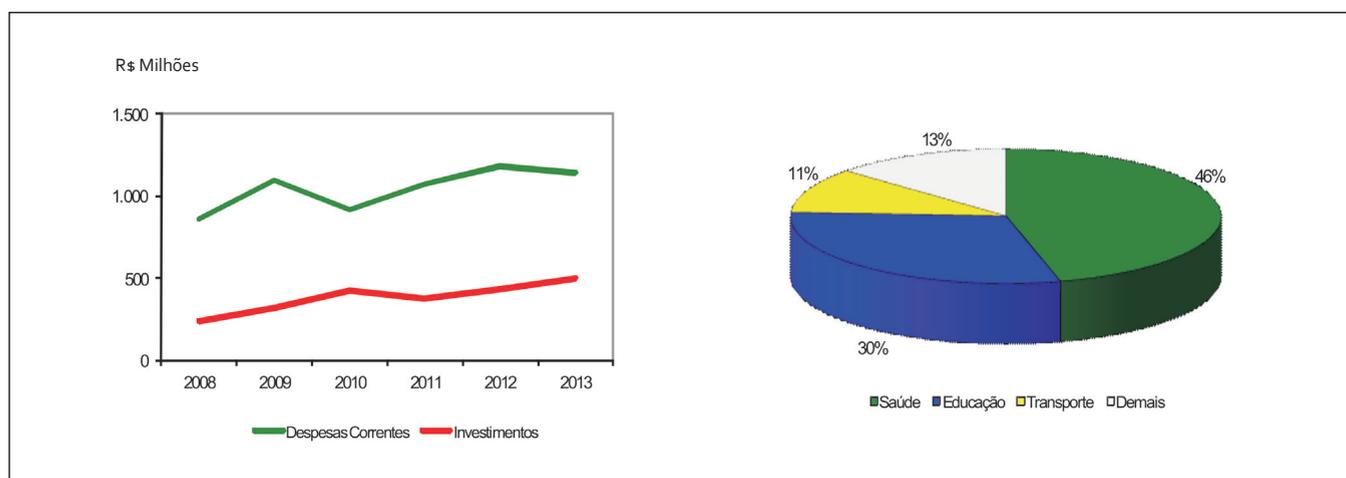
Em Gestão Ambiental, serão alocados R\$ 230,9 milhões para a realização de ações na área de recursos hídricos. Entre essas, destaca-se a de ampliação do sistema integrado de abastecimento de água do Oeste no Estado, que contará com R\$ 100 milhões.

Em Demais, destacam-se os programas do setor de Segurança Pública, principalmente as ações relacionadas ao programa gestão de riscos e resposta a desastre, como a ação da construção da barragem Serro Azul, que contará com R\$ 90 milhões.

Piauí

Nordeste O Estado do Piauí (PI) possui uma população de aproximadamente 3,1 milhões de habitantes (Censo 2010). Possui uma economia baseada na agricultura, (onde se destacam os cultivos de algodão, mandioca e soja) na pecuária extensiva, no comércio, na indústria (química, têxtil e bebidas) e no extrativismo vegetal (com destaque para exploração da carnaúba).

Para 2013, o Piauí contará com R\$ 1,9 bilhão do orçamento federal.



Para a Saúde, do total de R\$ 871,6 milhões destinados aos programas dessa área no Estado, aproximadamente R\$ 482,6 milhões serão utilizados no programa de assistência hospitalar e ambulatorial. Entre outras ações, são desenvolvidas atividades relacionadas à atenção à saúde da população para procedimentos em média e alta complexidade, ambulatorial e hospitalar no Sistema Único de Saúde (SUS). Cabe ainda o destaque para as ações relacionadas ao piso de atenção básica variável – saúde da família, que visa à reorientação das práticas assistenciais básicas, com ênfase nas ações de prevenção de doenças e promoção da saúde.

Na Educação, R\$ 568,3 milhões disponibilizados para o setor serão utilizados principalmente em ações relacionadas ao ensino superior e ensino profissional. Para o ensino superior serão disponibilizados R\$ 320,2 milhões para a realização de ações como as de reestruturação,

expansão e funcionamento das Universidades Federais. Da mesma forma, o ensino profissional contará com R\$ 144,4 milhões para realização de ações como as de expansão, reestruturação e funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica.

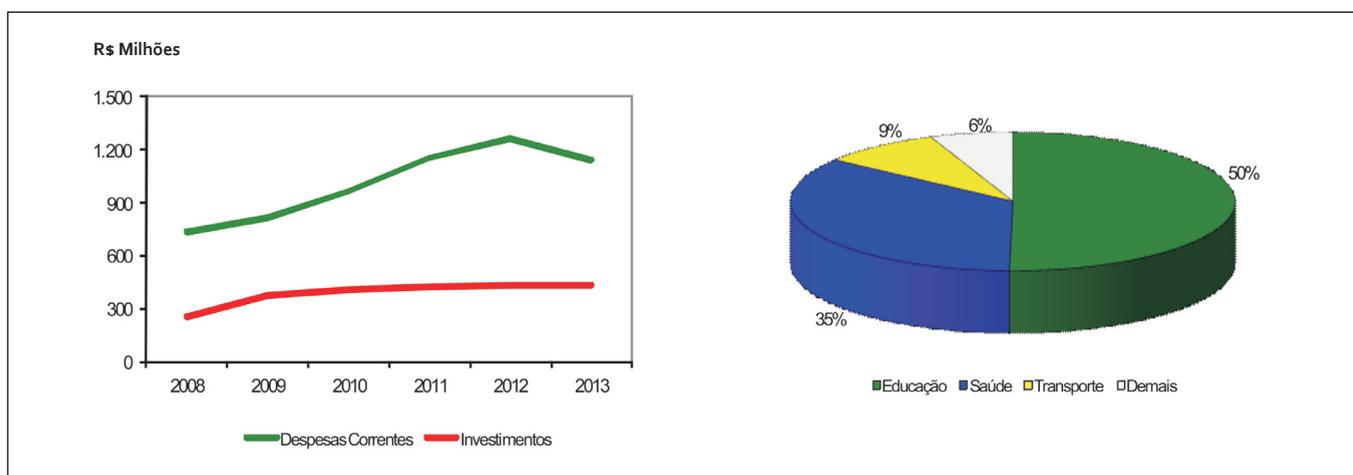
Na área de Transporte, o valor de R\$ 205,5 milhões será alocado para execução de projetos no modal rodoviário. Entre outras ações, destacam-se as de construção do trecho rodoviário Jerumenha – Bertolândia – Eliseu Martins, na BR-135, além da manutenção de outros trechos rodoviários dentro do Estado.

Finalmente, na área Demais, destacam-se os programas do setor de Agricultura, principalmente as ações relacionadas à área de irrigação, como a implantação do perímetro de irrigação Tabuleiros Litorâneos de Parnaíba – 2ª etapa, que contará com R\$ 25,6 milhões.

Rio Grande do Norte

Nordeste O Estado do Rio Grande do Norte (RN) possui uma população de aproximadamente 3,2 milhões de habitantes (Censo 2010). A economia do RN é baseada na prestação de serviços, indústria têxtil, alimentícia e de produtos químicos. O RN é o segundo maior produtor de petróleo do Brasil e também responsável por 95% da produção de sal brasileiro.

Para 2013, o Rio Grande do Norte contará com R\$ 2,2 bilhões do orçamento federal.



Na Educação, R\$ 1,1 bilhão disponibilizado para o setor será utilizado principalmente em ações relacionadas ao ensino superior e ensino profissional. Para o ensino superior, serão disponibilizados R\$ 692,9 milhões para a realização de ações como as de reestruturação, expansão e funcionamento das Universidades Federais. Da mesma forma, o ensino profissional contará com R\$ 197,4 milhões para realização de ações como as de expansão, reestruturação e funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica.

Na Saúde, do total de R\$ 766 milhões destinados aos programas dessa área no Estado, aproximadamente R\$ 419,5 milhões serão utilizados no programa de assistência hospitalar e ambulatorial. Entre outras ações, são desenvolvidas atividades relacionadas à atenção à saúde da população para procedimentos em média e alta complexidade, ambulatorial e hospitalar no

Sistema Único de Saúde (SUS). Cabe ainda o destaque para as ações relacionadas ao piso de atenção básica variável – saúde da família, que visa à reorientação das práticas assistenciais básicas, com ênfase nas ações de prevenção de doenças e promoção da saúde.

Na Na área de Transporte, o valor de R\$ 192,1 milhões será alocado para execução de projetos nos modais rodoviário e hidroviário. Entre outras ações, no modal rodoviário, destacam-se as de adequação do trecho rodoviário Areia Branca – Divisa RN/PB, na BR-110, além da manutenção de outros trechos rodoviários dentro do Estado. Já no modal hidroviário, destaca-se a participação da União na construção do Berço 4 no Porto de Natal.

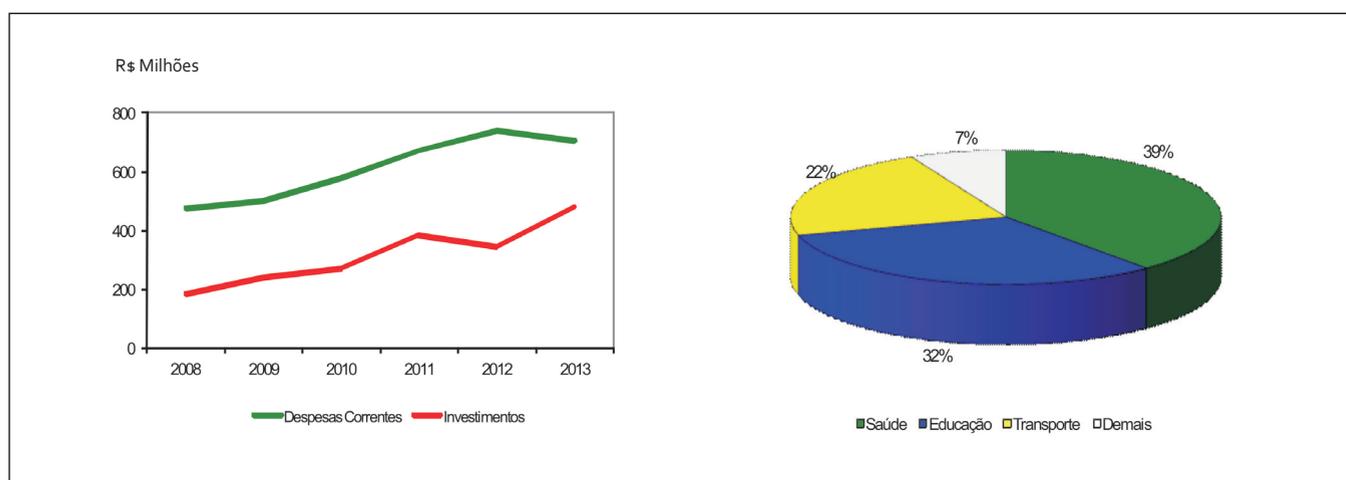
Por fim, na área Demais, destacam-se, os programas do setor de Agricultura, principalmente as ações relacionadas à área de irrigação, como a implantação do perímetro de irrigação Barragem Santa Cruz do Apodi, que contará com R\$ 34,2 milhões.

Sergipe

Nordeste O Estado de Sergipe (SE) possui uma população de aproximadamente 2 milhões de habitantes (Censo 2010). A economia sergipana é baseada principalmente na prestação de serviços, responsável por 61,8% do PIB do Estado. A indústria produz 33% das riquezas de SE e tem como principais produtos cimento, petróleo, gás natural e produtos químicos, tais como, cloreto de potássio, amônia, uréia. A agropecuária responde por 5,2% do Produto Interno Bruto (PIB) com o plantio de cana-de-açúcar, laranja, mandioca e coco.



Para 2013, Sergipe contará com R\$ 1,4 bilhão do orçamento federal.



Em Saúde, do total de R\$ 544,7 milhões destinados aos programas dessa área no Estado, aproximadamente R\$ 334,7 milhões serão utilizados no programa de assistência hospitalar e ambulatorial. Entre outras ações, são desenvolvidas atividades relacionadas à atenção à saúde da população para procedimentos em média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar no Sistema Único de Saúde (SUS). Cabe ainda o destaque para as ações relacionadas ao piso de atenção básica variável – saúde da família, que visa à reorientação das práticas assistenciais básicas, com ênfase nas ações de prevenção de doenças e promoção da saúde.

Na Educação, R\$ 448,4 milhões disponibilizados para o setor serão utilizados principalmente em ações relacionadas ao ensino superior e ensino profissional. Para o ensino superior, serão disponibilizados R\$ 259,1 milhões para a realização

de ações como as de reestruturação, expansão e funcionamento das Universidades Federais. Da mesma forma, o ensino profissional contará com R\$ 99,6 milhões para realização de ações como as de expansão, reestruturação e funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica.

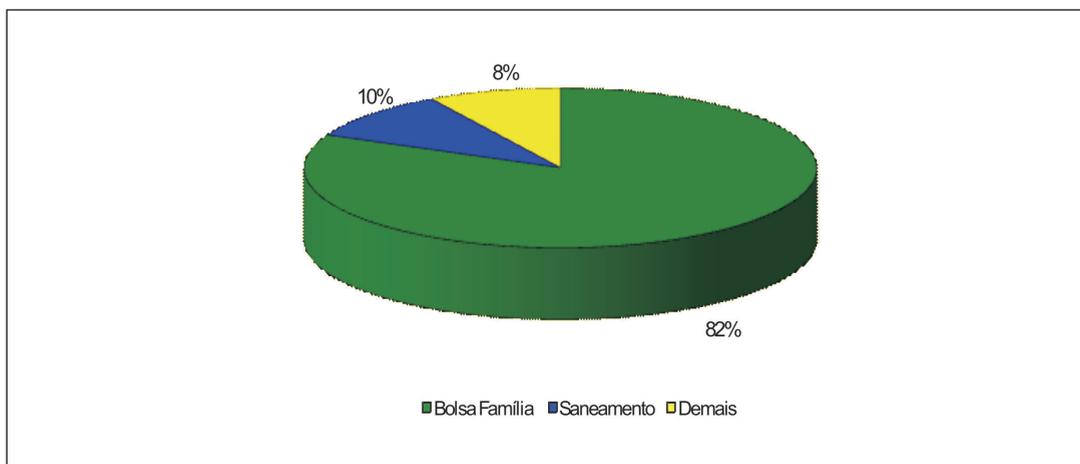
Na área de Transporte, o valor de R\$ 310,9 milhões será alocado para execução de projetos no modal rodoviário. Entre outras ações, destacam-se as de adequação do trecho rodoviário Divisa BA/SE – Entroncamento BR-235, na BR-101, além da manutenção de outros trechos rodoviários dentro do Estado.

No item Demais, destacam-se os programas do setor de Gestão Ambiental, principalmente as ações relacionadas à área de recursos hídricos, como a ampliação do sistema integrado de abastecimento de água de Alto Sertão, que contará com R\$ 30,2 milhões.

CENTRO-OESTE

A Região Centro-Oeste é composta por três Estados, Mato Grosso (MT), Mato Grosso do Sul (MS) e Goiás (GO), e pelo Distrito Federal (DF). Detém a segunda maior extensão do País, ocupa 18,9% do território nacional e possui uma população de aproximadamente 12 milhões de habitantes (Censo 2010). A região receberá o total de R\$ 10,8 bilhões do orçamento federal de 2013, repartido da seguinte forma: MT - R\$ 2,1 bilhões; MS - R\$ 1,6 bilhão; GO - R\$ 3,4 bilhões; DF - R\$ 2,4 bilhões; e R\$ 1,3 bilhão não atribuído a nenhum Estado específico, mas para Região Centro-Oeste como um todo.

Nas páginas seguintes serão detalhados os recursos recebidos diretamente pelos Estados dessa Região.



Do valor destinado à Região, R\$ 1,3 bilhão, grande parte será dividida entre as áreas de Assistência Social, com R\$ 1,1 bilhão, e Saneamento, com R\$ 130,3 milhões.

Na de Assistência Social, R\$ 1,1 bilhão será alocado integralmente para o pagamento do Programa Bolsa Família.

Na de Saneamento, dos R\$ 130,3 milhões alocados, R\$ 57,8 milhões serão para implantar, ampliar ou melhorar o sistema de abastecimento de água em

Municípios com população superior a 50 mil habitantes. Além disso, outros R\$ 27,7 milhões servirão para o apoio a empreendimentos de saneamento integrado, também para Municípios com população superior a 50 mil habitantes.

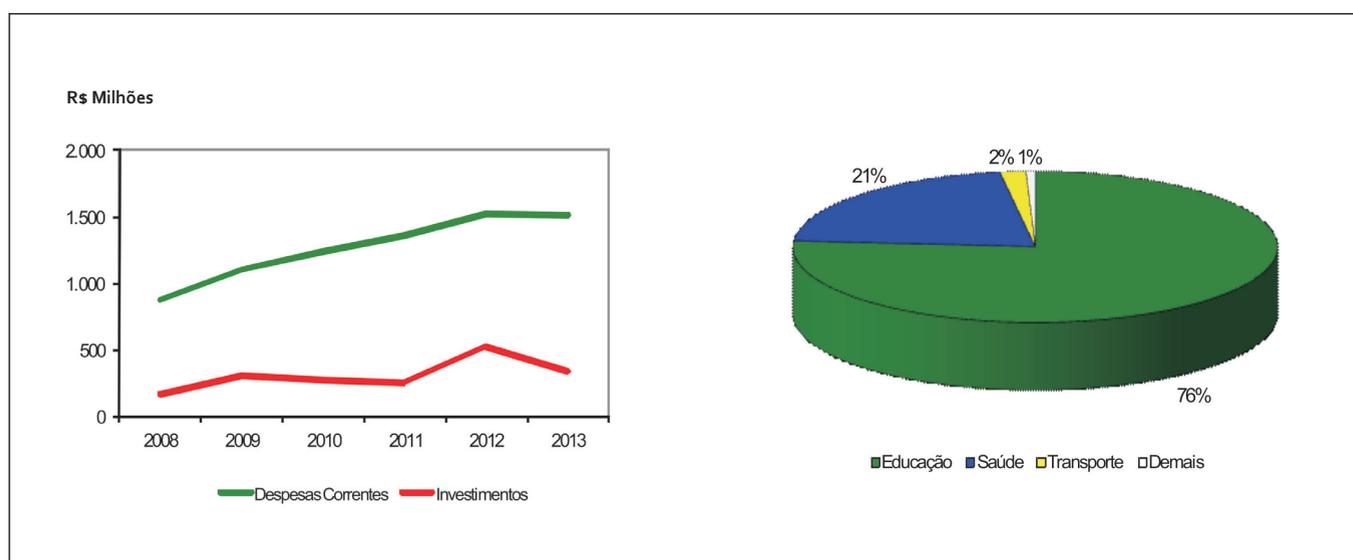
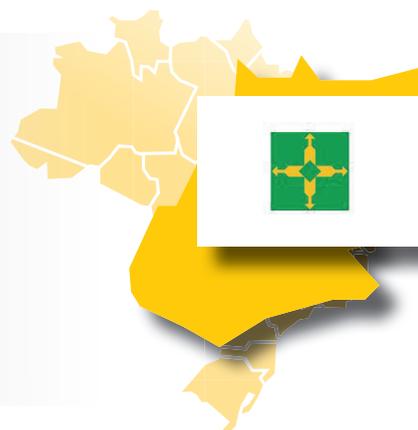
Em Demais, destacam-se os programas nos setores de Transporte, como R\$ 40 milhões na ação de construção da Ferrovia de Integração Centro-Oeste – Campinorte (GO) – Lucas do Rio Verde (MT), e Urbanismo, com R\$ 40 milhões para apoiar a urbanização de assentamentos precários.

Distrito Federal

Centro-Oeste

O Distrito Federal (DF) possui uma população de aproximadamente 2,5 milhões de habitantes (Censo 2010). Sua economia é baseada, 93%, no segmento de prestação de serviços. Brasília é a capital com maior peso da Administração Pública em sua economia (48,3%).

Para 2013, o Distrito Federal contará com R\$ 2,4 bilhões do orçamento federal.



Para a Educação, R\$ 1,9 bilhão disponibilizado para o setor será utilizado principalmente em ações relacionadas ao ensino superior e ao ensino profissional. Para o ensino superior, serão disponibilizados R\$ 908,2 milhões para a realização de ações como as de reestruturação, expansão e funcionamento das Universidades Federais localizadas no DF. Da mesma forma, o ensino profissional contará com R\$ 107,9 milhões para realização de ações como as de expansão, reestruturação e funcionamento dos Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica, também localizados no DF.

Na Saúde, do total de R\$ 525,2 milhões destinados aos programas dessa área no Distrito Federal, aproximadamente R\$ 402,2 milhões serão utilizados no programa de assistência hospitalar e ambulatorial. Entre outras ações, são desenvolvidas atividades relacionadas à atenção à saúde da população para procedimentos em

média e alta complexidade, ambulatorial e hospitalar no Sistema Único de Saúde (SUS). Cabe ainda o destaque para as ações relacionadas ao piso de atenção básica variável – saúde da família, que visa à reorientação das práticas assistenciais básicas, com ênfase nas ações de prevenção de doenças e promoção da saúde.

Na área de Transporte, o valor de R\$ 42 milhões será alocado para execução de projetos no modal rodoviário. Entre outras ações, destacam-se as de adequação do trecho rodoviário Brasília – Divisa DF/GO, na BR-060, além da manutenção de outros trechos rodoviários dentro do Distrito Federal.

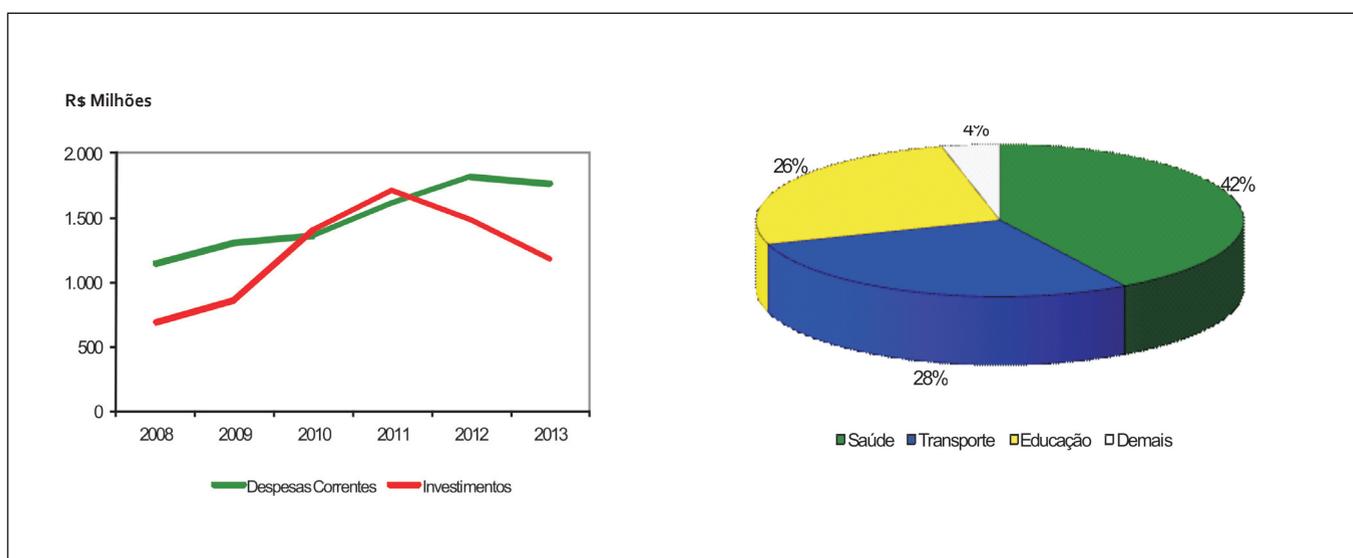
Finalmente, na área Demais, destacam-se os programas do setor de Assistência Social, principalmente as ações relacionadas ao programa de fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), como os serviços de proteção social especial de alta e média complexidade, que contará com R\$ 6,6 milhões.

Goiás

Centro-Oeste

O Estado de Goiás (GO) possui uma população de aproximadamente 5 milhões de habitantes (Censo 2010). A economia goiana é baseada na agropecuária e no setor industrial. Destaque para produção agrícola de algodão, cana-de-açúcar, soja e grãos, sendo o Estado o maior produtor de sorgo. Na pecuária sobressai o rebanho e abate de ovinos e suínos, rebanho avícola e produção de leite.

Para 2013, Goiás contará com R\$ 3,4 bilhões do orçamento federal.



Na Saúde, do total de R\$ 1,4 bilhão destinado aos programas dessa área no Estado, aproximadamente R\$ 919,5 milhões serão utilizados no programa de assistência hospitalar e ambulatorial. Entre outras ações, são desenvolvidas atividades relacionadas à atenção à saúde da população para procedimentos em média e alta complexidade, ambulatorial e hospitalar no Sistema Único de Saúde (SUS). Cabe ainda o destaque para as ações relacionadas ao piso de atenção básica variável – saúde da família, que visa à reorientação das práticas assistenciais básicas, com ênfase nas ações de prevenção de doenças e promoção da saúde.

Na área de Transporte, o valor de R\$ 973,8 milhões será alocado para execução de projetos nos modais rodoviário e ferroviário. Entre outras ações, destacam-se as de adequação do trecho rodoviário Goiânia – Jataí, na BR-060, além da manutenção de outros trechos

rodoviários dentro do Estado. Já no modal ferroviário, destaca-se a ação relacionada à construção da ferrovia Norte-Sul, no trecho Ouro Verde de Goiás – São Simão.

Na Educação, R\$ 899,8 milhões disponibilizados para o setor serão utilizados principalmente em ações relacionadas ao ensino superior e ensino profissional. Para o ensino superior, serão disponibilizados R\$ 445,5 milhões para a realização de ações como as de reestruturação, expansão e funcionamento das Universidades Federais. Da mesma forma, o ensino profissional contará com R\$ 244,7 milhões para realização de ações como as de expansão, reestruturação e funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica.

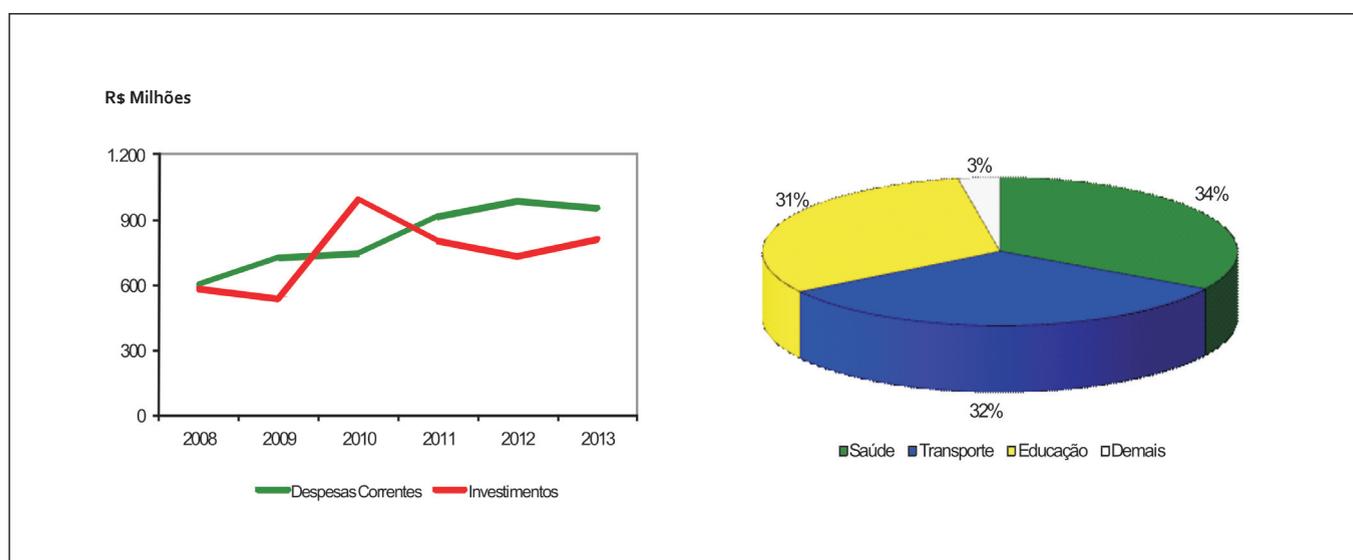
Para Demais, destacam-se os programas do setor de Agricultura, principalmente as ações relacionadas à área de irrigação, como a implantação do perímetro de irrigação Flores de Goiás, que contará com R\$ 81,9 milhões.

Mato Grosso

Centro-Oeste

O Estado do Mato Grosso (MT) possui uma população de aproximadamente 3 milhões de habitantes (Censo 2010). O Estado tem o maior rebanho bovino do país e é o segundo maior exportador de grãos, sendo responsável por 65% das exportações da região Centro-Oeste. Destaca-se na produção de soja (principal produto das exportações) e algodão (atualmente é o líder em produção de algodão no Brasil).

Para 2013, Mato Grosso contará com R\$ 2,1 bilhões do orçamento federal.



Em Saúde, do total de R\$ 696,1 milhões destinados aos programas dessa área no Estado, aproximadamente R\$ 416,1 milhões serão utilizados no programa de assistência hospitalar e ambulatorial. Entre outras ações, são desenvolvidas atividades relacionadas à atenção à saúde da população para procedimentos em média e alta complexidade, ambulatorial e hospitalar no Sistema Único de Saúde (SUS). Cabe ainda o destaque para as ações relacionadas ao piso de atenção básica variável – saúde da família, que visa à reorientação das práticas assistenciais básicas, com ênfase nas ações de prevenção de doenças e promoção da saúde.

Na área de Transporte, o valor de R\$ 674,9 milhões será alocado para execução de projetos no modal rodoviário. Entre outras ações, destacam-se as de adequação do trecho rodoviário Rondonópolis – Cuiabá – Posto Gil, na

BR-163, além da manutenção de outros trechos rodoviários dentro do Estado.

Na Educação, R\$ 651,7 milhões disponibilizados para o setor serão utilizados principalmente em ações relacionadas ao ensino superior e ensino profissional. Para o ensino superior, serão disponibilizados R\$ 352,3 milhões para a realização de ações como as de reestruturação, expansão e funcionamento das Universidades Federais. Da mesma forma, o ensino profissional contará com R\$ 147,6 milhões para realização de ações como as de expansão, reestruturação e funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica.

Por fim, na área Demais, destacam-se os programas do setor de Agricultura, principalmente as ações relacionadas à área de irrigação, como a implantação do perímetro de irrigação Jonas Pinheiro, que contará com R\$ 39,1 milhões.

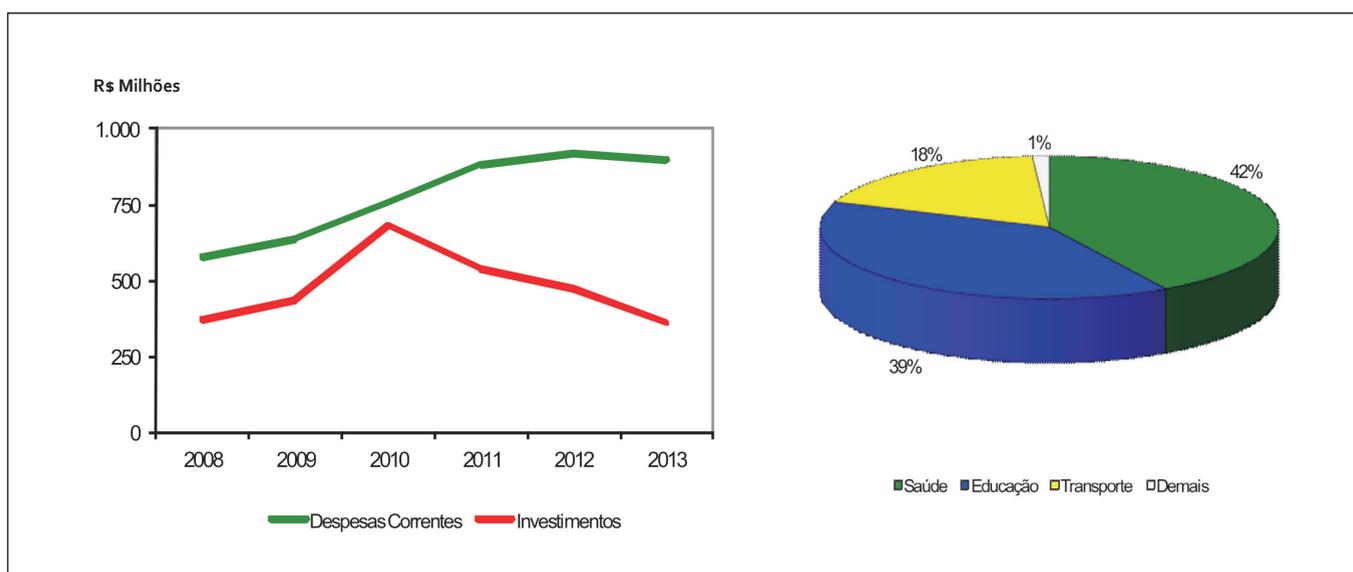
Mato Grosso do Sul

Centro-Oeste

O Estado do Mato Grosso do Sul (MS) possui uma população de aproximadamente 2,4 milhões de habitantes (Censo 2010). As principais fontes econômicas do Estado são agricultura e pecuária, mantendo um dos maiores rebanhos bovinos do País. No território do Estado, encontram-se importantes jazidas, com destaque para o manganês (maior reserva do Brasil) e o ferro (terceira maior do Brasil). A principal atividade industrial de MS é a produção de gêneros alimentícios, seguida da transformação de minerais não metálicos e da indústria de madeira.



Para 2013, Mato Grosso do Sul contará com R\$ 1,6 bilhão do orçamento federal.



Na Saúde, do total de R\$ 656,4 milhões destinados aos programas dessa área no Estado, aproximadamente R\$ 441,9 milhões serão utilizados no programa de assistência hospitalar e ambulatorial. Entre outras ações, são desenvolvidas atividades relacionadas à atenção à saúde da população para procedimentos em média e alta complexidade, ambulatorial e hospitalar no Sistema Único de Saúde (SUS). Cabe ainda o destaque para as ações relacionadas ao piso de atenção básica variável – saúde da família, que visa à reorientação das práticas assistenciais básicas, com ênfase nas ações de prevenção de doenças e promoção da saúde.

Na Educação, R\$ 619,3 milhões disponibilizados para o setor serão utilizados principalmente em ações relacionadas ao ensino superior e ensino profissional. Para o ensino superior, serão disponibilizados R\$ 345,5 milhões para a realização de ações como as de reestruturação,

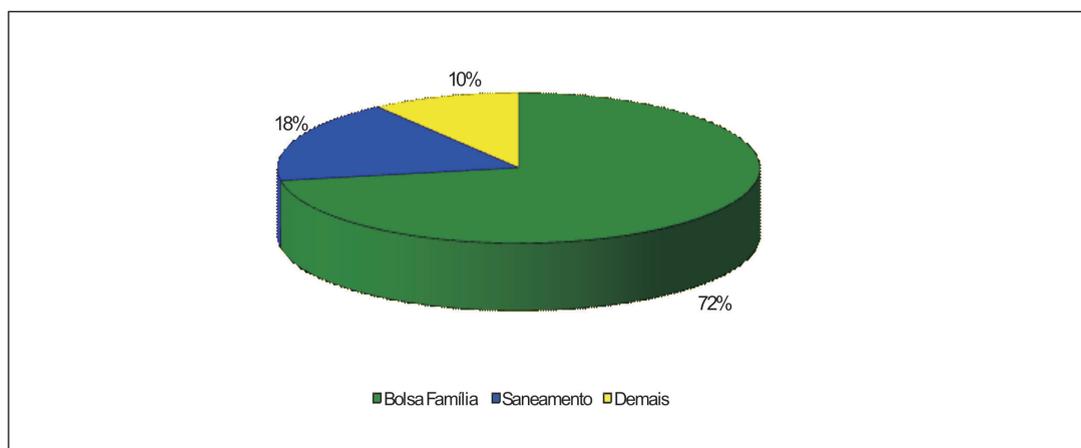
expansão e funcionamento das Universidades Federais. Da mesma forma, o ensino profissional contará com R\$ 58,3 milhões para realização de ações como as de expansão, reestruturação e funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica.

Na área de Transporte, o valor de R\$ 285,5 milhões será alocado para execução de projetos no modal rodoviário. Entre outras ações, destaca-se a de construção do trecho rodoviário Entroncamento BR-158 – Ponte Rodoferroviária, na BR-436, além da manutenção de outros trechos rodoviários dentro do Estado.

Em Demais, destacam-se os programas do setor de Assistência Social, principalmente as ações relacionadas ao programa de fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), como os serviços de proteção social básica e os especiais de alta e média complexidade, que contarão com R\$ 15,7 milhões.

A Região Sudeste é composta por quatro Estados, São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Espírito Santo (ES) e Minas Gerais (MG). Detém a maior população do País, com aproximadamente 77 milhões de habitantes (Censo 2010), por isso, apresenta os maiores desafios, principalmente no que se refere às questões urbanas, como o saneamento. Assim, receberá R\$ 40,9 bilhões do orçamento federal de 2013, repartidos da seguinte forma: SP - R\$ 12,3 bilhões; RJ - R\$ 8,7 bilhões; ES - R\$ 1,8 bilhão; MG - R\$ 11,2 bilhões; e R\$ 6,9 bilhões não atribuídos a nenhum Estado específico, mas para Região Sudeste como um todo.

Nas páginas seguintes serão detalhados os recursos recebidos diretamente pelos Estados dessa Região.



Do valor destinado à Região, R\$ 6,9 bilhões, grande parte será dividida entre as áreas de Assistência Social, com R\$ 5 bilhões, e Saneamento, com R\$ 1,2 bilhão.

Na de Assistência Social, os R\$ 5 bilhões serão alocados integralmente para o pagamento do Programa Bolsa Família.

Na de Saneamento, de R\$ 1,2 bilhão alocado, R\$ 768,2 milhões serão para melhorar o sistema de drenagem urbana em Municípios com população superior a 50 mil

habitantes. Além disso, outros R\$ 206,9 milhões servirão para o aprimoramento do sistema de esgotamento sanitário, também para Municípios com população superior a 50 mil habitantes.

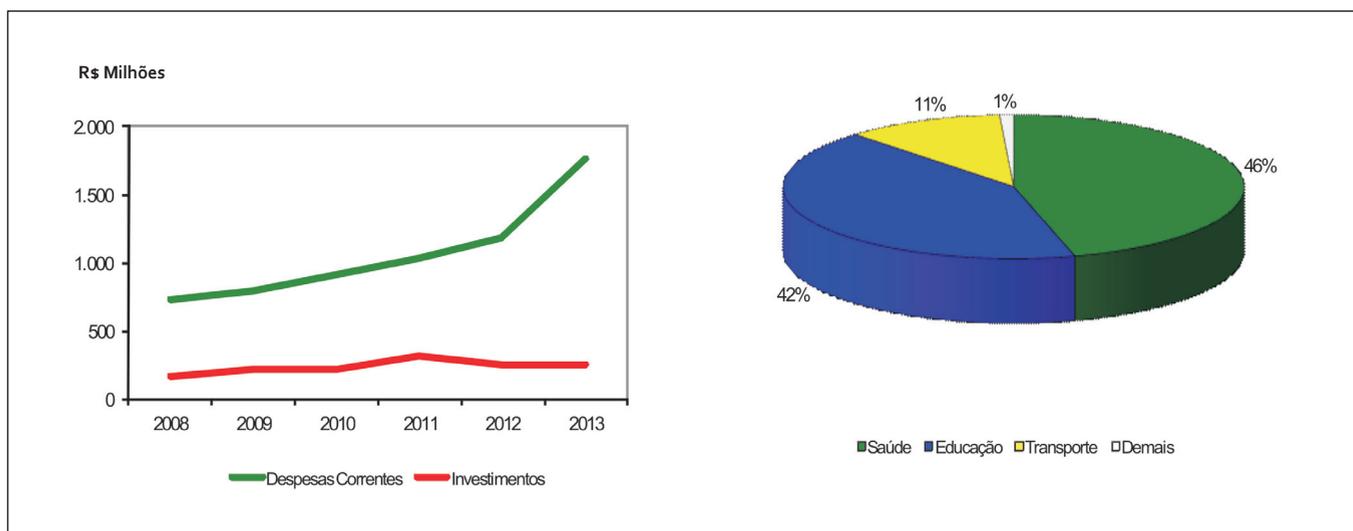
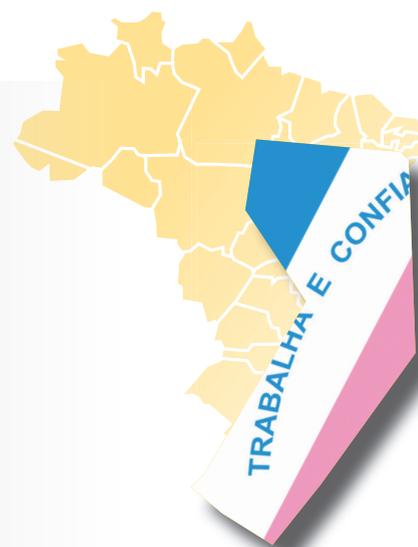
No item Demais, destacam-se os programas nos setores de Urbanismo, com R\$ 400 milhões para apoiar a urbanização de assentamentos precários e R\$ 100 milhões para a implantação do trem de alta velocidade que ligará as cidades do Rio de Janeiro, de Campinas e de São Paulo.

Espírito Santo

Sudeste

O Estado do Espírito Santo (ES) possui uma população de aproximadamente 3,5 milhões de habitantes (Censo 2010). A economia do Espírito Santo é baseada principalmente nas atividades portuárias, de exportação e importação, na indústria de rochas ornamentais (mármore e granito), na celulose, extraída dos pinheiros de eucalipto, na exploração de petróleo e gás natural, além da diversificada agricultura, principalmente do plantio do café.

Para 2013, Espírito Santo contará com R\$ 1,8 bilhão do orçamento federal.



Na Saúde, do total de R\$ 820 milhões destinados aos programas dessa área no Estado, aproximadamente R\$ 531,8 milhões serão utilizados no programa de assistência hospitalar e ambulatorial. Entre outras ações, são desenvolvidas atividades relacionadas à atenção à saúde da população para procedimentos em média e alta complexidade, ambulatorial e hospitalar no Sistema Único de Saúde (SUS). Cabe ainda o destaque para as ações relacionadas ao piso de atenção básica variável – saúde da família, que visa à reorientação das práticas assistenciais básicas, com ênfase nas ações de prevenção de doenças e promoção da saúde.

Na Educação, R\$ 765,3 milhões disponibilizados para o setor serão utilizados principalmente em ações relacionadas ao ensino superior e ao ensino profissional. Para o ensino superior, serão disponibilizados R\$ 358 milhões para a realização de ações como as de reestruturação, expansão e funcionamento das Universidades Federais. Da

mesma forma, o ensino profissional contará com R\$ 299,6 milhões para realização de ações como as de expansão, reestruturação e funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica.

Na área de Transporte, o valor de R\$ 199,1 milhões será alocado para execução de projetos nos modais rodoviário e hidroviário. Entre outras ações, no modal rodoviário, destaca-se a de adequação do trecho rodoviário BR-101 (Km 15,5) – Divisa ES/MG (Km 195,9), na BR-262, além da manutenção de outros trechos rodoviários dentro do Estado. Já no modal hidroviário, destaca-se a ação de dragagem e adequação da navegabilidade no Porto de Vitória.

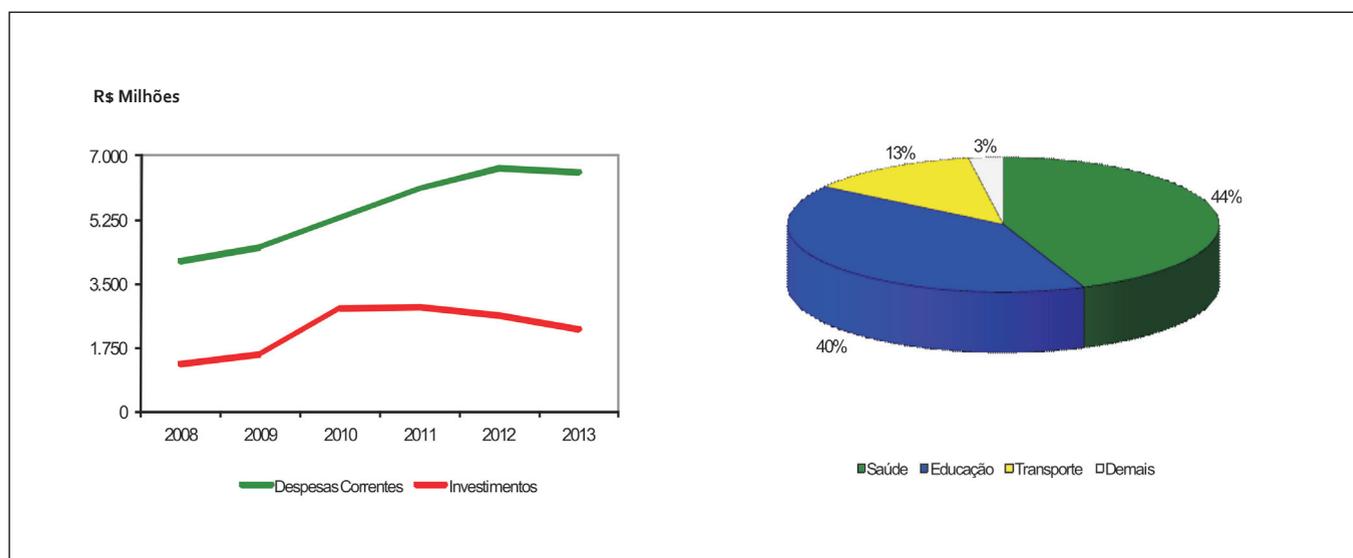
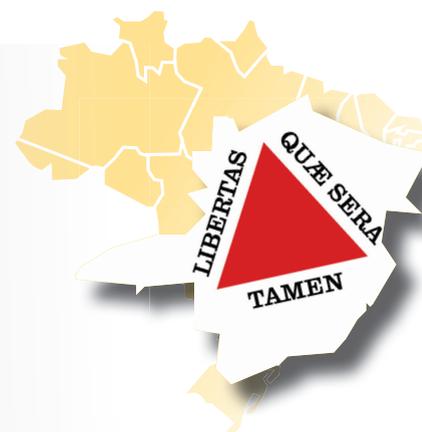
Por fim, na área Demais, destacam-se os programas do setor de Assistência Social, principalmente as ações relacionadas ao programa de fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), como os serviços de proteção social básica e os especiais de alta e média complexidade, que contarão com R\$ 15,8 milhões.

Minas Gerais

Sudeste

O Estado de Minas Gerais (MG) possui uma população de aproximadamente 19,5 milhões de habitantes (Censo 2010). No setor de serviços, destacam-se as exportações e o setor de alta tecnologia. Já no setor industrial mineiro, os principais ramos são: extrativa (mineração), metalúrgica, automobilística, alimentícia, têxtil, construção civil, produtos químicos e minerais não metálicos.

Para 2013, Minas Gerais contará com R\$ 11,2 bilhões do orçamento federal.



Em Saúde, do total de R\$ 4,9 bilhões destinados aos programas dessa área no Estado, aproximadamente R\$ 3,2 bilhões serão utilizados no programa de assistência hospitalar e ambulatorial. Entre outras ações, são desenvolvidas atividades relacionadas à atenção à saúde da população para procedimentos em média e alta complexidade, ambulatorial e hospitalar no Sistema Único de Saúde (SUS). Cabe ainda o destaque para as ações relacionadas ao piso de atenção básica variável – saúde da família, que visa à reorientação das práticas assistenciais básicas, com ênfase nas ações de prevenção de doenças e promoção da saúde.

Na Educação, R\$ 4,5 bilhões disponibilizados para o setor serão utilizados principalmente em ações relacionadas ao ensino superior e ensino profissional. Para o ensino superior, serão disponibilizados R\$ 2,9 bilhões para a realização de ações como as de reestruturação, expansão e funcionamento das Universidades Federais. Da mesma forma, o ensino profissional contará com R\$ 700,5 milhões para realização de ações como as de expansão, reestruturação e funcionamento

de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica.

Na área de Transporte, o valor de R\$ 1,4 bilhão será alocado para execução de projetos nos modais rodoviário, ferroviário e hidroviário. Entre outras ações, no modal rodoviário, destaca-se a de adequação do trecho rodoviário Entroncamento BR-116/259/451 (Governador Valadares) – Entroncamento MG-020, na BR-381, além da manutenção de outros trechos rodoviários dentro do Estado. No modal ferroviário, destacam-se as ações relacionadas à construção da ferrovia Norte-Sul, no trecho Santa Vitória – Iturama. Já no modal hidroviário, ressalta-se a ação de operação das linhas de navegação no Lago de Três Marias.

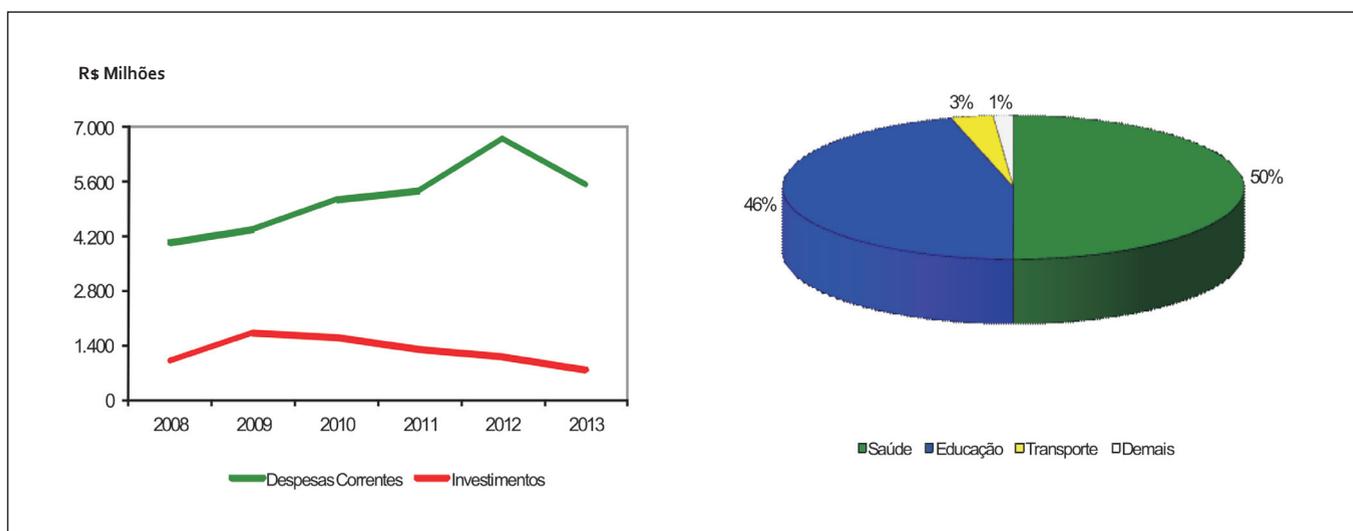
No caso de Demais, destacam-se os programas do setor de Assistência Social, principalmente as ações relacionadas ao programa de fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), como os serviços de proteção social básica e os especiais de alta e média complexidade, que contarão com R\$ 100,8 milhões.

Rio de Janeiro

Sudeste

O Estado do Rio de Janeiro (RJ) possui uma população de aproximadamente 15,9 milhões de habitantes (Censo 2010). Grande parte da economia baseia-se na prestação de serviços (57% do PIB estadual) em áreas como telecomunicações, audiovisual, tecnologia da informação, turismo, turismo de negócios, ecoturismo, entre outros. Outra parte importante da economia desse Estado é a indústria (27% do PIB estadual).

Para 2013, o Rio de Janeiro contará com R\$ 8,7 bilhões do orçamento federal.



Na Saúde, do total de R\$ 4,4 bilhões destinados aos programas dessa área no Estado, aproximadamente R\$ 3,1 bilhões serão utilizados no programa de assistência hospitalar e ambulatorial. Entre outras ações, são desenvolvidas atividades as relacionadas à atenção à saúde da população para procedimentos em média e alta complexidade, ambulatorial e hospitalar no Sistema Único de Saúde (SUS). Cabe ainda o destaque para as ações relacionadas ao piso de atenção básica variável – saúde da família, que visa à reorientação das práticas assistenciais básicas, com ênfase nas ações de prevenção de doenças e promoção da saúde.

Na Educação, R\$ 4 bilhões disponibilizados para o setor serão utilizados principalmente em ações relacionadas ao ensino superior e ensino profissional. Para o ensino superior, serão disponibilizados R\$ 2,3 bilhões para a realização de ações como as de reestruturação, expansão e funcionamento das Universidades

Federais. Da mesma forma, o ensino profissional contará com R\$ 419,2 milhões para realização de ações como as de expansão, reestruturação e funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica.

Na área de Transporte, o valor de R\$ 258,8 milhões será alocado para execução de projetos nos modais rodoviário e hidroviário. Entre outras ações, no modal rodoviário, destaca-se a de construção de contorno rodoviário Entroncamento BR-040 – Entroncamento BR-116 – Entroncamento BR-101 – Porto de Sepetiba, na BR-493, além da manutenção de outros trechos rodoviários dentro do Estado. Já no modal hidroviário, destaca-se a participação da União na implantação de píeres de atracação para terminais de passageiros no Porto do Rio de Janeiro.

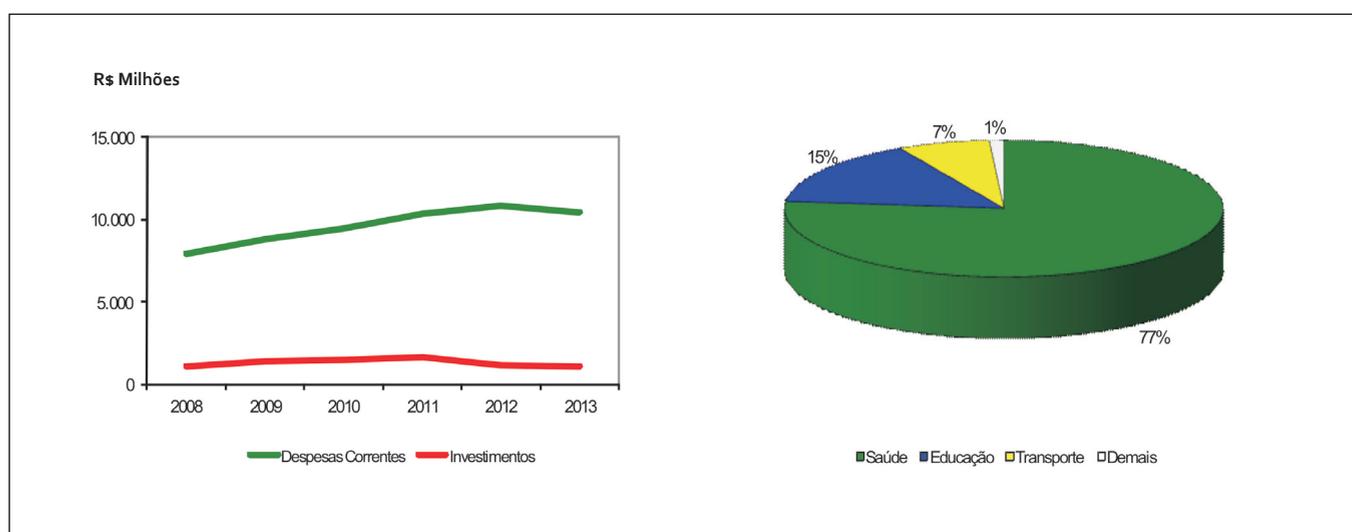
Assim, em Demais, destacam-se as ações de fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que contará com R\$ 60,2 milhões.

São Paulo

Sudeste

O Estado de São Paulo (SP) possui uma população de aproximadamente 41 milhões de habitantes (Censo 2010). A economia do estado é bastante diversificada. As indústrias de álcool, de açúcar, têxtil, automobilística e de aviação, os setores de serviços e financeiro e o cultivo de laranja, cana de açúcar e café formam a base de uma economia que responde por cerca de um terço do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro.

Para 2013, São Paulo contará com R\$ 12,3 bilhões do orçamento federal.



Para a Saúde, do total de R\$ 9,4 bilhões destinados aos programas dessa área no Estado, aproximadamente R\$ 7,1 bilhões serão utilizados no programa de assistência hospitalar e ambulatorial. Entre outras ações, são desenvolvidas atividades relacionadas à atenção à saúde da população para procedimentos em média e alta complexidade, ambulatorial e hospitalar no Sistema Único de Saúde (SUS). Cabe ainda o destaque para as ações relacionadas ao piso de atenção básica variável – saúde da família, que visa à reorientação das práticas assistenciais básicas, com ênfase nas ações de prevenção de doenças e promoção da saúde.

Na Educação, R\$ 1,9 bilhão disponibilizado para o setor será utilizado principalmente em ações relacionadas ao ensino superior e ensino profissional. Para o ensino superior, serão disponibilizados R\$ 868,9 milhões para a realização de ações como as de reestruturação, expansão e funcionamento das Universidades Federais. Da mesma forma, o ensino profissional contará com R\$ 235 milhões para realização de

ações como as de expansão, reestruturação e funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica.

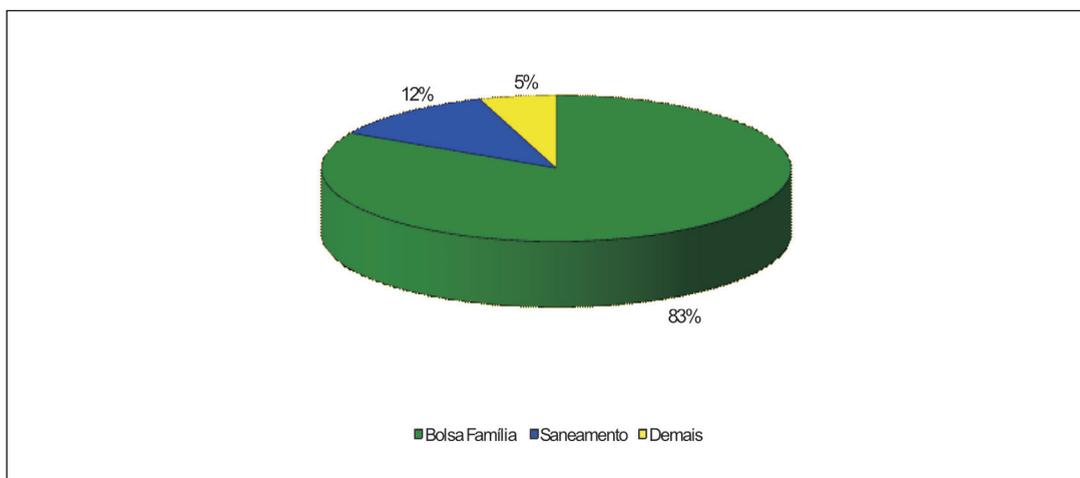
Na área de Transporte, o valor de R\$ 833 milhões serão alocados para execução de projetos nos modais rodoviário, ferroviário e hidroviário. Entre outras ações, no modal rodoviário, destaca-se a relacionada à construção do Rodoanel – Trecho Norte, além da manutenção de outros trechos rodoviários dentro do Estado. No modal ferroviário, destaca-se a relacionada à construção da ferrovia Norte-Sul, no trecho Ouroeste – Estrela D’Oeste. Já no modal hidroviário, destaca-se a participação da União na adequação do cais para terminal de passageiros no Porto do Santos.

Para Demais, destacam-se os programas do setor de Assistência Social, principalmente as ações de fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), como as dos serviços de proteção social básica e especial de alta e média complexidade, que contarão com R\$ 129,1 milhões.



A Região Sul é composta por três Estados: Paraná (PR), Santa Catarina (SC) e Rio Grande do Sul (RS). Possui a menor extensão territorial do País, 6,8% do território nacional, e uma população de aproximadamente 26 milhões de habitantes (Censo 2010). A região receberá R\$ 18 bilhões do orçamento federal de 2013, repartido da seguinte forma: RS - R\$ 7,3 bilhões; PR - R\$ 4,8 bilhões; SC - R\$ 4,1 bilhão; e R\$ 1,9 bilhão não atribuído a nenhum Estado específico, mas para Região Sul como um todo.

Nas páginas seguintes serão detalhados os recursos recebidos diretamente pelos Estados dessa região.



Do valor destinado à Região, R\$ 1,9 bilhão, grande parte será dividida entre as áreas de Assistência Social, com R\$ 1,5 bilhão, e Saneamento, com R\$ 219,1 milhões.

Na de Assistência Social, R\$ 1,5 bilhão será alocado integralmente para o pagamento do Programa Bolsa Família.

Na de Saneamento, dos R\$ 219,1 milhões alocados, R\$ 144,2 milhões serão utilizados para melhorar o

sistema de drenagem urbana em Municípios com população superior a 50 mil habitantes. Além disso, outros R\$ 75 milhões servirão para o aprimoramento do sistema de esgotamento sanitário e abastecimento de água, também para Municípios com população superior a 50 mil habitantes.

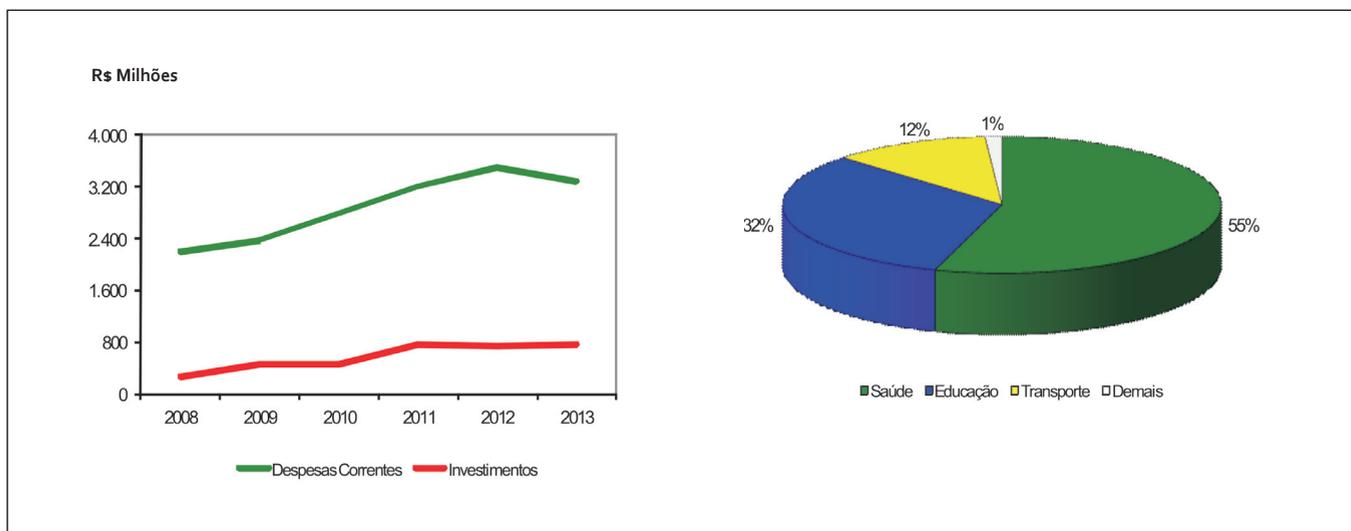
Por fim, na área Demais, destacam-se os programas nos setores de Habitação e Urbanismo, com R\$ 40 milhões para apoiar a urbanização de assentamentos precários.

Paraná

Sul

O Estado do Paraná (PR) possui uma população de aproximadamente 10,5 milhões de habitantes, conforme o censo de 2010. A economia paranaense é baseada principalmente na produção agropecuária, porém também merece destaque a agroindústria, bem como as indústrias automobilística, de papel e celulose.

Para 2013, o Acre contará com R\$ 4,8 bilhões do orçamento federal.



Na Saúde, dos R\$ 2,6 bilhões destinados aos programas dessa área no Estado, aproximadamente R\$ 1,8 bilhão será utilizado no programa de assistência hospitalar e ambulatorial. Entre outras ações, são desenvolvidas atividades relacionadas à atenção à saúde da população para procedimentos em média e alta complexidade, ambulatorial e hospitalar no Sistema Único de Saúde (SUS). Cabe ainda o destaque para as ações relacionadas ao piso de atenção básica variável – saúde da família, que visa à reorientação das práticas assistenciais básicas, com ênfase nas ações de prevenção de doenças e promoção da saúde.

Na Educação, R\$ 1,5 bilhão disponibilizado para o setor será utilizado principalmente em ações relacionadas ao ensino superior e ensino profissional. Para o ensino superior, serão disponibilizados R\$ 801,9 milhões para a realização de ações como as de reestruturação, expansão e funcionamento das Universidades Federais. Da mesma forma, o ensino profissional

conterá com R\$ 363,9 milhões para realização de ações como as de expansão, reestruturação e funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

Na área de Transporte, R\$ 561,8 milhões serão alocados para execução de projetos nos modais rodoviário e hidroviário. Entre outras ações, no modal rodoviário, destacam-se as de manutenção de trechos rodoviários no Estado e a construção da segunda ponte sobre o rio Paraná (Binacional) - na BR-277. Já no modal hidroviário, destaca-se a ação de dragagem e adequação de navegabilidade no Porto de Paranaguá.

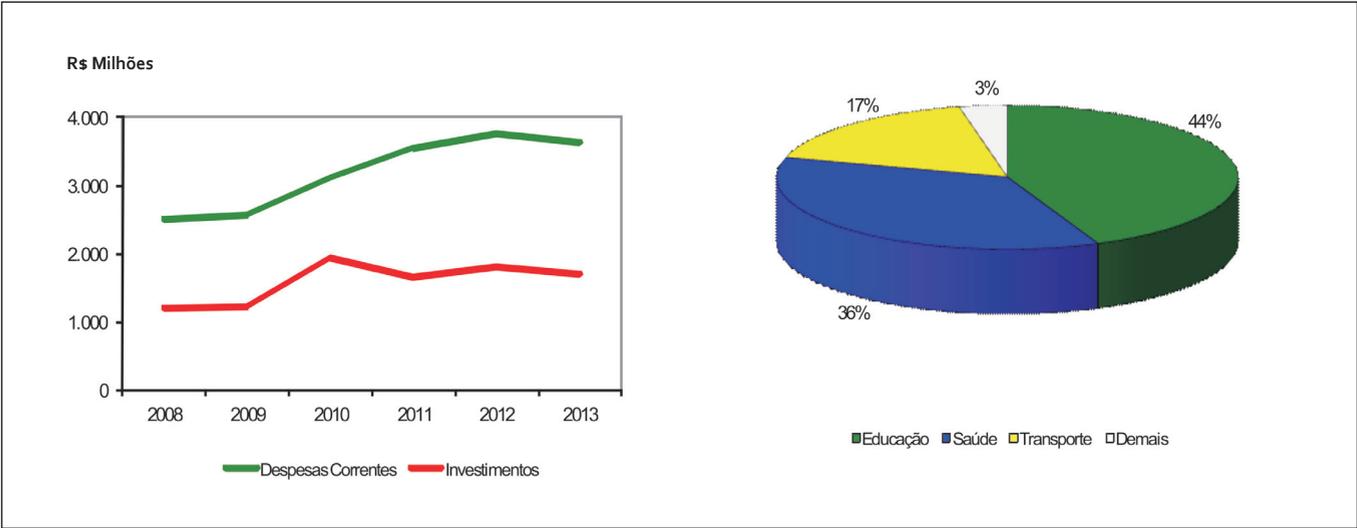
Por fim, na área Demais, destacam-se os programas do setor de Assistência Social, principalmente as ações relacionadas ao programa de fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), como as de serviços de proteção social básica e especial de média e alta complexidade, que contarão com R\$ 53,2 milhões.



Rio Grande do Sul

Sul O Estado do Rio Grande do Sul (RS) possui uma população de aproximadamente 10,6 milhões de habitantes (Censo 2010). A economia rio-grandense-do-sul tem como destaques a indústria alimentícia e metal-mecânica, principalmente na região da capital, Porto Alegre. Também é intensa a produção de sapatos e artefatos de couro, bem como vinhos e produtos agropastoris.

Para 2013, Rio Grande do Sul contará com R\$ 7,3 bilhões do orçamento federal.



Em Educação, R\$ 3,2 bilhões disponibilizados para o setor serão utilizados principalmente em ações relacionadas ao ensino superior e ensino profissional. Para o ensino superior, será disponibilizado R\$ 1,7 bilhão para a realização de ações como as de reestruturação, expansão e funcionamento das Universidades Federais. Da mesma forma, o ensino profissional contará com R\$ 11 milhões para realização de ações como as de expansão, reestruturação e funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica localizados no Rio Grande do Sul.

Na Saúde, do total de R\$ 2,6 bilhões destinados aos programas dessa área no Estado, aproximadamente R\$ 2,0 bilhões serão utilizados no programa de assistência hospitalar e ambulatorial. Entre outras ações, são desenvolvidas atividades relacionadas à atenção à saúde da população para procedimentos em média e alta complexidade, ambulatorial e hospitalar no

Sistema Único de Saúde (SUS). Cabe ainda o destaque para as ações relacionadas ao piso de atenção básica variável – saúde da família, que visa à reorientação das práticas assistenciais básicas, com ênfase nas ações de prevenção de doenças e promoção da saúde.

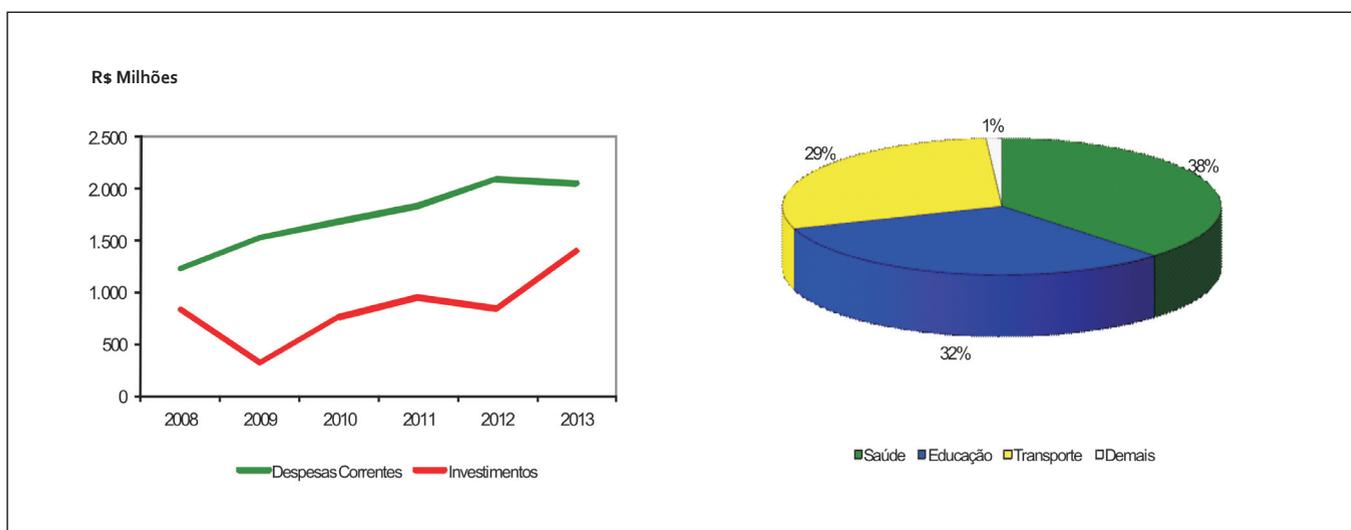
Na área de Transporte, R\$ 1,3 bilhão será alocado para execução de projetos no modal rodoviário e hidroviário. Entre outras ações, destacam-se as de adequação dos trechos rodoviários Porto Alegre – Pelotas, na BR-116; e Rio Grande – Pelotas, na BR-392; além da manutenção de trechos rodoviários no Estado. Já no modal hidroviário, destaca-se a recuperação dos molhes do canal de acesso ao Porto de Rio Grande.

Finalmente, na área Demais, destacam-se os programas do setor de Assistência Social, principalmente as do programa de fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), bem como os de serviço de proteção básico e especial de alta e média complexidade, que terá um aporte de R\$ 50 milhões.

Santa Catarina

Sul O Estado de Santa Catarina (SC) possui uma população de aproximadamente 6 milhões de habitantes (Censo 2010). A economia catarinense é baseada tanto na agropecuária quanto na indústria (cerâmica, metal-mecânica e têxtil) e no extrativismo mineral.

Para 2013, Santa Catarina contará com R\$ 4,1 bilhões do orçamento federal.



Para a Saúde, do total de R\$ 1,6 bilhão destinado aos programas dessa área no Estado, aproximadamente R\$ 1,0 bilhão será utilizado no programa de assistência hospitalar e ambulatorial. Entre outras ações, são desenvolvidas atividades relacionadas à atenção à saúde da população para procedimentos em média e alta complexidade, ambulatorial e hospitalar no Sistema Único de Saúde (SUS). Cabe ainda o destaque para as ações relacionadas ao piso de atenção básica variável – saúde da família, que visa à reorientação das práticas assistenciais básicas, com ênfase nas ações de prevenção de doenças e promoção da saúde.

Na Educação, R\$ 1,3 bilhão disponibilizado para o setor será utilizado principalmente em ações relacionadas ao ensino superior e ensino profissional. Para o ensino superior, serão disponibilizados R\$ 744,2 milhões para a realização de ações como as de reestruturação, expansão e funcionamento das Universidades Federais. Da mesma forma, o ensino profissional

conterá com R\$ 308,5 milhões para realização de ações como as de expansão, reestruturação e funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica.

Na área de Transporte, R\$ 1,2 bilhão será alocado para execução de projetos nos modais rodoviário e hidroviário. Entre outras ações, destacam-se as de adequação dos trechos rodoviários Palhoça – Divisa SC/RS, na BR-101; e Navegantes – Rio do Sul, na BR-470, além da manutenção de trechos rodoviários no Estado. Já no modal hidroviário, destaca-se a ação de dragagem e adequação da navegabilidade no Porto de Imbituba.

No item Demais, destacam-se os programas do setor de Assistência Social, principalmente as ações relacionadas ao programa de fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que contará com R\$ 27,2 milhões, como também os do setor de Gestão Ambiental, que terá, na ação de construção da barragem rio do Salto, um aporte de R\$ 7,8 milhões.





Apoio:



Ministério do
Planejamento

